

Câmara Municipal de Fronteira

Carta Educativa

2023-2033



*Município
de Fronteira*

Junho de 2023

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

P POLITÉCNICO
DE PORTALEGRE



Ficha Técnica

Nome

Carta Educativa de Fronteira – 2023-2033.

Promotor

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

Financiamento

ALT20-09-5864-FSE-000002 | Rede para a Promoção da Qualificação e do Conhecimento do Alentejo

Coordenação Geral

João Sebastião, Luís Capucha

Coordenação Operacional

Eva Gonçalves (CIES), João Emílio Alves (IPP), Luís Carvalho (CEDRU)

Equipa

CIES-IUL: Sónia Pintassilgo, Rita Capucha, Teresa Evaristo, Paulo Feliciano, Maria Isabel dos Santos; Pedro Carvalho Henriques

IPP: João Emílio Alves, Luís Loures, Fernando Rebola, Luísa Carvalho, Adelaide Proença, Alexandre Martins, António Calha

CEDRU: Carla Figueiredo, Gonçalo Caetano, Sónia Vieira

Apoio técnico

Câmara Municipal de Fronteira: Rita Rodrigues, Sílvia Silva, Rogério Silva

Data

Junho de 2023

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa / CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

©Instituto Politécnico de Portalegre (Serviços Centrais)

Praça do Município, 11, 7300-110 Portalegre

©CEDRU

Rua Fernando Namora 46A, 1600-764 Lisboa



Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 : ENQUADRAMENTO	3
Enquadramento político	3
Enquadramento legislativo	3
Enquadramento teórico	5
Enquadramento metodológico	7
CAPÍTULO 2 : DIAGNÓSTICO	9
Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação	9
O concelho de Fronteira	10
História	10
Inserção territorial	10
Sistema urbano municipal	14
Dinâmicas sociais	19
Dinâmica populacional	19
Dinâmica socioeconómica	34
Sistema Educativo concelhio	55
Estabelecimentos escolares: identificação, localização e descrição	55
Ofertas formativas e educativas	60
População escolar	64
Desempenho escolar	70
Projetos educativos estruturantes	78
A perceção dos atores locais	79
CAPÍTULO 3 : INTERVENÇÕES PARA O FUTURO	85
Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades	85
Contexto territorial, demográfico e socioeconómico	85
Estabelecimentos, população e ofertas escolares	87
Dinâmicas de promoção do sucesso escolar	89
Identidade	92
Visão	92
Missão	92
Objetivos e princípios	92
Intervenções futuras: 2023-2033	94
Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades	96

Eixo 2 – Ofertas escolares	99
Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar	102
Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional	104
Política integrada do Município	104
Convergência com Região	106
Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias	108
ANEXO A: PROJETO DE REMODELAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA EB FREI MANUEL CARDOSO	110

Índice de tabelas

<i>Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país</i>	20
<i>Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país</i>	20
<i>Tabela 2.3: País, Alto Alentejo e concelhos em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)</i>	21
<i>Tabela 2.4: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Alto Alentejo (%), 2021</i>	22
<i>Tabela 2.5: Densidade populacional (hab./km²), região Alto Alentejo e concelhos, 2021</i>	22
<i>Tabela 2.6: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), no concelho e total Alto Alentejo, 2021</i>	24
<i>Tabela 2.7: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), no concelho e total Alto Alentejo, 2021</i>	24
<i>Tabela 2.8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, no concelho e total Alto Alentejo</i>	26
<i>Tabela 2.9: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	28
<i>Tabela 2.10: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alto Alentejo e concelho, 2001, 2009-2021</i>	29
<i>Tabela 2.11: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no concelho e na região do Alto Alentejo, 2011-2021</i>	30
<i>Tabela 2.12: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no total do Alto Alentejo, e população total do concelho, 2021</i>	32
<i>Tabela 2.13: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no total do Alto Alentejo, 2021, Proporção da população total (%) dos concelhos na região do Alto Alentejo, 2021</i>	32
<i>Tabela 2.14: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários</i>	32
<i>Tabela 2.15: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033</i>	33
<i>Tabela 2.16: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033</i>	33
<i>Tabela 2.17: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2033</i>	33
<i>Tabela 2.18: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e total Alto Alentejo, 2023</i>	33
<i>Tabela 2.19: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.</i>	33
<i>Tabela 2.20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2028</i>	33
<i>Tabela 2.21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2033</i>	34
<i>Tabela 2.22: Densidade empresarial e Número de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e o Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020</i>	35
<i>Tabela 2.23: Número de PME e de Grandes Empresas, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020</i>	35
<i>Tabela 2.24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2018, 2019, 2020</i>	36
<i>Tabela 2.25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020</i>	38
<i>Tabela 2.26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020</i>	39
<i>Tabela 2.27: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020</i>	40

<i>Tabela 2.28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)</i>	42
<i>Tabela 2.29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, nas regiões Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)</i>	43
<i>Tabela 2.30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)</i>	44
<i>Tabela 2.31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021</i>	44
<i>Tabela 2.32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021</i>	46
<i>Tabela 2.33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2019-2021</i>	47
<i>Tabela 2.34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2021</i>	48
<i>Tabela 2.35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2020</i>	49
<i>Tabela 2.36: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021</i>	50
<i>Tabela 2.37: Taxas de atividade segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021</i>	50
<i>Tabela 2.38: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (€)</i>	51
<i>Tabela 2.39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)</i>	51
<i>Tabela 2.40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)</i>	52
<i>Tabela 2.41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)</i>	52
<i>Tabela 2.42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares das redes pública e privada</i>	56
<i>Tabela 2.43: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas das redes pública e privada, 2023</i>	58
<i>Tabela 2.44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho das redes pública e privada, 2023</i>	58
<i>Tabela 2.45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023</i>	58
<i>Tabela 2.46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços e equipamentos exteriores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023</i>	59
<i>Tabela 2.47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações das redes pública e privada, 2023</i>	59
<i>Tabela 2.48: Avaliação geral da qualidade dos edifícios</i>	59
<i>Tabela 2.49: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares das redes pública e privada, 2023</i>	60
<i>Tabela 2.50: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2021/2022</i>	63
<i>Tabela 2.51: Número de docentes por ciclo/nível de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022</i>	67
<i>Tabela 2.52: Número de profissionais por categoria profissional, nas redes pública e privada, 2021/2022</i>	69
<i>Tabela 2.53: Média das classificações internas no 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	71

<i>Tabela 2.54: Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	71
<i>Tabela 2.55: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022</i>	72
<i>Tabela 2.56: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	73
<i>Tabela 2.57: Média das classificações internas no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	73
<i>Tabela 2.58: Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	74
<i>Tabela 2.59: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022</i>	74
<i>Tabela 2.60: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	75
<i>Tabela 2.61: Média das classificações internas no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	76
<i>Tabela 2.62: Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)</i>	76
<i>Tabela 2.63: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022</i>	77
<i>Tabela 2.64: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo</i>	78
<i>Tabela 2.65: Projetos estruturantes para a área da educação</i>	78
<i>Tabela 3.1: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1</i>	97
<i>Tabela 3.2: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2</i>	100
<i>Tabela 3.3: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3</i>	103
<i>Tabela 3.4: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal</i>	104
<i>Tabela 3.5: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Regional</i>	106
<i>Tabela 3.5: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Nacional e Europeia</i>	108

Índice de figuras

<i>Figura 2.1: Inserção territorial do concelho.....</i>	<i>11</i>
<i>Figura 2.2: Modelo Territorial do PRTO Alentejo.....</i>	<i>12</i>
<i>Figura 2.3: Principais acessibilidades do concelho, 2022.....</i>	<i>13</i>
<i>Figura 2.4: Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho das redes pública e privada.....</i>	<i>55</i>
<i>Figura 3.1: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico.....</i>	<i>87</i>
<i>Figura 3.2: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares.....</i>	<i>89</i>
<i>Figura 3.3: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar....</i>	<i>90</i>

Índice de gráficos

Gráfico 2.1: Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares no concelho, 2016-2021	14
Gráfico 2.2: Variação do Nº de alojamentos no concelho, entre 2011 e 2021	15
Gráfico 2.3: Densidade de alojamentos dos concelhos do Alto Alentejo	15
Gráfico 2.4: Densidade de alojamentos no concelho, 2021	16
Gráfico 2.5: Fogos licenciados no concelho	16
Gráfico 2.6: Capacidade dos equipamentos do Pré-escolar no concelho, 2022	17
Gráfico 2.7: Nº de equipamentos escolares do ensino não superior no concelho	17
Gráfico 2.8: Modalidade de transporte utilizada pela população residente nos movimentos pendulares, no concelho, em 2011 e 2021 (%)	18
Gráfico 2.9: Pirâmide etária (%) do concelho de Fronteira, 2021	24
Gráfico 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021	25
Gráfico 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021	25
Gráfico 2.12: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCi (%) no período intercensitário 2011-2021, por concelhos do Alto Alentejo	27
Gráfico 2.13: Nados-vivos (N), Alto Alentejo, 2011-2021	28
Gráfico 2.14: Nados-vivos (N), por concelho e região (NUTS III), no concelho e no Alto Alentejo, 2011-2021	29
Gráfico 2.15: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Alto Alentejo, 2011-2021	30
Gráfico 2.16: Percentagem de empresas não financeiras do setor de atividade da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no total das empresas, nos concelhos, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020	37
Gráfico 2.17: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2020	41
Gráfico 2.18: Empresas não financeiras com menos de 10 pessoas, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020 (%)	41
Gráfico 2.19: Trabalhadores por conta de outrem com regime de tempo completo, nos concelhos e região do Alto Alentejo no Alentejo e no Continente, 2019 (%)	43
Gráfico 2.20: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018 e 2019 (€)	53
Gráfico 2.21: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021	53
Gráfico 2.22: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021	54
Gráfico 2.23: Evolução do número de alunos por ciclo/nível de ensino nas redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	64
Gráfico 2.24: Evolução do número de alunos nas unidades orgânicas das redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022	65
Gráfico 2.25: Distribuição dos alunos por sexo nas redes pública e privada, 2021/2022	65
Gráfico 2.26: Alunos com Ação Social Escolar (escalões A e B) por ciclo de escolaridade na rede pública, 2021/2022 (%)	66
Gráfico 2.27: Escolaridade média dos encarregados de educação, por ciclo/nível de ensino e no total, nas redes pública e privada, 2021/2022	66
Gráfico 2.28: Docentes por sexo, nas redes pública e privada, 2021/2022	67
Gráfico 2.29: Docentes por grupo etário, nas redes pública e privada, 2021/2022	68
Gráfico 2.30: Docentes por vínculo contratual, nas redes pública e privada, 2021/2022	68
Gráfico 2.31: Número de crianças/alunos por docente, por nível/ciclo de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022	69
Gráfico 2.32: Número de crianças/alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação, nas redes pública e privada, 2021/2022	70
Gráfico 2.33: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 1º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	71

Gráfico 2.34: Índices (média nacional = 100) e declives das taxas de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	72
Gráfico 2.35: Relação entre Índice de Percursos Diretos de Sucesso (PDS) 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 1º ciclo no concelho	72
Gráfico 2.36: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 2º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	73
Gráfico 2.37: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	74
Gráfico 2.38: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 2º ciclo no concelho	75
Gráfico 2.39: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 3º ciclo segundo a média do Alto Alentejo	76
Gráfico 2.40: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo	77
Gráfico 2.41: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 3º ciclo no concelho	77
Gráfico 2.42: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade no domínio das Parcerias	81
Gráfico 2.43: Gráfico 2.44: Avaliação dos docentes da rede pública no domínio dos Edifícios, Equipamentos e Recursos	82
Gráfico 2.45: Avaliação dos docentes da rede pública no domínio das Ofertas Escolares	83
Gráfico 2.46: Avaliação dos docentes da rede pública no domínio da Gestão Escolar	84

Introdução

A Carta Educativa de Fronteira foi elaborada no âmbito do projeto *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA) e Cartas Educativas* que resultou de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e o Consórcio Iscte/IPP/CEDRU constituído por CIES-Iscte (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa), o IPP (Instituto Politécnico de Portalegre) e o CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano); com financiamento pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR, ponto 11.2). Projeto que teve como principais objetivos atualizar as Cartas Educativas dos quinze concelhos que integram a região, elaborar o plano estratégico regional para a educação e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento do Alto Alentejo.

Destarte, está enquadrado no PEDIEAA, mas posiciona-se como um documento autónomo, produzido a partir das informações recolhidas sobre o concelho de Fronteira em fontes estatísticas, documentais e a partir de auscultações realizadas junto dos atores locais, e regularmente sujeito às validações das entidades locais e às decisões da Câmara Municipal de Fronteira.

O documento foi elaborado de acordo com o sugerido na publicação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE), de maio de 2021, intitulada “Carta Educativa. Guião para Elaboração” e, por isso, além de seguir a estrutura proposta, contém todos os conteúdos indicados como necessários. Alguns dos conteúdos, desde análises a sistematizações, foram complementados e melhorados de acordo com a metodologia de trabalho do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU, e outros tiveram de ser ajustados às informações disponíveis nas entidades locais, quer em termos de quantidade de informação, quer em termos da forma como os dados se encontravam organizados.

A Carta Educativa está organizada em três Capítulos. No Capítulo 1 expõe-se o enquadramento político e legislativo deste documento estratégico municipal e, também, o enquadramento teórico e metodológico que orientou o trabalho de recolha, análise e sistematização por parte da Equipa do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU.

O Capítulo 2 contém o Diagnóstico do concelho. Começa com a avaliação da Carta Educativa de 1ª geração, apresenta-se depois o concelho em termos históricos e territoriais, analisam-se as dinâmicas sociais, demográficas e socioeconómicas e sistematiza-se o conjunto de informações, o mais completo possível, sobre a rede educativa, pública e privada, do concelho de Fronteira.

No Capítulo 3, surge o resumo do estudo de diagnóstico organizado em pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, identifica-se a visão, missão e objetivos e princípios políticos que a Câmara Municipal de Fronteira definiu para os próximos 10 anos, expõem-se as intervenções futuras, e respetivas metas e indicadores de monitorização, que decorrem do diagnóstico e da visão para a educação no concelho e, por fim, analisa-se o enquadramento dos objetivos estratégicos definidos para os próximos 10 anos na política municipal, regional e nacional.

Capítulo 1 : Enquadramento

Este capítulo começa por apresentar o enquadramento político deste documento, tal como definido pela Câmara Municipal de Fronteira. O plano de trabalho para este estudo foi construído com base numa linha orientadora que se inicia num quadro legislativo específico, e que continua num enquadramento teórico e metodológico, que se explicitam posteriormente.

Enquadramento político

Formar/Educar os cidadãos em prol de um desenvolvimento local, constitui um dos objetivos principais de qualquer município. Uma política municipal de desenvolvimento estratégico e sustentado tem, obrigatoriamente de perspetivar a escola como um espaço de excelência das ação educativa.

A carta Educativa abrange um conjunto de princípios fundamentados por uma política municipal de educação garantindo a funcionalidade dos espaços educativos, assim como uma gestão e organização eficaz dos estabelecimentos de ensino. Desta forma, pretende-se assegurar a existência de condições favoráveis ao ensino e formação prevenindo quaisquer indícios de isolamento ou situações de exclusão social.

No âmbito da revisão da carta educativa, definiram-se um conjunto de objetivos estratégicos sobre a política educativa a implementar no concelho nos quais se pretende criar uma dinâmica integrada onde a educação e a formação se encontrem intimamente associados.

A Carta Educativa do Concelho de Fronteira é um instrumento prospetivo de ordenamento e planeamento de edifícios e equipamentos educativos localizados no concelho, de acordo com a necessidade de educação e formação a satisfazer, rentabilizando esses mesmos recursos.

As transformações na realidade educativa que o nosso país tem vindo a constatar, bem como a necessidade de criar uma sintonia entre o desenvolvimento sustentável e a educação, tornam ainda mais necessário preparar-nos de forma a responder às novas dinâmicas organizacionais dos tempos atuais.

A Carta Educativa deve ser encarada como um processo dinâmico, em permanente construção com uma estratégia definida para o futuro do sistema educativo municipal. Surge como uma ferramenta de planeamento, visando a melhoria contínua do sistema educativo local e simultaneamente, reconhecendo a multiplicidade dos aspetos socioeconómicos. Visa ainda a racionalização e redimensionamento dos recursos existentes, englobando todas as pessoas e recursos locais envolvidos na missão educativa.

Enquadramento legislativo

As Cartas Educativas são um instrumento municipal de planeamento estratégico para o investimento na área da educação (racionalizar recursos, melhorar e adequar as infraestruturas às prioridades de planeamento urbano e à evolução da procura e da oferta educativa) e de aproximação aos, e de diálogo com os, sistemas educativos locais, pensando no território municipal em si e no seu desenvolvimento, mas também como parte de uma unidade territorial mais alargada.

Em termos legislativos, a Carta Educativa está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de “transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no nº

1 do artigo 6º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as Autarquias, tem-se verificado no território nacional, sobretudo nas últimas décadas.

O novo quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação, concretiza um modelo de administração e gestão do sistema educativo que respeita a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas e na afetação dos recursos públicos no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, bem como a tomada de decisões numa lógica de proximidade.

O Decreto-Lei nº21/2019, de 30 de janeiro concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. O Município de Fronteira concretizou o processo de transferência de competências no dia 1 de abril 2022.

Nos termos do art.º 4º nº 1 do DL supra mencionado, salvo indicação em contrário, todas as competências previstas são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no Diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada as seguintes competências de gestão:

Apóios e Complementos Educativos / Pessoal não docente / funcionamento dos edifícios escolares.

O Município de Fronteira procederá à transferência para o Agrupamento de Escolas de Fronteira dos montantes necessários ao exercício das competências acima delegadas.

Com o objetivo de garantir a coordenação entre os diferentes níveis de administração foi criada uma comissão restrita que acompanhará o desenvolvimento e a evolução das competências transferidas.

No entanto, o sistema educativo português mantém como característica o centralismo do modelo de governação. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos Municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada Município (nº 1, art.º 10º do Decreto-Lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro)”, ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos os que em baixo citamos:

“1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 — A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa” com a política territorial do Município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas. (art.º 6, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter, pelo menos, a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, projeções de desenvolvimento demográfico e socioeconómico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida com o Conselho Municipal de Educação, submetida ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuidos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta” (n.º 4, art.º 14 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro) e aprovada pela Assembleia Municipal. A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (do Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma) e pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

As áreas e ações estratégicas que fiquem inscritas na presente Carta Educativa devem também considerar outros dois documentos estratégicos. Um deles, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar elaborado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, assenta sobre três princípios fundamentais: i) os planos estratégicos devem ser elaborados por quem melhor conhece os contextos, limitações e potencialidades dos territórios, ou seja, pelas comunidades locais; ii) a comunidade local, em particular as escolas, desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso e da aprendizagem, apesar de todos os fatores, conhecidos e desconhecidos, que os condicionem/potenciem; iii) a missão da escola pública passa por garantir que todos os alunos concluem a aprendizagem de saberes, competências, atitudes e comportamentos necessários para a concretização de projetos de vida bem sucedidos. Outro documento é a Agenda 2030 das Nações Unidas, que apresenta uma lista de 17 objetivos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável definidos como uma visão comum para a Humanidade e que encerra “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, que devem ser promovidas e trabalhadas junto das novas gerações.

O processo de revisão das Cartas Educativas transformou-as numa ferramenta ao serviço de projetos educativos de âmbito concelhio e com carácter estratégico, tendo também como objetivos o combate ao insucesso escolar e a conclusão da etapa do ensino secundário pelos alunos. Esta mudança de contexto, bem como os objetivos da Câmara Municipal de Fronteira, obrigam a que os exercícios de revisão da Carta Educativa, sem dispensar os procedimentos técnicos tradicionais de análise das necessidades resultantes do ajustamento da oferta de equipamentos à procura por parte da comunidade, coloca também um enfoque no envolvimento dos diversos agentes pertinentes e na construção de uma visão partilhada e prospetiva do que deverá ser a rede de escolas e equipamentos escolares, a rede educativa e formativa e uma estratégia para a promoção do sucesso educativo em articulação com projetos focados no desenvolvimento social e económico do território.

Enquadramento teórico

Na elaboração deste documento optou-se pela abordagem do Planeamento Estratégico, na qual se considera que planear é pensar numa realidade desejada e conceber um plano para a atingir, ou seja, é “operar com base

na mobilização de conhecimento para identificar as acções necessárias à projecção estruturada e organizada de uma mudança face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido e mobilizando um conjunto determinado de recursos.” (Capucha, 2008: 7)¹.

O conceito “estratégico” surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003)². A definição de uma estratégia pressupõe, por isso, um compromisso com um futuro desejado, o que pressupõe o envolvimento dos vários interessados e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (Idem), enquanto o “planeamento” clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998)³. Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário local, regional, nacional e mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Caldeira, 2009)⁴ pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta, segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridas, e para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação.

O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979)⁵, envolvendo os diversos atores nos processos. Pela sua natureza e procedimentos é perfeitamente adequável à elaboração de documentos municipais e intermunicipais de planeamento estratégico.

Um plano é igualmente um documento que pressupõe um projeto de mudança negociado e acordado entre os vários agentes, através do qual se produz conhecimento sobre a realidade de partida, sobre as diversas perceções dos vários atores sobre a sua realidade, considerando pontos fortes e pontos fracos, e sobre as necessidades de intervenção, e ainda sobre possíveis percursos de mudança mais eficazes, eficientes e flexíveis de forma a promover a mudança desejada da melhor forma.

A chamada para a participação dos diversos atores num processo de mudança, desde a primeira etapa, permite recolher os diversos pontos de vista, incentivar o debate e a reflexão sobre várias questões, identificar pontos comuns e, muito importante, contribuir, dessa forma, para a existência de um propósito comum e para a sensação de inclusão num processo que lhes diz diretamente respeito. Assim como potencia uma melhor participação de todos os atores pertinentes nos processos de mudança efetivos previstos no documento estratégico, uma melhor gestão de recursos e um acompanhamento das ações mais eficaz de forma a alterar os

¹ Capucha, L. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião prático*. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

² Costa, J.A. ([1997] 2003). *O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

³ Estêvão, C.V. (1998). *Gestão Estratégica nas Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

⁴ Caldeira, J. (2009). *Monitorização da Performance Organizacional*. Lisboa: Almedina.

⁵ Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). *Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

procedimentos quando necessário. O incentivo à participação dos atores é essencial uma vez que a “racionalidade que o planeamento introduz reclama uma atitude crítica e reflexiva que ajude a encontrar em cada momento a decisão mais acertada e concertada” (Capucha, 2008: 15).

Enquadramento metodológico

A opção de estruturar o estudo a partir do conceito de planeamento estratégico participado significa que o mesmo foi dividido em duas fases principais. A primeira dedicada à produção de conhecimento o mais atualizado possível sobre a região do Alto Alentejo e sobre os Municípios que a integram, com a redação dos dois estudos de diagnóstico, da responsabilidade do Consórcio Iscte/IPP/CEDRU; conhecimento que foi depois adaptado ao concelho de Fronteira tal como se expõe ao longo do Capítulo 2 da Carta Educativa. Uma segunda fase foi dedicada à redação da Carta Educativa, com o devido envolvimento direto das entidades promotoras dos diversos documentos e com a participação de vários atores locais em momentos de auscultação que concretizam a aproximação das decisões aos cidadãos, veiculada no Art.º 112, Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e a própria metodologia do planeamento estratégico participado exposta no enquadramento teórico.

A produção de conhecimento sobre a história, o território, a demografia, a caracterização socioeconómica, estabelecimentos, ofertas e população escolar, desempenho escolar, dos projetos estruturantes e das dinâmicas dos empregadores e comunidade na área da educação do concelho de Fronteira resultou de um desenho de pesquisa transversal (em que a recolha de informação acontece uma única vez por cada tipo de dados) e comparativa (entre concelhos e entre estes e a região e o cenário nacional, sempre que possível e ou pertinente) e, ainda, de uma estratégia metodológica “multimétodo”, que mobilizou a recolha de informação em várias fontes e com recurso a técnicas qualitativas e quantitativas. A triangulação dos dados obtidos e sistematizados através de diferentes técnicas de recolha e de análise de informação, num processo de metodologia mista é, na nossa ótica, uma forma de minimizar a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do processo de trabalho de campo (Godoy, 2005)⁶; e de aumentar a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados (Greene, Caracelli e Graham, 1989)⁷.

O plano de trabalho incluiu as seguintes técnicas de recolha e de análise de informação.

1. Recolha e análise documental junto da Câmara Municipal de Fronteira, do Agrupamento de Escolas de Fronteira, da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira e de outras entidades locais, para a caracterização do território, da população, das redes pública e privada de escolas, da rede de oferta educativa e formativa, para a caracterização da população e do desempenho escolar da rede pública e identificação dos projetos estruturantes e das dinâmicas locais de educação;

2. Recolha e análise de dados estatísticos em bases de dados nacionais para uma caracterização do território, demográfica e socioeconómica da população do concelho no diagnóstico geral;

3. Recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos junto do Agrupamento de Escolas de Fronteira e da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira sobre o edificado, infraestruturas e equipamentos, a população escolar, desempenho escolar e atividades, através da utilização de uma ficha de caracterização construída para o efeito;

4. Auscultação dos agentes locais para uma sistematização das representações sobre as potencialidades e fragilidades e as prioridades educativas e formativas do concelho através da:

⁶ Godoy, A. (1995), “Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais”, *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), p. 20-29.

⁷ Greene, J. C., Caracelli, V. J. e Graham, W. F. (1989), “Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs”, *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11(3), p. 255–274.

a. Recolha e análise de dados rigorosa através de um questionário aplicado a uma amostra representativa de 36 respostas do universo de 44 educadores e docentes da rede pública de Fronteira (taxa de 81,8%);

b. Aplicação e análise de duas entrevistas individuais semi-dirigidas: i) ao responsável pelo pelouro da Educação na Câmara Municipal de Fronteira (dia 30 de setembro de 2022); ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Fronteira (4 de outubro de 2022).

c. Aplicação e análise de uma entrevista de grupo semi-dirigida, realizada no dia 21 de outubro de 2022, para a qual foram convidados diversos atores locais como, por exemplo, representantes de alunos, de pais e encarregados de educação, de assistentes operacionais/administrativos das escolas, e da comunidade, com uma taxa de participação de 88,8%, que se considera uma taxa de adesão satisfatória.

5. Auscultação dos agentes locais sobre os resultados dos estudos de diagnóstico e sobre as propostas de objetivos estratégicos a inserir nos documentos (Carta Educativa e PEDIEAA) através da realização de um workshop, realizado no dia 20 de julho de 2023.

Para saber mais pormenores sobre a estratégia metodológica seguida pelo Consórcio Iscte/IPP/CEDRU na produção de conhecimento sobre o Alto Alentejo no geral, e o concelho de Fronteira, em particular, consulte-se os dois estudos de diagnóstico – Geral e Educativo – entregues junto da CIMAA.

Capítulo 2 : Diagnóstico

Neste capítulo apresenta-se o concelho no momento do diagnóstico que antecedeu a implementação da Carta Educativa de Fronteira. Inclui a avaliação da Carta Educativa anterior, a apresentação do concelho de Fronteira considerando a sua história, o seu território e o seu sistema de transportes, a análise das dinâmicas demográficas e socioeconómicas e uma análise profunda da rede educativa pública e privada do concelho: identificação e descrição dos estabelecimentos escolares, da população escolar, do desempenho escolar, dos projetos educativos estruturantes e das dinâmicas dos empregadores e da comunidade na área da educação.

Carta Educativa de 1ª geração: uma avaliação

A carta educativa é um projeto fulcral e dinâmico de intervenção baseado em objetivos relacionados com a melhoria da educação da cultura, do ensino e da formação no sentido de ser parte integrante do seu desenvolvimento social. A carta educativa do município de Fronteira com data de novembro de 2006 foi elaborada como um documento preparatório e reuniu um conjunto de propostas resultantes de toda a análise realizada a vários indicadores com o objetivo de colmatar as fragilidades existentes, reordenar a rede educativa e promover uma educação de qualidade. O documento mencionado, é por si só um documento de avaliação do sistema educativo do concelho que permitiu conhecer em profundidade a comunidade educativa e as suas potencialidades. As propostas apresentadas incidiram em áreas diferenciadas nomeadamente no que diz respeito ao melhoramento das condições de segurança nos jardins de infância e nas escolas básicas do 1º ciclo ao incremento e desenvolvimento das TIC nos JI e EB1's e ainda à intervenção de ordem física que visam a conservação e recuperação das EB1's com candidatura não programa de recuperação das escolas do 1º ciclo.

De um modo geral todos os objetivos propostos foram alcançados cumprindo-se integralmente todas as propostas definidas. Contudo, sendo a carta educativa um documento estratégico, face à natural evolução da realidade local e nacional, foi necessário reorganizar constantemente todo o processo. Foi necessário estabelecer uma metodologia de medição do seu grau de execução face aos objetivos traçados, tarefa indispensável à gestão do sistema educativo local e prolongamento natural da necessária avaliação da política educativa local. Nesta perspetiva, à medida que o processo foi decorrendo, foram-se definindo novas etapas e novas estratégias o que implicou uma constante reflexão e consequente alteração da monitorização da carta educativa.

O concelho de Fronteira

História

O município de Fronteira conta com uma história extensa, com raízes anteriores aos domínios portugueses. Os vestígios de ocupação humana na área correspondente ao atual concelho de Fronteira remontam a mais de 10 mil anos de história, com vários monumentos megalíticos. Também os romanos devem ter permanecido aqui por vários séculos - no atual território da freguesia de Cabeço de Vide, a segunda maior do concelho, passava uma estrada secundária de uma importante via militar romana que ligava Lisboa a Mérida. Em 1160 capturou a vila D. Afonso Henriques, que foi reconquistada e destruída pelos árabes em 1190. Alguns anos depois, foi reconstruída no topo do Cabeço para uma melhor posição defensiva perante os inimigos. Um castelo foi então construído ou reconstruído e uma muralha foi erguida em torno da aldeia.

A fundação da Vila de Fronteira é atribuída ao rei D. Dinis, que mandou construir um castelo, do qual ainda hoje restam alguns vestígios. No concelho fica o lugar dos Atoleiros, onde a 6 de abril de 1384 as forças castelhanas de João I de Castela foram derrotadas pelo exército comandado por D. Nuno Álvares Pereira, num dos episódios decisivos para a manutenção da independência portuguesa, durante o interregno de 1383-1385, sendo esta a primeira batalha da crise e a primeira vitória obtida pelo general português.

No século XVI, Cabeço de Vide foi dado ao conhecido fidalgo e militar da Ordem de Avis, Diogo de Azambuja. Este século foi a época áurea da vila, iniciada em 1498 com a fundação da Santa Casa da Misericórdia por D. Leonor. Em 1512, D. Manuel I concedeu novo foral a Cabeço de Vide.

Depois de séculos a englobar apenas as freguesias de Nossa Senhora da Atalaia de Fronteira e São Saturnino, o concelho de Fronteira sofreu muitas modificações ao longo do século XIX, incluindo freguesias dos concelhos de Estremoz, Monforte e Sousel, com significativas alterações graduais que incluíram também a extinção do concelho em 1867, integrado no concelho de Alter do Chão, mas logo restabelecido em 1868. Em 1855, os concelhos de Veiros e Sousel deixaram de existir e as suas freguesias foram anexadas à freguesia de Fronteira, que, além das freguesias de Nossa Senhora da Atalaia e de São Saturnino, incluía também São Bento de Ana Loura, Santo Aleixo, São Pedro de Almuro, Rei Salvador, Santo Amaro, Nossa Senhora da Graça de Casa Branca, Nossa Senhora da Graça de Cano, Nossa Senhora da Graça de Sousel e São João da Ribeira.

Em 1863, o município de Sousel é reestabelecido, e em 1869 é separada a freguesia de São Bento de Ana Loura, e em 1871 a freguesia de Santo Aleixo. Em 1872, foram separadas as freguesias de Rei Salvador e São Pedro de Almuro, voltando Fronteira a conter apenas as suas freguesias de Nossa Senhora da Atalaia e São Saturnino, mais Santo Amaro. Mais tarde, Fronteira recebeu as freguesias de Vaimonte e novamente São Pedro de Almuro, que se separaram novamente em 1898 para integrar o concelho de Monforte. Em meados do século XX, por decreto de 21 de dezembro de 1932, Santo Amaro passa a pertencer ao concelho de Sousel e Fronteira integra a freguesia de Nossa Senhora das Candeias, antigo concelho de Cabeço de Vide, extinto em 1855 e depois integrado em Alter do Chão.

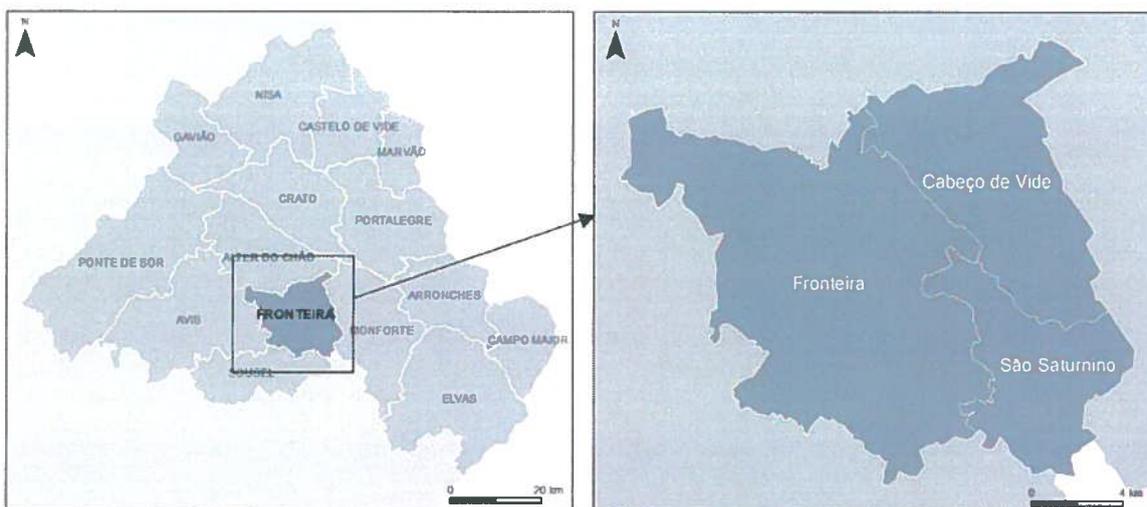
Do imenso leque de monumentos que se encontram no município, merecem destaque a Igreja da Mãe de 1594, as igrejas do Espírito Santo de 1573 e do Senhor dos Mártires, a capela de Nossa Senhora da Vila Velha e edifício dos Paços do Concelho.

Inserção territorial

O concelho de Fronteira encontra-se inserido na sub-região do Alto Alentejo, a NUTS III mais a norte do Alentejo (NUTS II) e cuja área coincide com o distrito de Portalegre. Relativamente aos seus limites administrativos, faz fronteira, a oeste, com Avis, a sul, com Sousel e Estremoz, a este, com Monforte e, a norte, com Alter do Chão.

O concelho encontra-se subdividido em três freguesias: Cabeço de Vide, Fronteira e São Saturnino.

Figura 2.1: Inserção territorial do concelho



Fonte: construção própria.

A sua posição de fronteira entre o Alentejo Central e o Alto Alentejo pode traduzir-se num forte potencial para criação de sinergias entre os vários concelhos destas sub-regiões. Fronteira integra-se num dos quatro subsistemas territoriais rodoviários, que assumem um papel de relevo no reforço da coesão e articulação territorial intrarregional. O subsistema territorial a norte do Corredor Central é constituído por três eixos, um dos quais integrado por Fronteira, o Elvas-Monforte-Fronteira-Avis-Ponte de Sor, que beneficia de ligação à Lezíria do Tejo, área Metropolitana de Lisboa, Évora e a Espanha.

Segundo o PROT Alentejo, Fronteira constitui um dos Centros Urbanos Complementares (CUC) do Alentejo. Os CUC caracterizam-se por sedes de concelho, fundamentais para a sustentação dos territórios de menores densidades, com um papel de relevo na relação urbano-rural. Estes CUC devem beneficiar de um conjunto mínimo de serviços, como comércio, saúde, educação e apoio social, indispensáveis ao seu papel de suporte à coesão territorial. As missões dos centros urbanos complementares são:

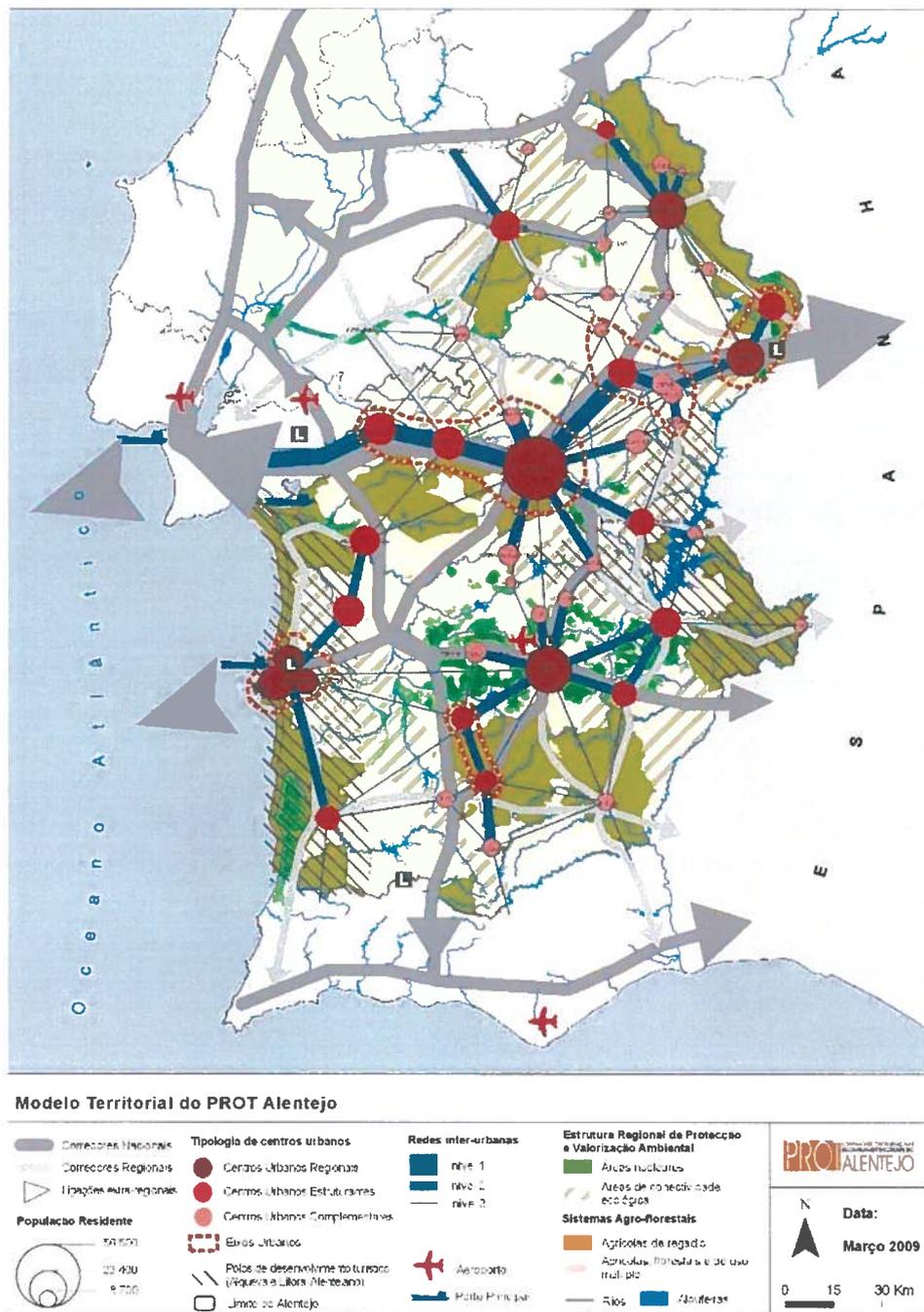
- afirmar-se enquanto nós de estruturação local e de articulação com o sistema urbano regional;
- assegurar que constituem nós fundamentais de sustentação sócio rural para os territórios de baixa densidade;
- afirmar-se enquanto espaços de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida significativos para o desenvolvimento local.

Atualmente, o PDM encontra-se em fase de revisão, na etapa de participação pública preventiva, ainda não tendo sido elaborada a proposta de revisão do plano. Segundo o sítio da Câmara Municipal, o procedimento de revisão deverá estar concluído até dezembro de 2022.

O PDM em vigor data de 1995, não apresentando linhas de orientação estratégica para o concelho. Ainda assim, não se limita a estabelecer condições de equilíbrio, princípio e regras de uso, ocupação e transformação dos solos, a estabelecer as bases da administração urbanística municipal e a promover a gestão e salvaguarda dos valores naturais e culturais do município. Destaca-se ainda a procura pelo reforço dos serviços sociais à população e pela criação de condições de atratividade do concelho. Este documento foi alvo de quatro alterações ao longo de seu período de vigência. As primeiras três ocorreram em 1999, 2002 e 2004 e tiveram como objetivo alterar as plantas de ordenamento dos aglomerados de Fronteira e de Cabeço de Vide, assim

como a planta de condicionantes do PDM. A quarta ocorreu em 2010, através do Aviso n.º 20170/2010, no qual se procedeu à alteração do PDM de Fronteira por adaptação ao PROT Alentejo. Em março de 2022, a Câmara Municipal deliberou dar início ao procedimento de revisão, fundamentando que “o PDM de Fronteira se encontra obsoleto, desajustado e por isso com dificuldades em responder às dinâmicas atuais”.

Figura 2.2: Modelo Territorial do PRTO Alentejo, 2010



Fonte: CCDR Alentejo.

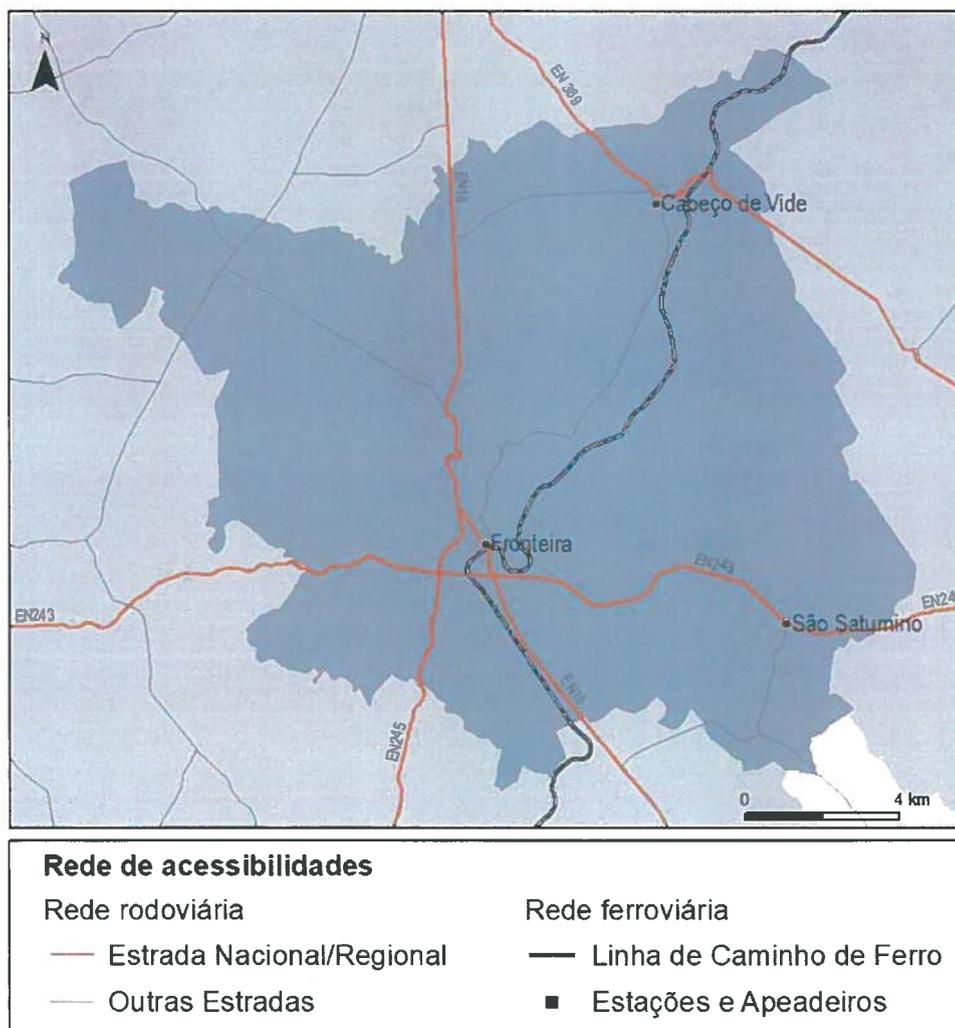
Relativamente à programação e execução do PDM, foram estabelecidas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que delinham áreas de intervenção com uma planeada coerência, que devem ser desenvolvidas com um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução, nomeadamente, através da elaboração de planos de urbanização ou de planos pormenor.

No PDM de Fronteira, foram identificadas sete UOPG:

- Área delimitada pelo perímetro urbano de Fronteira;
- Área delimitada pelo perímetro urbano de Cabeço de Vide;
- Espaços urbanizáveis de Fronteira e Cabeço de Vide;
- Zona verde recreativa do espaço urbanizável de Fronteira;
- Espaço de proteção das Termas de Cabeço de Vide;
- Zona verde recreativa do espaço urbanizável de Vale de Maceiras;
- Área a sujeitar a plano de pormenor de salvaguarda e valorização para Cabeço de Vide.

Relativamente às acessibilidades, Fronteira não é travessado por grandes infraestruturas rodoviárias. Deste modo, a distribuição interconcelhia é realizada através de três infraestruturas rodoviárias. ER243, que, com uma orientação oeste-este, possibilita uma ligação direta à localidade de Avis e ao IP2, no concelho de Monforte. EN245, que com uma orientação norte-sul, liga as localidades de Alter do Chão, Fronteira e Sousel. E EN269, que com uma orientação noroeste-sudeste, liga as localidades de Alter do Chão, Cabeço de Vide e Monforte. A distribuição intraconcelhia é realizada através das restantes estradas municipais (EM) e caminhos municipais (CM).

Figura 2.3: Principais acessibilidades do concelho, 2022



Fonte: construção própria.

Quanto à rede ferroviária, com o encerramento da antiga Linha de Évora, Fronteira deixou de ser servido por infraestruturas ferroviárias. A mais próxima do concelho é a Linha do Leste, cuja estação mais próxima (Crato) se situa a cerca de 27 km da vila de Fronteira.

Sistema urbano municipal

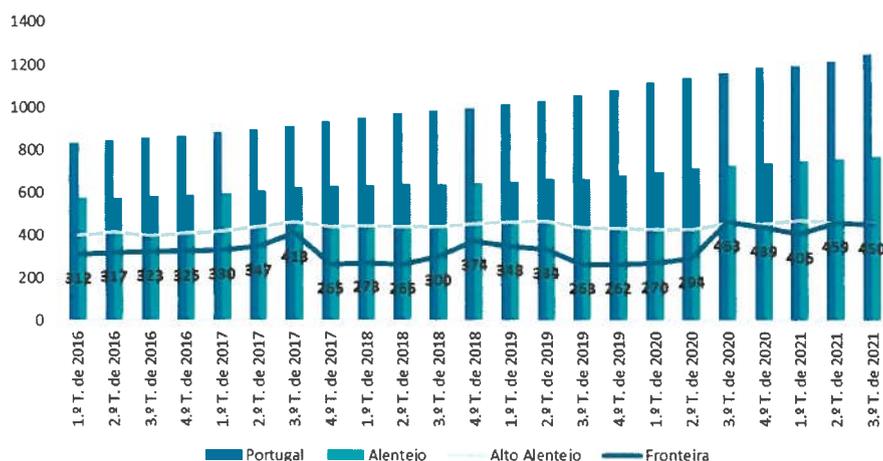
Estrutura urbana

O sistema urbano foi constituído de acordo com as suas características morfológicas e tipológicas, entre as quais, os seus níveis de infraestruturização urbanística e dimensões populacionais. Encontra-se classificado em quatro níveis distintos:

1. Núcleos primitivos de Fronteira e Cabeço de Vide – Caracterizam-se pelas áreas de malha urbana mais antiga, com alguns traços de degradação a recuperar e preservar;
2. Zonas consolidadas de Fronteira e Cabeço de Vide – Caracterizam-se por zonas de edificação mais recente, dotadas de um grau de infraestruturização adequado e pela existência de serviços e atividades;
3. Aglomerado urbano de Vale de Maceiras – Caracteriza-se por um aglomerado urbano com algumas carências de infraestruturização e de equipamentos;
4. Aglomerado urbano de Vale de Seda – Caracteriza-se por uma ocupação dispersa, grau de infraestruturização insuficiente e carência de equipamentos.

Atendendo ao número dos fogos licenciados ao longo dos últimos anos, a dinâmica construtiva do concelho tem sido extremamente reduzida. Ainda assim, o valor mediano das vendas tem-se mantido abaixo da média nacional ao longo dos últimos anos. O preço mediano das vendas tem apresentado uma dinâmica diferente do observado ao nível regional. Enquanto o preço de venda tem vindo a aumentar consistentemente no país e no Alentejo, em Fronteira tem apresentado uma evolução mais instável, situando-se abaixo da média sub-regional até ao 3.º trimestre de 2020, em que o preço de venda atingiu os 463 €/m². No 3.º trimestre de 2021, era de 450 €/m², a par da média do Alto Alentejo (456 €/m²), mas abaixo da média do Alentejo (769 €/m²) e nacional (1.250 €/m²). Estes valores podem estar relacionados com a menor oferta de habitação, resultante da fraca dinâmica urbanística.

Gráfico 2.1: Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares no concelho, 2016-2021

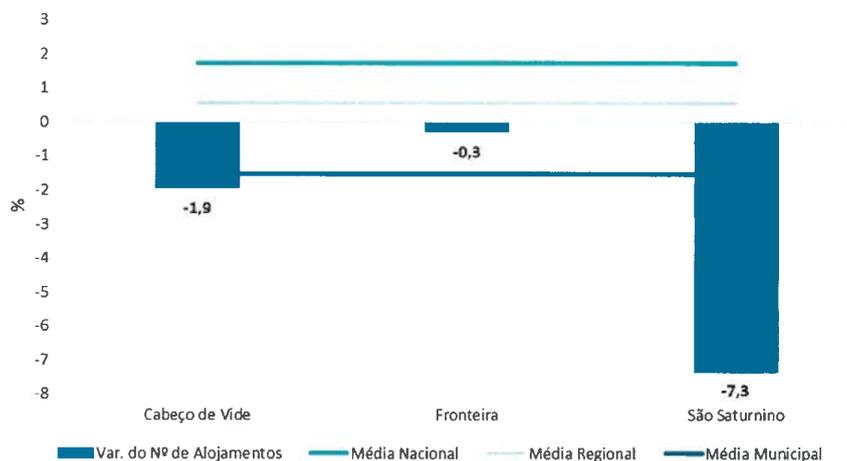


Fonte: INE.

Fronteira registou uma diminuição de 1,5% do seu número de alojamentos, sendo que a freguesia de São Saturnino registou o maior decréscimo (-7,3%, ao longo da última década). Não obstante, foi transversal a todas

as freguesias e constituiu um dos efeitos do decréscimo populacional que se tem feito sentir ao longo das últimas décadas, resultando no abandono dos alojamentos e a sucessiva perda de condições de habitabilidade.

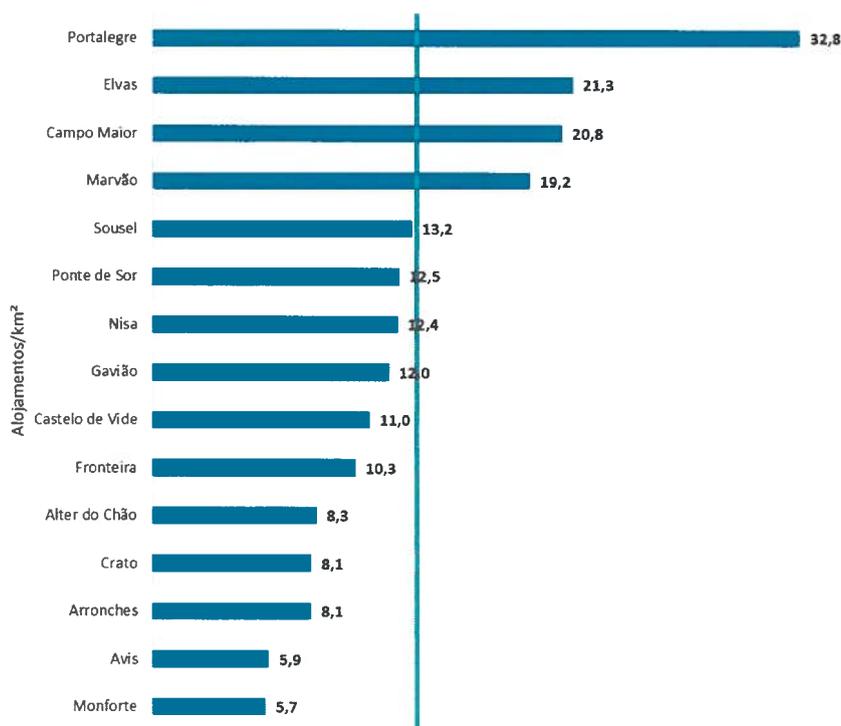
Gráfico 2.2: Variação do Nº de alojamentos no concelho, entre 2011 e 2021



Fonte: INE.

Fronteira apresenta uma densidade de 10,3 alojamentos por km², uma das mais baixas do Alto Alentejo (13,4 / km²), contando com cerca de 2.569 alojamentos, 52,7% dos quais localizados na freguesia de Fronteira, 39,4% em Cabeço de Vide e 7,9% em São Saturnino. Correspondem a 3,2% do parque habitacional do Alto Alentejo.

Gráfico 2.3: Densidade de alojamentos dos concelhos do Alto Alentejo



Fonte: INE.

Ao nível das freguesias, Cabeço de Vide destaca-se das restantes, com a maior densidade (15,4/km²). Por sua vez, São Saturnino é a que apresenta a menor densidade populacional (4,9/km²), dado o reduzido número de alojamentos existente (202).

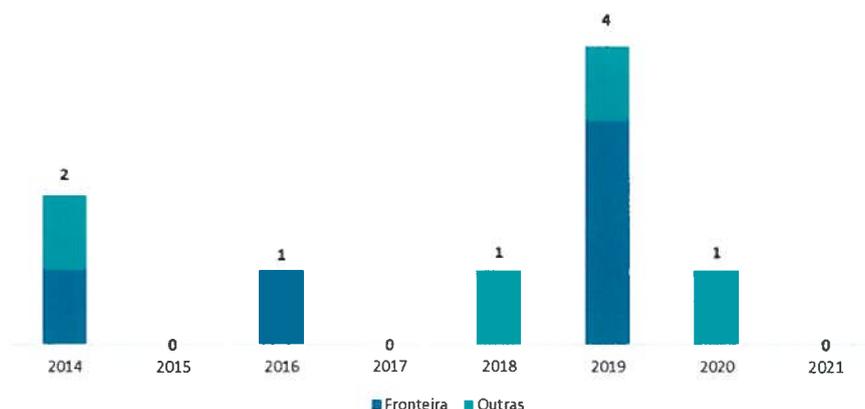
Gráfico 2.4: Densidade de alojamentos no concelho, 2021



Fonte: INE.

Tal como já foi mencionado, ao longo dos últimos anos a dinâmica urbana no concelho tem-se sido reduzida face ao início do milénio. Desde 2014, foram licenciados nove fogos. Entre 2002 e 2009, o número de licenciamentos foi de 91 fogos. Os efeitos da crise económica e o decréscimo populacional podem estar na génese deste fenómeno. A freguesia que tem vindo a apresentar a maior dinâmica urbanística é Fronteira que, ao longo dos últimos oito anos, foi alvo de cinco licenciamentos (55,6% do total concelhio durante este período).

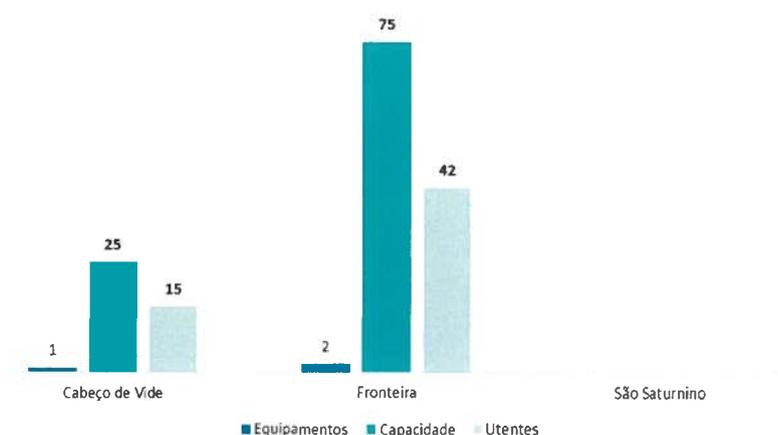
Gráfico 2.5: Fogos licenciados no concelho



Fonte: INE.

Atendendo ao ensino (Pré-escolar), existem três equipamentos, distribuídos pelas freguesias de Fronteira (2) e Cabeço de Vide (1). Estes equipamentos possuem capacidade para 100 utentes com uma taxa de ocupação de 57%. Os 57 utentes dos equipamentos de Fronteira representam 2,3% de todos os utentes do Alto Alentejo.

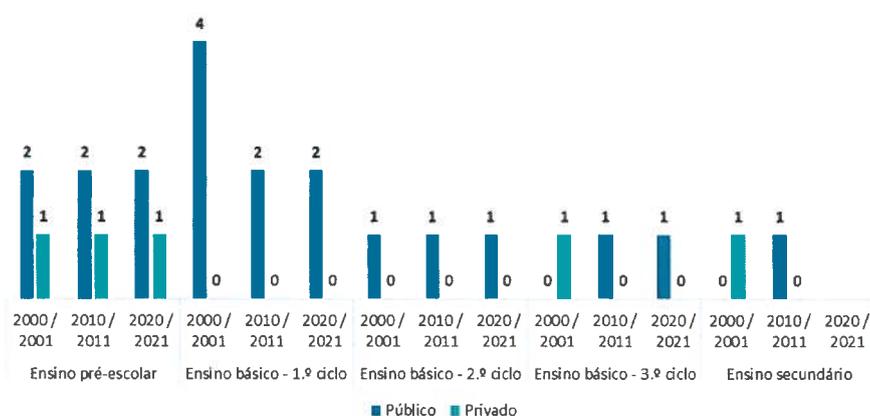
Gráfico 2.6: Capacidade dos equipamentos do Pré-escolar no concelho, 2022



Fonte: Carta Social.

Tal como em todo o Alto Alentejo, o número de estabelecimentos de ensino não superior tem apresentado uma diminuição gradual ao longo dos anos, passando de nove, em 2000/2001, para três, em 2020/2021. Este fenómeno encontra-se diretamente relacionado com as tendências demográficas apresentadas ao longo deste período, que culminaram na diminuição do número de crianças, assim como a sua concentração nos maiores aglomerados urbanos. O 1.º ciclo do Ensino Básico constituiu o nível de ensino que apresentou a maior perda de equipamentos, passando de quatro, no início do século, para dois, no ano letivo de 2020/2021.

Gráfico 2.7: Nº de equipamentos escolares do ensino não superior no concelho



Fonte: INE.

Os idosos assumiam uma importância de 33,5% da população total no concelho de Fronteira à data dos censos de 2021, existindo duas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), com uma capacidade de 133 utentes e uma ocupação de 100%. Estes equipamentos localizavam-se nas freguesias de Fronteira e Cabeço de Vide. As 133 vagas correspondem a 3,5% da oferta total do Alto Alentejo.

Mobilidade e Transportes

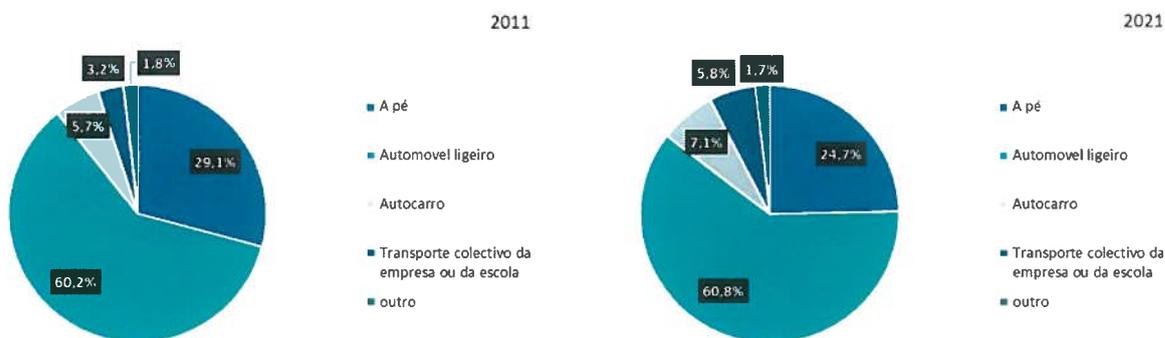
Segundo o PROT Alentejo, uma das Opções Estratégicas de Base Territorial estabelecidas para o Eixo estratégico IV (Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural) passa por “*articular as redes de*

acessibilidades e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial”. Assim, a mobilidade assume um papel estruturante, não só na base económica da região, mas transforma-se também numa condição para reverter as assimetrias socioeconómicas, cada vez mais visíveis.

Com base nos movimentos pendulares à data dos censos de 2021, 1.318 munícipes encontravam-se a trabalhar ou a estudar, 69,2% dos quais no próprio município, valores abaixo da média do Alentejo (75,1%) e acima da média do país (66,2%). Relativamente ao número de residentes que trabalhavam ou estudavam fora do concelho, este universo correspondia a 404 indivíduos. Face aos 233 residentes de outros concelhos, que estudavam ou trabalhavam em Fronteira, é possível concluir que, em 2021, Fronteira apresentava um saldo negativo relativamente aos movimentos pendulares. Atendendo a este cenário, embora as deslocações intraconcelhias constituíssem a maior fatia dos movimentos pendulares dos munícipes, as deslocações interconcelhias também apresentavam uma parte relevante das deslocações. De um modo geral, os concelhos que recebiam mais residentes do concelho de Fronteira eram Estremoz (72), Portalegre (60), Avis (57) e Alter do Chão (50).

A evolução da repartição modal dos movimentos pendulares entre 2011 e 2021 dava conta de um pequeno reforço da importância do automóvel ligeiro e do autocarro em detrimento dos restantes. Deste modo, o automóvel ligeiro passou do modo de eleição de 60,2%, em 2011, para 60,8% das deslocações, em 2021. Ainda assim, destaque para as deslocações a pé, que em 2021, continuavam a representar 24,7% dos trajetos realizados pelos munícipes. Estes dados manifestavam dinâmicas de mobilidade semelhantes à média do Alto Alentejo, uma vez que ao nível sub-regional o automóvel ligeiro era o modo de deslocação utilizado por cerca de 66,6% dos residentes, para os seus movimentos pendulares e as deslocações a pé atingiam um máximo de 23,4%.

Gráfico 2.8: Modalidade de transporte utilizada pela população residente nos movimentos pendulares, no concelho, em 2011 e 2021 (%)



Fonte: INE.

Verifica-se uma dependência do transporte individual, o que é expectável, tendo em conta que 66,3% dos movimentos pendulares tinham uma duração máxima de 15 minutos e 21,1% entre os 15 e os 30 minutos. Uma vez que 87,4% da população residente realizava movimentos pendulares curtos, o automóvel ligeiro e as deslocações a pé constituíam os modos de deslocação mais confortáveis e/ou vantajosos, dada a sua flexibilidade.

Relativamente aos transportes, Fronteira beneficia do serviço de transportes coletivos públicos do Alto Alentejo. O município disponibiliza ainda o serviço de transporte escolar para os alunos residentes no concelho que frequentem os equipamentos em Fronteira, em Estremoz, em Portalegre ou em Alter do Chão.

Dinâmicas sociais

Dinâmica populacional

A secção seguinte tem por objetivo caracterizar o volume e a estrutura demográfica da população do concelho e as respetivas evoluções. A análise incidiu no concelho, mas também nas regiões do Alto Alentejo, do Alentejo e no cenário nacional e, quando necessário, nos quinze concelhos do Alto Alentejo, atendendo às especificidades locais e à profundidade de análise que se pretende considerar.

As fontes de informação consultadas para a análise foram os Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (censos) de 1991, 2001, 2011 e 2021 e as Estatísticas Demográficas para os anos dos períodos intercensitários.

A informação decorrente dos recenseamentos permite a análise do estado da população, para os diferentes momentos censitários. Atendendo a que o último momento censitário se refere a 19 de abril de 2021, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento.

No que diz respeito ao movimento da população, o recurso às estatísticas demográficas permite a reconstituição das dinâmicas natural e migratória da população, ao longo das últimas décadas, nomeadamente, dos períodos intercensitários.

Deste modo, foi considerada, de forma articulada, a análise do estado e a análise do movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001, 2011 e 2021) e das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2021). Essa análise servirá de base para o posterior cálculo de projeções demográficas, a partir de cenários que contemplam tendências passadas de evolução da população.

As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis terão, então, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se apresenta de seguida.

Crescimento populacional intercensitário: evolução da população residente

De seguida, apresentam-se os valores referentes à população recenseada em Portugal, nas regiões do Alentejo (NUT II), Alto Alentejo (NUT III) e concelho, nos quatro últimos momentos censitários (1991, 2001, 2011 e 2021), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci)⁸ da população, nos três últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021), para as mesmas regiões e concelhos.

A população residente recenseada em Portugal, em 2021, era de 10 344 802 indivíduos. No Alentejo e no Alto Alentejo, foram contabilizados 704 707 e 104 923 indivíduos residentes, respetivamente, no mesmo momento censitário de 2021.

Em Fronteira, o número de indivíduos diminuiu de forma constante nos momentos censitários em análise e em 2021 a população residente atingiu valores inferiores aos 3.000 residentes, tal como os concelhos de Arronches e de Monforte.

⁸ A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $Tci = (P1-P0)/P0*100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país

País / Região / Concelho	Ano			
	1991	2001	2011	2021
Fronteira	4 122	3 732	3 410	2 858
Alto Alentejo	134 607	127 026	118 506	104 923
Alentejo	782 331	776 585	757 302	704 707
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	10 344 802

Fonte: INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

No que diz respeito à evolução do efetivo populacional, em Portugal verificou-se um crescimento positivo nos períodos intercensitários de 1991-2001 e 2001-2011. No terceiro e mais recente período intercensitário em análise (2011-2021), a taxa de crescimento populacional foi negativa para o país, com um decréscimo de 2,1 indivíduos por cada 100. Desde a realização do primeiro recenseamento moderno em Portugal (no ano de 1864), este é o segundo período intercensitário em que Portugal regista um crescimento populacional negativo (o primeiro ocorreu entre os censos de 1960 e 1970).

No caso das regiões do Alentejo e, sobretudo, do Alto Alentejo, estas apresentam taxas de crescimento total negativas para os três períodos intercensitários em análise, o que revela uma tendência de perdas populacionais nestas regiões anterior à tendência registada a nível nacional.

Em ambas as regiões, ao longo das décadas, reforça-se o decréscimo populacional, sendo que, no último período, o valor da taxa de crescimento total foi de -6,9% para o Alentejo e de -11,5% para o Alto Alentejo, valores claramente mais negativos do que a média nacional (-2,1%). A variação da taxa de crescimento entre o primeiro e o terceiro período em análise foi de -6,2 pontos percentuais para o Alentejo (variando de -0,7% para -6,9%) e de -5,8 para o Alto Alentejo (tendo variado de -5,6% para -11,5%). Assim, apesar de a região do Alto Alentejo apresentar um crescimento negativo mais acentuado, a aceleração do crescimento negativo, ao longo do tempo, é forte em toda a região do Alentejo.

A evolução da população do Alto Alentejo, é influenciada pelos contributos desiguais dos diferentes concelhos. A dimensão territorial tem influência sobre os resultados do efetivo populacional e, como veremos à frente, sobre a densidade populacional. O reduzido efetivo populacional, bem como a localização do concelho, no interior da região, pode determinar, à partida, maiores oscilações no crescimento. No caso do Alto Alentejo, as perdas populacionais são significativas de uma forma generalizada. É disso que dá conta a taxa de crescimento populacional para os diferentes períodos intercensitários, nos quinze concelhos da região.

No concelho de Fronteira o cenário demográfico é francamente negativo porque, além de ter registado taxas de crescimento total negativas em todos os períodos censitários em análise, as perdas foram mais intensas no concelho do que na região do Alto Alentejo entre 1991 e 2001 (-9,5%) e, em particular, entre 2011 e 2021 (-16,2%) sendo um dos quatro concelhos a atingir perda superiores aos 15% (juntamente com Avis, Gavião e Nisa).

Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país

País / Região / Concelho	Período		
	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Fronteira	-9,5	-8,6	-16,2

País / Região / Concelho	Período		
	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Alto Alentejo	-5,6	-6,7	-11,5
Alentejo	-0,7	-2,5	-6,9
Portugal	5,0	2,0	-2,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Os resultados da taxa de crescimento total por concelhos, a que se juntou a tendência do país e das regiões do Alentejo (NUT II) e do Alto Alentejo (NUT III), nos três períodos intercensitários, permitiram a identificação de grupos de concelhos ou regiões, por tipo de crescimento e evolução desse crescimento, a partir da seguinte tipologia:

- Decréscimo reforçado (em que se verificam níveis de decréscimo populacional elevado no último período intercensitário, e um reforço desse decréscimo do primeiro para o último período);
- Decréscimo permanente (em que o crescimento se apresenta negativo nos diferentes períodos, não atingindo os valores negativos mais elevados, isto é, quando os valores da taxa de crescimento total não atingem -20% em nenhum período intercensitário);
- Decréscimo esbatido (com crescimento negativo nos diferentes períodos, embora com um esbatimento das perdas, para o último período intercensitário);
- Inversão para tendência negativa (de um crescimento positivo passou-se para um crescimento negativo).

Assim, apresenta-se, de seguida, a distribuição dos quinze concelhos, regiões e país, pelos grupos definidos na tipologia de crescimento.

Face ao cenário demográfico exposto até ao momento, o concelho de Fronteira apresenta uma dinâmica de crescimento de tipo *decrécimo reforçado*, tal como os concelhos de Avis, Gavião e Nisa.

Tabela 2.3: País, Alto Alentejo e concelhos em função da dinâmica de crescimento em três décadas (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021)

Tipo de crescimento	Concelhos
Inversão para tendência negativa	Portugal, Campo Maior, Ponte de Sor
Decréscimo esbatido	-
Decréscimo permanente	Alto Alentejo, Alter do Chão, Arronches, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Marvão, Monforte, Portalegre, Sousel
Decréscimo reforçado	Avis, Fronteira, Gavião, Nisa

Fonte: construção própria.

Ora, o crescimento populacional negativo que se verifica no conjunto dos concelhos e regiões a ritmos e com intensidades diferentes, decorre das dinâmicas populacionais e das características intrínsecas de cada território, e tem impacto na estrutura populacional, que analisaremos à frente, assim como nas dinâmicas populacionais futuras. Mas esse crescimento tem, desde logo, impacto no volume global da população de cada concelho no final de cada período em análise, assim como no que esse volume representa no conjunto da região do Alto Alentejo.

Assim, das tendências evolutivas apresentadas, resulta que Fronteira é um dos dois concelhos (o outro sendo Arronches) com as menores proporções de efetivos populacionais no conjunto da população da região do Alto Alentejo (2,7%).

Tabela 2.4: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Alto Alentejo (%), 2021

Concelho	Proporção População (%)
Alter do Chão	2,9
Arronches	2,7
Avis	3,6
Campo Maior	7,7
Castelo de Vide	3,0
Crato	3,1
Elvas	19,8
Fronteira	2,7
Gavião	3,2
Marvão	2,9
Monforte	2,9
Nisa	5,7
Ponte de Sor	14,5
Portalegre	21,3
Sousel	4,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Vejam, de seguida os resultados da densidade populacional, atendendo ao volume populacional e sua distribuição pela área total dos mesmos.

Densidade populacional

Considerando a concentração desigual da população na região do Alto Alentejo, atendendo quer ao volume populacional, quer à área dos diferentes concelhos, introduzimos na análise os valores da densidade populacional.

Entre os quinze concelhos, destacava-se a capital de distrito, Portalegre, que concentrava, em 2021, o maior volume de população, a que correspondia, também, uma maior densidade populacional (50 hab./km²). E, ainda, os concelhos de Elvas e Campo Maior, vizinhos entre si e cuja dinâmica se interligará, apresentam o segundo e o terceiro resultado mais elevado (respetivamente, 33,6 e 32,9 hab./km²). Em todos os restantes concelhos, independentemente da localização e da dimensão territorial, a densidade populacional apresenta resultados inferiores a 20 habitantes por km². Em Fronteira a densidade populacional era de 11,7%, ou seja, de 11 habitantes por cada km².

Tabela 2.5: Densidade populacional (hab./km²), região Alto Alentejo e concelhos, 2021

Concelho / Região	Densidade Populacional
Alter do Chão	8,5
Arronches	9,1
Avis	6,5
Campo Maior	32,9
Castelo de Vide	11,8
Crato	8,1
Elvas	33,6
Fronteira	11,7
Gavião	11,6
Marvão	19,6

Concelho / Região	Densidade Populacional
Monforte	7,2
Nisa	10,4
Ponte de Sor	18,6
Portalegre	50,0
Sousel	15,8
Total Alto Alentejo	17,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População, Wikipédia, Lista de concelhos do Alto Alentejo, área (em km²).

Estrutura demográfica da população residente

De acordo com as tendências de crescimento e alguma diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional da região e do concelho. Introduzimos, de seguida, as pirâmides etárias,⁹ o índice de envelhecimento,¹⁰ as proporções etárias¹¹ e as relações de dependência¹² do Alto Alentejo e do concelho, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações para o ano de 2021, a partir da informação referente ao último recenseamento populacional.

A pirâmide etária de Fronteira apresenta, como a generalidade dos concelhos, uma estrutura populacional francamente envelhecida, pelo maior peso da população adulta e idosa face ao da população jovem e, sobretudo, jovem adulta.

Verifica-se, de forma particular neste concelho, uma sobrerrepresentação da população masculina face à feminina nos grupos etários mais jovens, e uma maior representação feminina (como nos restantes concelhos) nas idades mais avançadas. A feminização do envelhecimento decorre do efeito da sobremortalidade masculina e da mais elevada esperança de vida feminina.

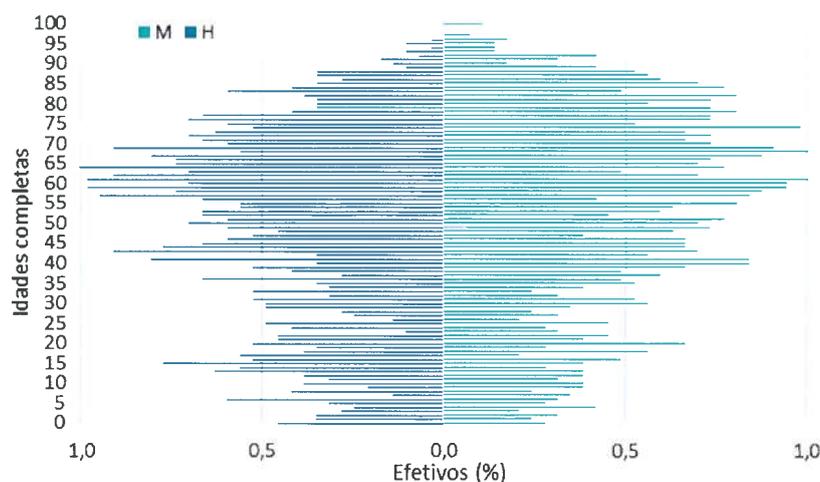
Gráfico 2.9: Pirâmide etária (%) do concelho de Fronteira, 2021

⁹ As pirâmides etárias foram construídas com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações.

¹⁰ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-14 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \text{Pop.}(65e+)/\text{Pop.}(0-14)*100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 14 anos, atendendo ao critério definido pelo INE, entidade produtora da informação estatística, e à desagregação etária da informação, que considera os grupos etários com esta delimitação. A população idosa é considerada a partir dos 65 anos, sendo o grupo etário dos adultos delimitado pelos 15 e 64 anos completos.

¹¹ As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

¹² As relações de dependência resultam do quociente entre a população jovem e adulta (relação de dependência dos jovens), a população idosa e a população adulta (relação de dependência dos idosos), ou entre a população jovem e idosa e a população adulta (relação de dependência total). Os resultados são, habitualmente, expressos em percentagem.



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Tabela 2.6: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), no concelho e total Alto Alentejo, 2021

Concelho / Região	Total	Jovens (0-14)	Adultos (15-64)	Idosos (65 e +)
Fronteira	2858	298	1603	957
Total Alto Alentejo	104923	12376	61169	31378

Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A análise do índice de envelhecimento e das proporções dos grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) dá conta de elevados níveis de envelhecimento em todo o Alto Alentejo, com o concelho de Fronteira a apresentar um valor bastante mais elevado do que o da região (321,1% no concelho e 253,5% na região).

Tabela 2.7: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), no concelho e total Alto Alentejo, 2021

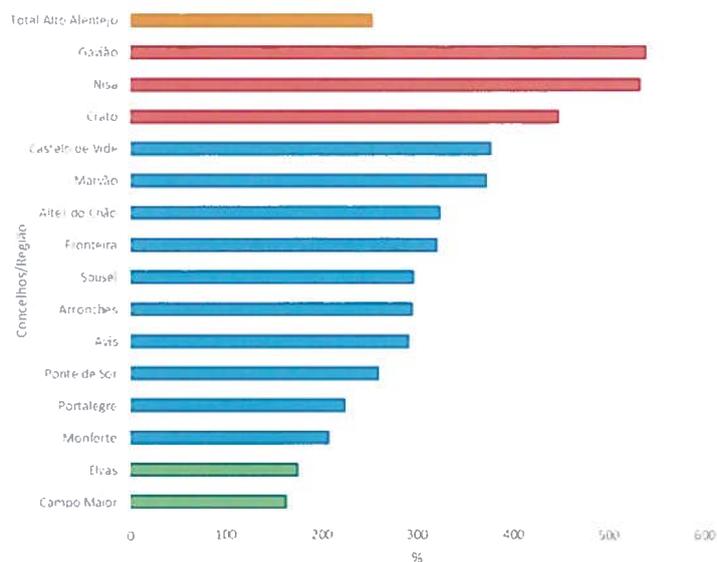
Concelho / Região	IE	Proporção Jovens	Proporção Adultos	Proporção Idosos	Rel. Dep. Jovens	Rel. Dep. Idosos	Rel. Dep. Total
Fronteira	321,1	10,4	56,1	33,5	18,6	59,7	78,3
Total Alto Alentejo	253,5	11,8	58,3	29,9	20,2	51,3	71,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Apesar de em todos os concelhos existir, em 2021, um número de idosos claramente superior ao de jovens (o que resulta em índices de envelhecimento superiores a 100), são, genericamente, os concelhos mais a Norte da região os que registam os valores mais elevados, face aos restantes.

O concelho de Fronteira posicionava-se numa posição intermédia na região do Alto Alentejo relativamente ao índice de envelhecimento, seja, estava entre os concelhos com valores entre os 200% e os 400%, assinalados a azul no gráfico seguinte.

Gráfico 2.10: Índice de Envelhecimento (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021

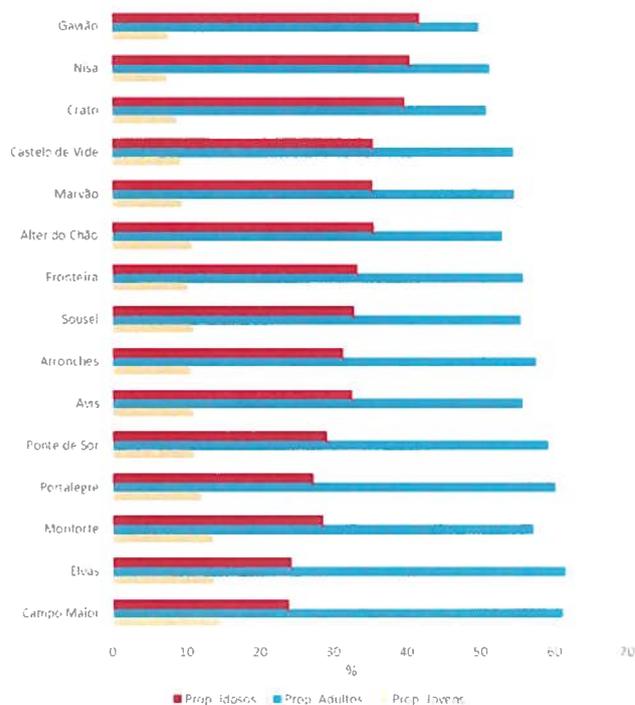


Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Os resultados das proporções etárias reforçam, em certa medida, a tendência descrita a partir do índice de envelhecimento, mas revelam novas particularidades da estrutura populacional dos concelhos (gráfico em baixo).

Fronteira apresenta uma proporção de jovens de apenas 10,4% em 2021; e uma proporção elevada de idosos (33,5%), reforçando a sua posição intermédia nestes indicadores no contexto da região do Alto Alentejo.

Gráfico 2.11: Proporção de Jovens, Adultos e Idosos (%), por concelhos e total Alto Alentejo, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Os resultados apresentados são reforçados pelos das relações de dependência (ver tabela 2.7). A relação de dependência de jovens não ultrapassa o valor de 18,6%, ou seja, 18,6 jovens por cada 100 adultos na região. Quanto à relação de dependência dos idosos, o resultado ascende aos 59,7 idosos por cada 100 adultos, em 2021. A soma da relação de dependência de jovens e de idosos determina a relação de dependência total, sendo o resultado bastante elevado em Fronteira (78,3%). O valor médio da região do Alto Alentejo é de 71,5 jovens e idosos por 100 adultos, em 2021.

A estrutura populacional dos concelhos com maior índice de envelhecimento revela um menor número de jovens face ao de idosos, assim como proporções mais reduzidas de população em idade adulta (dos 15 aos 64 anos) e valores mais elevados para as relações de dependência. Os grupos etários com maior expressão são, ainda assim, os que correspondem às idades férteis em que, atualmente, no nosso país, se concentram os níveis mais elevados de fecundidade (nomeadamente, a partir dos 30 anos). Ora, o volume e as estruturas populacionais influenciam fortemente os comportamentos e as dinâmicas populacionais, no que diz respeito ao movimento migratório e natural.

De seguida, analisaremos as dinâmicas de crescimento total, natural e migratório da região do Alto Alentejo e respetivos concelhos, para o último período intercensitário, o de 2011 a 2021.

Dinâmica populacional: Crescimento Total, Natural e Migratório

Anteriormente, já tinham sido apresentados os resultados para a taxa de crescimento total referente aos três últimos períodos intercensitários. Concentramo-nos agora no crescimento verificado no último período (2011-2021) e no total da população recenseada em 2021.

No concelho de Fronteira, como se pode observar na tabela seguinte, a taxa de crescimento populacional total foi francamente negativa com um valor (-16,2%) superior face ao valor médio da região do Alto Alentejo (-11,4%).

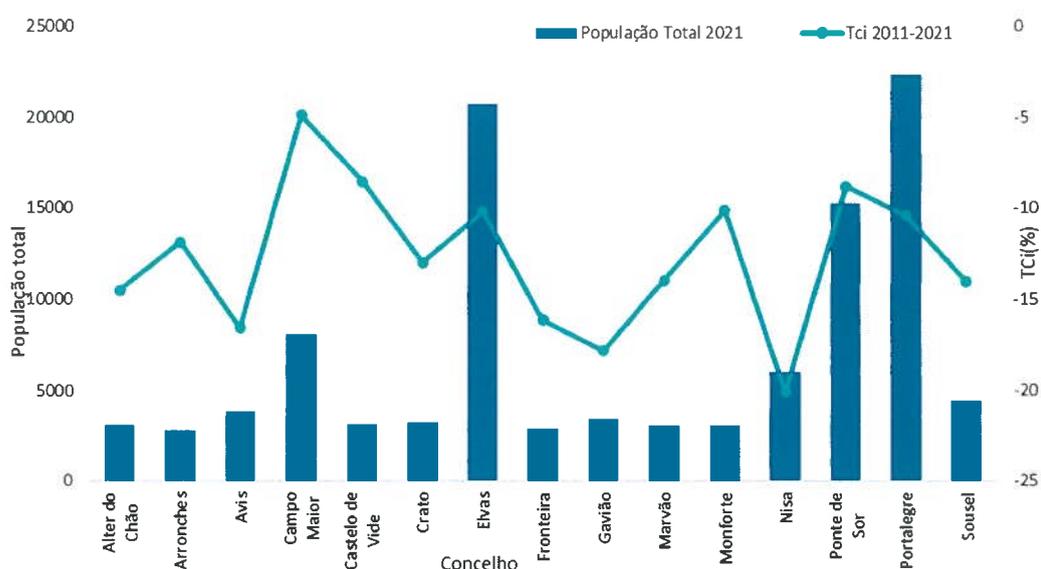
Tabela 2.8: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total (%) no período intercensitário 2011-2021, no concelho e total Alto Alentejo

Concelho / Região	População Total 2021	Tci 2011-2021
Fronteira	2858	-16,2
Total Alto Alentejo	104923	-11,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A representação gráfica da população total em 2021 e da taxa de crescimento total entre 2011 e 2021, reitera que Fronteira foi, a par de Nisa, Gavião e Avis, um dos concelhos que registaram as maiores perdas populacionais.

Gráfico 2.12: População total em 2021 e Taxa de Crescimento total - TCI (%) no período intercensitário 2011-2021, por concelhos do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Para o aprofundamento da análise da dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória (ver tabela seguinte).

No balanço do movimento natural, verificou-se ao longo do último período censitário um crescimento negativo em todos os concelhos. Esse crescimento, medido pela taxa bruta de crescimento natural, foi particularmente negativo em Fronteira embora com menor expressão (-12%), valor consideravelmente superior ao regional (de -9,9%), mas ocupando o concelho uma posição intermédia no contexto da região.

O movimento migratório apresenta igualmente um valor global negativo para a região do Alto Alentejo (-2,2%, o que significa uma perda populacional de 2,2 indivíduos por cada 100, ao longo do período intercensitário), com apenas 6 dos 15 concelhos a apresentar resultados positivos. Com efeito, a taxa da balança migratória apresenta resultados que compensam, em certa medida, nesses casos, o efeito negativo das taxas de crescimento natural, embora não o suficiente para inverter a tendência global de crescimento negativo dos concelhos da região.

Neste quadro, e produzindo um efeito tendencialmente compensatório, alguns dos concelhos que registam saldos naturais negativos revelam um saldo migratório positivo, em termos relativos (Arronches, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Marvão e Alter do Chão). Porém, é evidente que a dinâmica natural se tem sobreposto, em particular na última década, à dinâmica migratória, determinando um crescimento total negativo em todos os concelhos e na região, mesmo naqueles que registaram ganhos migratórios. O efeito desses ganhos tem sido, até ao momento, o de atenuar as perdas globais, mas ainda não o de superar o saldo natural

O concelho de Fronteira, dinâmica de crescimento de tipo *decrécimo reforçado* ao longo das três últimas décadas, registou, além disso, a maior perda populacional relativa no interior do Alto Alentejo em termos migratórios (-5,6%).

Tabela 2.9: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Total, Tipologia de Crescimento, no concelho e na região do Alto Alentejo

Concelho / Região	Pop. 2011	Pop. 2021	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat. (%)	TBMort. (%)	TCN* (%)	TBM* (%)	TCT* (%)	Tip. Cresc. **
Fronteira	3410	2858	181	557	-376	-176	5,8	17,8	-12,0	-5,6	-17,6	1
Alto Al.	118506	104923	7679	18768	-11089	-2494	6,9	16,8	-9,9	-2,2	-12,2	3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020; INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

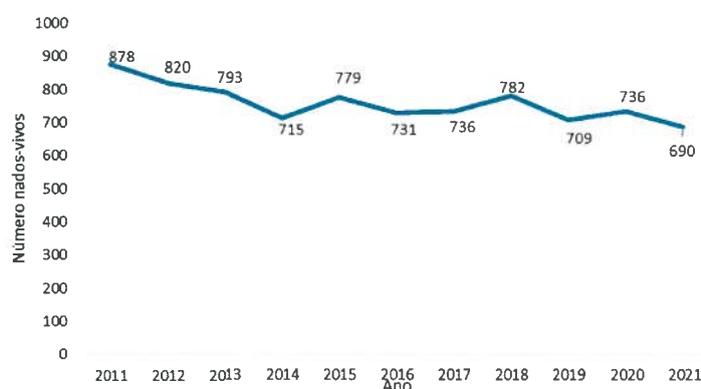
Legenda: *TCN = Taxa de Crescimento Natural, TBM = Taxa da Balança Migratória, TCT = Taxa de Crescimento Total; **Categorias da Tipologia de Crescimento: 1 - Inversão para tendência negativa; 2 - Decréscimo esbatido; 3 - Decréscimo permanente; 4 - Decréscimo reforçado.

Dinâmica populacional: Natalidade e Fecundidade

Se, até aqui, a análise se centrou na evolução da população até 2021, ano do último censo, importa agora compreender como terá evoluído a natalidade¹³ e a fecundidade¹⁴ da região, considerando as tendências até aqui reveladas. Essas tendências são as de um quadro de crescimento natural negativo, ou seja, em que os resultados da mortalidade superam os da natalidade.

Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para a análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁵ e situaremos os resultados do Alto Alentejo no contexto nacional, pela importância de que se reveste o presente indicador. Mas começamos a análise pela apresentação da evolução do número de nados-vivos na região, ao longo da década de 2011 a 2021.

Gráfico 2.13: Nados-vivos (N), Alto Alentejo, 2011-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020.

A evolução do número de nados-vivos no Alto Alentejo revela oscilações ao longo do período de dez anos em análise, registando-se um decréscimo, no número de acontecimentos entre o início e o final do período.

¹³ A natalidade é um fenómeno demográfico que diz respeito aos resultados globais da procriação, numa determinada população.

¹⁴ A fecundidade, enquanto fenómeno demográfico, diz respeito aos resultados da procriação da população feminina e/ou masculina, em idade fértil, sendo habitualmente considerado, sobretudo no caso das mulheres, o intervalo entre os 15 e os 50 anos exatos.

¹⁵ O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Assim, se o número de nados-vivos era de 878 em 2011, já em 2021 registaram-se 690 acontecimentos. No início do período em análise, o país foi atravessado por uma crise económica e financeira, com repercussões a nível social e demográfico, que justificam, também, a diminuição da frequência absoluta da natalidade até 2013.

A partir de 2014, dá-se uma recuperação dos valores, cujas oscilações se devem, em parte, ao número relativamente reduzido de casos. Em 2021 regista-se uma quebra no resultado, face ao ano anterior, que pode, pelo menos em parte, dever-se ao contexto de pandemia (por COVID-19).

Fronteira posiciona-se, tal como na generalidade dos indicadores até aqui analisados, em situação intermédia (195), a par de concelhos como Campo Maior, Nisa, Sousel, Avis, Monforte, Alter do Chão, Castelo de Vide, Crato e Marvão.

Gráfico 2.14: Nados-vivos (N), por concelho e região (NUTS III), no concelho e no Alto Alentejo, 2011-2021

Concelho / Região	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fronteira	27	20	17	18	20	17	11	19	17	15	14
Alto Alentejo	878	820	793	715	779	731	736	782	709	736	690

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Estes resultados, aqui apresentados em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional. Importa, assim, observar não tanto a grandeza absoluta dos valores, mas, sobretudo, a tendência de evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) que considera e sintetiza não só a relação dos nados-vivos com a população em que ocorrem, mas também a respetiva distribuição etária.

Na tabela seguinte, observa-se que os resultados do ISF, em 2001 e de 2009 a 2021, de Portugal, da região do Alto Alentejo e do concelho, em todos os anos em análise, nunca atingiram 2,1 filhos por mulher, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações.

É de notar que se em 2001 Portugal apresentava, em média, uma fecundidade mais elevada do que a região do Alto Alentejo, já em 2018 e em 2021, a região do Alto Alentejo contraria essa tendência e supera a média nacional, com um máximo de 1,45 filhos por mulher no último ano em análise, o de 2021 (ano em que Portugal atingiu 1,42 filhos por mulher).

Todos os concelhos apresentavam níveis de fecundidade francamente baixos e o concelho de Fronteira teve valores intermédios no contexto regional, no entanto, o valor mais elevado verificou-se em 2011 (1,39 filhos por cada mulher) sendo bastante baixo e inferior ao limiar de 2,1. No entanto, a análise dos resultados por concelho deve ser feita com cautela, atendendo ao número reduzido de casos.

Tabela 2.10: Índice sintético de fecundidade, Portugal, Alto Alentejo e concelho, 2001, 2009-2021

Região \ Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fronteira	1,14	1,23	0,6	1,39	1,08	0,86	0,93	1,05	1,05	0,62	1,17	1,05	1,0	1,19
Alto Alentejo	1,35	1,24	1,32	1,28	1,24	1,22	1,15	1,27	1,24	1,30	1,42	1,31	1,44	1,45
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21	1,23	1,30	1,36	1,37	1,41	1,42	1,49	1,34

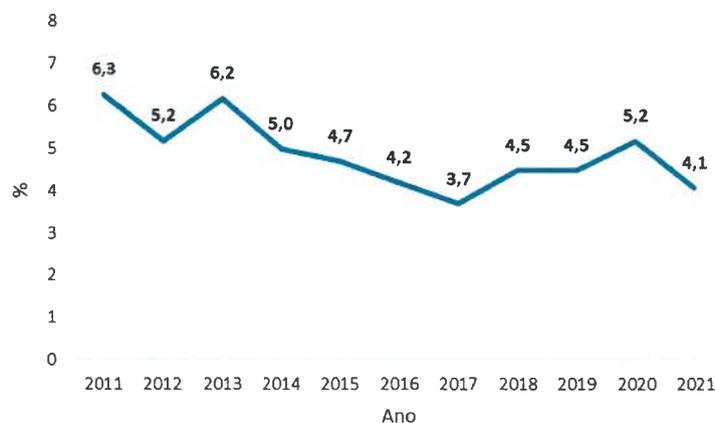
Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2021.

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios nos resultados da natalidade e fecundidade, analisaremos, de seguida, informação relativa aos nados-vivos ocorridos no Alto Alentejo e respetivos concelhos, com mães de nacionalidade estrangeira, no período de 2011 a 2021.

Em 2011, a proporção de nados-vivos de mães estrangeiras foi de 6,3% no Alto Alentejo. Ou seja, por cada 100 nados-vivos, 6,3 foram protagonizados por mulheres de nacionalidade estrangeira. No ano seguinte,

registou-se um decréscimo, seguido de um crescimento e novo decréscimo até 2017, ano em que se registou a proporção mais baixa de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (3,7%).

Gráfico 2.15: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), Alto Alentejo, 2011-2021



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Daí em diante, houve um crescimento no resultado do indicador (embora sem alcançar os resultados do início do período), sendo que no último ano em análise (2021) o resultado da proporção de nados-vivos de mães estrangeiras volta a diminuir para o segundo valor mais baixo do período (4,1%).

O concelho de Fronteira, com uma média de cerca de 8 nados-vivos de mães estrangeiras por cada 100 nados-vivos no período de 2011 a 2021, posiciona-se entre os concelhos com resultados que ultrapassam, em média, os 5% de nados-vivos filhos de mulheres estrangeiras. No entanto, convém referir que na maioria dos anos não se registaram nascimentos de nados-vivos de mães estrangeiras.

Tabela 2.11: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no concelho e na região do Alto Alentejo, 2011-2021

Concelho / Região	Ano										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fronteira	7,4	10,0	5,9	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1
Alto Alentejo	6,3	5,2	6,2	5,0	4,7	4,2	3,7	4,5	4,5	5,2	4,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2021.

Projeções demográficas

As projeções demográficas são exercícios que apresentam resultados de possíveis evoluções populacionais, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é, desde logo, o de compreender as consequências e implicações da concretização de determinadas hipóteses definidas, no que diz respeito à evolução de uma população. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas naturais (fecundidade e mortalidade) e migratórias (imigração e emigração) que resultam em cenários que poderão concretizar-se a prazo, e de acordo com os limites temporais definidos, determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento metodológico sobre projeções demográficas, produzido pelo INE (2020)¹⁶ apresenta, para o país e regiões (NUTS II), a aplicação do modelo de projeções demográficas por coortes e componentes, um modelo consensualmente aceite, no âmbito das ciências sociais, e da análise demográfica, para a construção de projeções demográficas. Nesta metodologia, considera-se a distribuição etária da população, à qual se aplicam matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida, em função dos pressupostos definidos para a possível evolução populacional, como base de sustentação dos cenários considerados.

Nesse sentido, e considerando a dinâmica temporal de indicadores demográficos, sem considerar variáveis exógenas (INE, 2020: 13), foram “definidas hipóteses sobre os níveis futuros da fecundidade, mortalidade e migrações, procedendo-se, de acordo com essas hipóteses, à atualização sucessiva dos efetivos populacionais, por idade e sexo, até atingir o último ano do período de projeção.” (INE, 2020: 5).

A conjugação de hipóteses permitiu definir 4 cenários de projeção da população para Portugal e regiões NUTS II:

“CENÁRIO BAIXO: Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimista para a fecundidade, pessimista para a mortalidade e pessimista para as migrações.

CENÁRIO CENTRAL: Neste cenário são consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações.

CENÁRIO ALTO: Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações.

CENÁRIO SEM MIGRAÇÕES: Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.” (INE, 2020: 33, 34)

De acordo com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica da região do Alto Alentejo, será adotado o cenário baixo, tendo em conta as características de crescimento evidenciadas pelos diferentes concelhos e pela região, nos três últimos períodos intercensitários (que consideram a informação dos últimos quatro censos). De acordo com essas características, considera-se que o cenário baixo, será o mais ajustado à região e ao concelho de Fronteira, que apresentaram no período anterior a 2021 um decréscimo populacional. Com efeito, na nossa análise, de acordo com a tipologia de crescimento proposta, região inseria-se no grupo de *decrécimo permanente* e o concelho no de *decrécimo reforçado*. O cenário baixo será o mais ajustado as estas tendências, ao pressupor: i) no caso do resultado da fecundidade, a manutenção dos valores do Índice Sintético de Fecundidade nos resultados imediatamente anteriores à projeção (cerca de 1,19 filhos por mulher); no caso da mortalidade, um abrandamento da evolução da esperança de vida; no caso das migrações, um saldo migratório negativo (INE, 2020: 11-34).

A partir dos resultados de exercício de projeções apresentado pelo INE, fizemos uso dos resultados por NUTS II, por idade ano a ano, fazendo, a partir dessa informação, um exercício de apuramento dos possíveis resultados associados à região do Alto Alentejo e do concelho de Fronteira. Este é um exercício cujos resultados deverão sempre ser lidos com particular cautela, pela reduzida dimensão populacional associada à generalidade dos concelhos que compõem a região do Alto Alentejo.

Assim, apresentam-se, de seguida, os resultados dessa aplicação, concretizados para a região do Alto Alentejo e para o concelho de Fronteira, e para os grupos etários escolares (até aos 19 anos) até ao ano de 2033, com resultados para o final de cada quinquénio a partir de 2023. Ao longo do período em análise, o efetivo populacional projetado para os grupos etários assume uma tendência de crescimento negativo.

¹⁶INE (2020), Documento metodológico. Projeções de população residente. Consulta em www.ine.pt, file:///C:/Users/35191/Downloads/DMET%20-%20ProjecoesPopula%C3%A7%C3%A3o2018_2020_vers%C3%A3o_4.0_final-2.pdf

A partir da informação censitária de 2021, apurou-se a população residente, por grupos etários escolares, entre os 3 e os 19 anos de idade, no sentido de perfazer o percurso escolar, em termos etários, até ao limite da escolaridade obrigatória. Considerou-se, também, o peso percentual do concelho no conjunto da região do Alto Alentejo, em termos populacionais, para 2021 (tabelas seguintes).

Tabela 2.12: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no total do Alto Alentejo, e população total do concelho, 2021

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Fronteira	50	76	40	75	84	45	370	2858
Alto Alentejo	2406	3278	1797	2711	2936	1991	15119	104923

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Tabela 2.13: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no total do Alto Alentejo, 2021, Proporção da população total (%) dos concelhos na região do Alto Alentejo, 2021

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar) (2021)	Prop. Pop. total conc. no Alto Alentejo 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
Fronteira	1,75	2,66	1,40	2,62	2,94	1,57	12,95	2,72
Alto Alentejo	2,29	3,12	1,71	2,58	2,80	1,90	14,41	100

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A partir dos resultados relativos à população residente total recenseada em 2021 (10 344 802 para Portugal e 704 707 para o Alentejo) e das projeções para o mesmo ano (tabela seguinte), de acordo com os diferentes cenários definidos, para Portugal e a região do Alentejo, verificou-se uma maior aproximação dos resultados do cenário baixo (ou sem migrações) das projeções à população observada através do censo. As tendências reveladas pelo cenário baixo também são compatíveis com as tendências de evolução anterior (nos intervalos intercensitários) que revelaram decréscimos populacionais, alguns reforçados, em todos os concelhos, no período intercensitário mais recente.

Tabela 2.14: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários

País/Região	Cenário			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Portugal	10318912	10367765	10407301	10202247
Alentejo	702198	705049	706567	692737

Fonte: INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

A partir dos resultados das projeções associadas ao cenário baixo proposto pelo INE, consideram-se ainda os seguintes pressupostos: i) a proporção da população no Alto Alentejo face ao total do Alentejo mantém-se ao longo do período em análise; ii) a variação na proporção da população por grupos etários escolares, no concelho de Fronteira, ao longo dos períodos ou quinquénios de 2023 a 2033, segue tendência média da região, a partir do valor de partida. Para tal, assume-se a proporção etária de 2021 nos grupos etários escolares, no concelho.

Os resultados das proporções dos grupos etários escolares da região do Alto Alentejo de 2021 comparam bem com os resultados das projeções dos mesmos grupos etários e com a diferenças dos resultados entre grupos etários do Alentejo (ver segunda tabela em baixo). Dessa forma, e assumindo a evolução projetada para a população em idade escolar no Alentejo (ver duas tabelas seguintes), a sua variação ao longo dos quinquénios em análise (ver terceira tabela em baixo), bem como a proporção da população do Alto Alentejo no conjunto da

região e dos concelhos na região do Alto Alentejo, encontram-se os resultados do exercício de projeção da população residente em idade escolar, por grupos etários, no concelho de Fronteira, para os anos de 2023, 2028 e 2033 (três últimas tabelas, respetivamente).

Tabela 2.15: Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
2021	16242	22075	12580	18752	20284	14003	103936	702198
2023	16337	21755	11447	18887	19215	13982	101623	699098
2028	15561	21393	10793	16371	17588	12506	94212	677411
2033	14994	20357	10383	15996	16170	10616	88516	651530

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.16: Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021	2,31	3,14	1,79	2,67	2,89	1,99	14,80
2023	2,34	3,11	1,64	2,70	2,75	2,00	14,54
2028	2,30	3,16	1,59	2,42	2,60	1,85	13,91
2033	2,30	3,12	1,59	2,46	2,48	1,63	13,59

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.17: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2033

Ano	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021-2023	1,03	-1,01	-8,60	1,17	-4,85	0,29	-1,79
2023-2028	-1,70	1,48	-2,69	-10,55	-5,54	-7,69	-4,32
2028-2033	0,18	-1,06	0,02	1,59	-4,41	-11,74	-2,31

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.18: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e total Alto Alentejo, 2023

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Fronteira	51	75	37	76	80	45	363
Alto Alentejo	2431	3245	1642	2743	2794	1997	14851

Tabela 2.19: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.20: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2028

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Fronteira	50	76	36	68	76	42	348
Alto Alentejo	2389	3293	1598	2453	2639	1843	14209

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.21: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e total Alto Alentejo, 2033

Concelho	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Fronteira	50	76	36	69	72	37	339
Alto Alentejo	2394	3258	1599	2492	2523	1627	13880

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Dinâmica socioeconómica

A caracterização socioeconómica do concelho que se apresenta neste subcapítulo baseia-se em dados retirados do INE, em particular, em fontes de dados como o Sistema de Contas Integradas das Empresas, das Estimativas Anuais da População Residente, Demografia das Empresas e GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal.

Este subcapítulo inclui a caracterização de cinco dimensões principais: i) tecido empresarial, ii) empregabilidade, iii) população ativa, taxas de atividade e remunerações, iii) escolaridade e das qualificações e, por último, iv) desemprego e dos apoios sociais.

Tecido empresarial

Tendo em vista a realização de uma caracterização inicial do tecido empresarial de Portugal,¹⁷ do Alentejo, do Alto Alentejo e do concelho de Fronteira, utilizaram-se dois indicadores que revelam a dimensão e robustez do tecido empresarial. O primeiro destes indicadores designa-se por densidade das empresas não financeiras e permite identificar onde existe maior número de empresas, em média, por km², e o segundo indica quantas empresas não financeiras¹⁸ existem em cada território por cada 100 habitantes.

Na série de três anos em análise verifica-se alguma estabilidade nos valores dos dois indicadores, número médio de empresas não financeiras por km² e por cada 100 habitantes, em Portugal Continental e no Alentejo e Alto Alentejo, regiões que apresentam valores bastante reduzidos em termos de densidade empresarial (de 2,7 e 2,0, respetivamente, ou seja, perto de 3 e 2 empresas por cada km²) e consideravelmente inferiores em relação ao cenário nacional, que apresentou valores à volta de 14 empresas por cada km² entre 2018 e 2020.

No concelho de Fronteira a densidade empresarial era similar ainda que ligeiramente inferior à das regiões do Alentejo e Alto Alentejo, apenas cerca de 2 empresas, em média, por cada km², um dos valores mais baixos do Alto Alentejo.

O indicador sobre o número médio de empresas por cada 100 habitantes revela que, ao longo do período considerado, os valores das regiões e do continente foram inferiores aos de Fronteira, onde se registavam cerca de 15 empresas por cada 100 habitantes nos três anos considerados.

¹⁷Apenas o Continente, sem contabilizar as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

¹⁸ Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais. Uma empresa corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, podendo corresponder a uma única. A empresa, tal como é definida, é uma entidade económica que pode, em certas circunstâncias, corresponder à reunião de várias unidades jurídicas. De facto, certas unidades jurídicas exercem atividades exclusivamente em proveito de uma outra unidade jurídica e a sua existência só se explica por razões administrativas (por exemplo, fiscais) sem que sejam significativas do ponto de vista económico. Pertence também a esta categoria uma grande parte das unidades jurídicas sem emprego. Frequentemente, as suas atividades devem ser interpretadas como atividades auxiliares das atividades da unidade jurídica-mãe que elas secundam, à qual pertencem e a que têm de estar ligadas, para constituir a entidade "empresa" utilizada para análise económica. (metainformação – INE).

Tabela 2.22: Densidade empresarial e Número de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e o Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Regiões/ País	Densidade empresarial (Nº médio de empresas por Km ²)			Número empresas por cada 100 hab.		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Fronteira	1,8	1,7	1,7	15,1	14,5	14,7
Alto Alentejo	2,1	2,1	2,0	12,0	12,0	11,7
Alentejo	2,7	2,7	2,7	12,1	12,2	12,0
Continente	13,7	14,2	14,0	12,5	12,9	12,7

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas/ INE - Estimativas Anuais da População Residente).

É também importante perceber onde há mais Pequenas e Médias Empresas (PMEs)¹⁹ e Grandes Empresas (GE). Como é consabido, o tecido empresarial português é, na sua quase totalidade, constituído por PMEs, correspondendo o número de Grandes Empresas (GE) a 0,1 do número total de empresas existentes no território nacional.

O cenário não é diferente na região do Alentejo, onde existiam, em 2020, apenas 57 Grandes Empresas, e no distrito de Portalegre onde, nos três anos em análise, o número de GE era apenas de 8, 1 localizada no concelho de Avis, 3 no concelho de Campo Maior, 1 no concelho de Elvas, 1 no concelho de Ponte de Sor e 2 no concelho de Portalegre.

O tecido empresarial do concelho de Fronteira era, por isso, menos robusto face aos restantes: um número total de empresas de apenas 431 em 2020 que reduziu relativamente ao ano anterior (433 empresas) e, em particular, com o ano de 2018 (454 empresas).

Tabela 2.23: Número de PMEs e de Grandes Empresas, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/ Regiões/ País	Total			PMEs			Grandes empresas		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Fronteira	454	433	431	454	433	431	0	0	0
Alto Alentejo	12715	12549	12320	12706	12539	12312	9	10	8
Alentejo	86098	86189	84838	86054	86136	84781	44	53	57
Continente	1221902	1260923	1244194	1220734	1259667	1242979	1168	1256	1215

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Passamos, agora, à análise das Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras, indicadores que mostram quantas empresas foram criadas e extintas, por ano, por cada 100 empresas ativas existentes.

No território continental e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo observa-se que a taxa de natalidade das empresas diminuiu em 2018 e 2020, ficando sempre abaixo das percentagens observadas para o continente. Em 2020, foram criadas 9,8 empresas por cada 100 existentes face aos cerca de 11% no Alentejo e 12% no país.

No concelho de Fronteira a taxa de natalidade foi sempre inferior à regional e sofreu a mesma queda ao longo do período em análise. No ano de 2020, foram criadas apenas 8,4 empresas por cada 100 existentes.

Relativamente à taxa de mortalidade das empresas, observa-se que no continente e na região do Alentejo houve um ligeiro aumento em 2019, enquanto no Alto Alentejo se manteve o número de empresas extintas por cada 100 existentes (12,1%). Em 2020, país, Alentejo e Alto Alentejo tornaram a ver diminuir as taxas de

¹⁹A categoria das micros, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. (metainformação – INE)

mortalidade, ainda que muito ligeiramente, para cerca de 12 empresas nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo e perto de 13 no país.

Já no concelho de Fronteira houve um considerável aumento da taxa de mortalidade que era em 2018 de 11,7% diminuiu nos anos seguintes para cerca de 10 empresas extintas por cada 100 empresas existentes no concelho, acompanhando de forma menos intensa as oscilações verificadas na região do Alto Alentejo, embora com valores ligeiramente inferiores, um sinal de que de, apesar de reduzido, o seu tecido empresarial parece ser mais resiliente.

Tabela 2.24: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras (%), no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2018, 2019, 2020

Concelho/ Regiões/ País	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Fronteira	9,7	8,3	8,4	11,7	Pro 9,9	Pre 10,0
Alto Alentejo	12,8	10,8	9,8	12,1	Pro 12,1	Pre 11,7
Alentejo	14,1	12,3	10,7	12,4	Pro 12,7	Pre 12,2
Continente	15,2	14,8	11,8	12,4	Pro 13,2	Pre 12,8

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: Pro = Valor provisório; Pre = Valor preliminar.

Para terminar a análise do tecido empresarial, introduz-se a análise da distribuição das empresas não financeiras pelos setores de atividade, focamos o último ano de análise possível (2020).

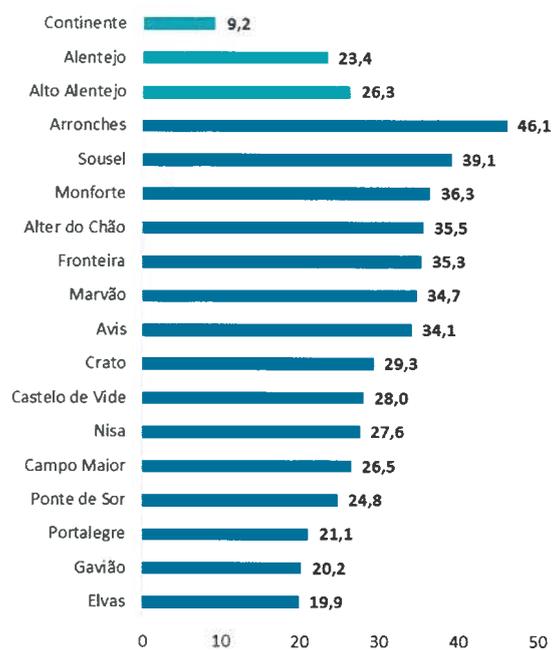
Na tabela em baixo, vemos que em 2020 existia um total de 1 244 194 empresas não financeiras no continente, 84 838 empresas no Alentejo (correspondente a 6,8% no total do continente), 12 320 no Alto Alentejo (14,5% do total das empresas do Alentejo) e no 431 concelho Fronteira (que representam apenas 4,5% do total das empresas sediadas no Alto Alentejo).

No gráfico seguinte observa-se que um número considerável das empresas das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e de Fronteira pertenciam ao setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (26,3%, N = 3243 na região e 35,3%, N = 152 no concelho), havendo, por isso, uma considerável menor diversidade setorial do que no país, onde representa apenas 9,2% do total das empresas no continente.

No Alentejo, o mesmo setor representa 23,4% do total das empresas sediadas nesse território, e na região do Alto Alentejo as empresas do setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* representam mais de um quarto do total das empresas.

Quando analisadas as percentagens dos concelhos, Fronteira assume posição entre os concelhos com maiores percentagens de empresas pertencentes àquele setor e que representam mais de um terço do total do respetivo tecido empresarial.

Gráfico 2.16: Percentagem de empresas não financeiras do setor de atividade da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca no total das empresas, nos concelhos, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020



Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Regressando à tabela, é possível identificar outros setores económicos com algum peso em termos de número de empresas existentes, no ano de 2020: o *Comércio por grosso e a retalho (...)* com 70 empresas; as *Administrativas e dos serviços de apoio* (54); as de *Alojamento, restauração e similares* (33); e as de *Consultoria, científicas, técnicas e similares* e de *Construção* (ambos com 22).

Nos restantes setores o número de empresas era de 20 ou menos, ou mesmo inexistente.

Tabela 2.25: Número de empresas não financeiras, total e por setor de atividade, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no Continente, 2020

Concelho/ Regiões/ País	Total	A,PQ, C,F,P	IE	IT	E,G,V, AQF,AF	CTD A	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Fronteira	431	152	0	20	0	0	22	70	6	33	0	3	22	54	7	16	5	21
Alto Alentejo	12 320	3 243	10	599	49	12	655	2 037	208	1 126	83	204	998	1 064	500	741	234	557
Alentejo	84 838	19 878	186	4 007	316	101	4 798	14 661	1 546	7 563	753	1 836	6 275	8 413	3 430	5 251	1 819	4 005
Continente	1 244 194	114 902	994	64 691	4 808	1 236	89 257	207 988	32 661	105 889	20 626	50 533	129 586	168 699	55 511	99 422	35 281	62 110

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e frio e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliários; CCTS = Consultoria, científicas, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades.

Empregabilidade

Passamos a avaliar a empregabilidade, a começar com o indicador relativo ao número médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras.

Sendo o tecido empresarial nacional constituído, praticamente na sua totalidade, por PME's, como analisado anteriormente, o número médio de pessoas por empresa é, naturalmente, baixo. Na tabela seguinte, verifica-se que, em Portugal continental, cada empresa empregava, em média, cerca de 3 pessoas, entre 2018 e 2020.

No Alentejo, o número médio de pessoas por cada empresa não financeira é mais reduzido. Registaram-se, não obstante, ligeiros aumentos nos anos de 2019 e de 2020, pelo que, no último ano, cada empresa nesta região empregava, em média, 2,6 pessoas. No Alto Alentejo, por sua vez, o indicador baixa para apenas 2,2 pessoas por empresa.

O concelho de Fronteira apresentou ao longo dos três anos em análise um número médio de pessoas por empresa inferior ao das regiões do Alto Alentejo e Alentejo e do país, ao registar cerca de 2 pessoas, em média, ao serviço das empresas não financeiras.

Tabela 2.26: Número médio de pessoas ao serviço das empresas não financeiras, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e no Continente, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Regiões/ País	2018	2019	2020
Fronteira	1,8	1,9	1,9
Alto Alentejo	2,3	2,4	2,4
Alentejo	2,4	2,5	2,6
Continente	3,2	3,2	3,2

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Vejamos, em seguida, quais os setores de atividade económica que mais empregam pessoas no país, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no concelho.

Além do peso que assumem em termos de número de empresas existentes na região, como vimos anteriormente, os setores de atividade económica da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* e do *Comércio por grosso e a retalho (...)* são igualmente os que mais empregam pessoas nas regiões do Alentejo (22,4%) e do Alto Alentejo (19,7%), ao contrário do que acontece no país, onde apenas 4,8% das empresas não financeiras pertence àquele setor.

No Alto Alentejo existem outros setores de atividades económica com percentagens de pessoal consideráveis: as *indústrias transformadoras* (15,5%), o *Alojamento, restauração e similares* (7,9%), a *Construção* e o *Comércio por grosso e a retalho (...)* (cada um com 6,7%), o setor da *Consultoria, científicas, técnicas e similares* (6,6%) e, ainda, as atividades *Administrativas e dos serviços de apoio* (6,3%).

A representação gráfica da distribuição do pessoal ao serviço das empresas não financeiras por setor de atividade no concelho de Fronteira (ver gráfico seguinte) mostra um cenário ligeiramente diferente ao da região: um terço do pessoal ao serviço das empresas não financeiras do serviço do setor da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*; 14,1% no setor do *Transporte e armazenagem*; 8,8% nas *Indústrias transformadoras*; 6,9% nas *Administrativas e dos serviços de apoio*; e 6,4%, quer no *Comércio por grosso e a retalho (...)*, quer no da *Construção*. Nos restantes, por cada setor, trabalhavam menos de 5% do pessoal.

Tabela 2.27. Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020

Concelho/ Regiões/ País	A,PQ, C,F,P	IE	IT	E,G,V, AQF,AF	CTDA	C	CGR	TA	ARS	IC	I	CCTS	ASA	E	SHAS	AEDR	OA
Fronteira	33,1	n.a	8,8	n.a	n.a	6,4	6,4	14,1	4,8	n.a	0,9	3,3	6,9	0,9	2,3	0,7	2,6
Alto Alentejo	19,7	0,2	15,5	s.d.	s.d.	6,7	6,7	2,7	7,9	0,5	1,4	6,6	6,3	1,8	3,3	1,0	2,5
Alentejo	22,4	1,2	14,9	0,2	1,0	6,8	6,8	3,7	7,7	0,9	1,2	4,8	7,6	2,0	4,0	1,1	2,8
Continente	4,8	0,2	17,7	0,3	0,9	8,7	8,7	4,5	8,6	3,2	1,9	7,0	11,9	2,4	4,9	1,5	2,3

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Legenda: A, PQ, C, F, P = Agric., prod. animal, caça, floresta e pesca; IE = Indústrias extrativas; IT = Indústrias transformadoras; E, G, V, AQF, AF = Elet., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; CTDA = Captação, trat. e dist. de água (...); C = Construção; CGR = Comércio por grosso e a retalho (...); TA = Transporte e armazenagem; ARS = Alojamento, restauração e similares; IC = Informação e comunicação; I = Imobiliárias; CCTS = Consultoria, técnicas e similares; ASA = Administrativas e dos serviços de apoio; E = Educação; SHAS = Saúde humana e apoio social; AEDR = Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; OA = Outras atividades: s.d. – sem dados.

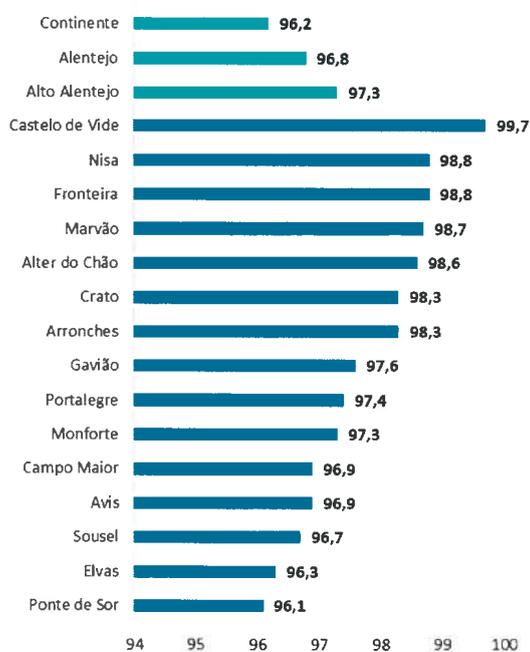
Gráfico 2.17: Percentagem de pessoal ao serviço de empresas não financeiras, por setor de atividade económica no concelho, 2020



Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Importa também perceber a percentagem de empresas com menos de 10 trabalhadores existentes no país (Continente), nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e, em particular, no concelho de Fronteira (praticamente 99% das empresas do concelho).

Gráfico 2.18: Empresas não financeiras com menos de 10 pessoas, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2020 (%)



Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Termina-se a análise do emprego com uma caracterização dos trabalhadores ao serviço das empresas,²⁰ em termos de situação na profissão, níveis de escolaridade, regime de trabalho e tipo de contrato.

O quadro nacional de trabalhadores por situação na profissão era constituído, no ano de 2019, por 94,2% de trabalhadores por conta de outrem, valor igual ao do Alentejo. Na região do Alto Alentejo, havia 93,8% trabalhadores por conta de outrem.

No concelho de Fronteira, no mesmo ano, 86,6% dos trabalhadores ao serviço das empresas era trabalhador por conta de outrem. Por outro lado, havia mais empregadores neste concelho (11%) do que no país e das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo (entre 5% e 6%).

Tabela 2.28: Trabalhadores ao serviço das empresas por situação na profissão, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)

Concelho/Regiões/ País	Empregador	Membro Ativo de Cooperativa de Produção	Trabalhador Familiar não Remunerado	Trabalhador Por Conta de Outrem
Fronteira	11,0	0,0	-	86,6
Alto Alentejo	5,8	0,1	0,0	93,8
Alentejo	5,4	0,0	0,1	94,2
Continente	5,5	0,0	0,0	94,2

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Na sequência dos resultados da análise do indicador da situação na profissão, vamos analisar os níveis de escolaridade, o regime de trabalho e o tipo de contrato apenas para os Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO).

Em termos de escolaridade, e considerando como nível de análise Portugal continental, o número de TCO com Ensino Superior correspondia, em 2019, a 20,9%. A maioria havia concluído o 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (26,4%) e o Ensino Secundário ou Pós-secundário (31,1%). Com menores proporções, embora ainda de considerar, surgem os que terminaram apenas o 2º ciclo de escolaridade (12,2%) e os que concluíram o 1º ciclo (9,1%).

O quadro das qualificações dos TCO, em 2019, era pior nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, sobretudo pelas percentagens mais baixas com Ensino Superior (14,2% e 14,3%, respetivamente), e pelas percentagens mais elevadas com apenas o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico (12,2% no Alentejo e 13,3% no Alto Alentejo).

Em Fronteira a maioria dos TCO também tinham como nível de escolaridade concluído o 3º ciclo do Ensino Básico (35,4%), com maior presença no concelho, e o Ensino Secundário/Pós-Secundário (19%), com menor presença no concelho. Além disso, o concelho distingue-se das regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e, sobretudo, do país, devido, por um lado, a percentagem mais elevada de TCO com o 1º ciclo (16%) e com o 2º ciclo (17,1%); e, por outro lado, a percentagens inferiores de TCO com Ensino Superior (cerca de 13% dos TCO).

Tabela 2.29: Trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, nos concelhos, nas regiões Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (%)

²⁰Para estes indicadores utilizou-se a definição de empresa como “Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.” (metainformação – INE)

Concelho/ Regiões/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/Pós- secundário	Superior
Fronteira	conf.	16,0	17,1	35,4	19,0	12,5
Alto Alentejo	0,5	13,3	15,0	29,8	27,0	14,3
Alentejo	0,7	12,2	12,8	29,3	30,8	14,2
Continente	0,4	9,1	12,2	26,4	31,1	20,9

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

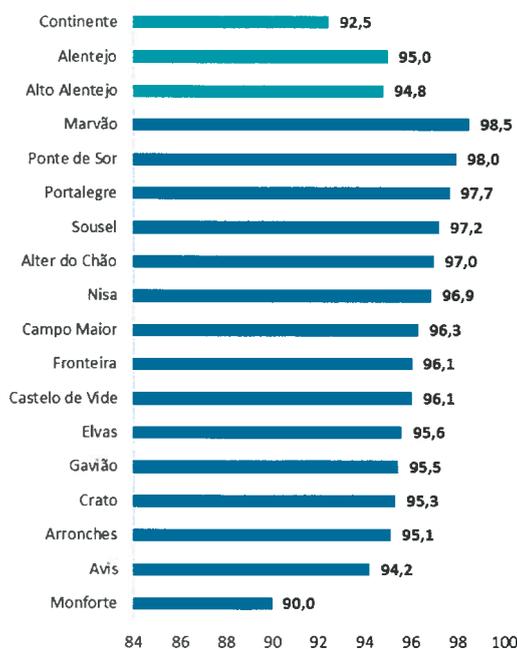
Legenda: conf. = Confidencial.

A maioria dos TCO trabalham em regime completo no território nacional (92,5%) e nas regiões do Alentejo (95%) e do Alto Alentejo (94,8%).

No quadro regional, todos os concelhos têm percentagens elevadas, acima dos 90%, de TCO em regime de trabalho completo.

Fronteira apresentava no ano de 2019 uma percentagem ligeiramente superior à da região do Alto Alentejo, com 96,1% de TCO em regime completo, mas, ainda assim, ocupando uma posição intermédia.

Gráfico 2.19: Trabalhadores por conta de outrem com regime de tempo completo, nos concelhos e região do Alto Alentejo no Alentejo e no Continente, 2019 (%)



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Relativamente ao tipo de contrato mais frequente entre os TCO, em Portugal Continental e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, em 2019, destaca-se o contrato permanente/sem termo, com um peso maior no caso do distrito de Portalegre, com 70,3%, face a 64% nacionais e 61,9% no Alentejo. As percentagens nos três territórios mantiveram-se sem grandes alterações nos três anos em análise.

No concelho de Fronteira a percentagem de TCO com contrato permanente/sem termo, inferior relativamente às percentagens das regiões do Alto Alentejo e do Alentejo e do país, em 2017 e 2018, tornou-se ligeiramente superior em 2019 representando perto de 72% dos TCO. Inversamente, os contratos a termo/a prazo diminuíram até aos 28,3% no mesmo ano.

Tabela 2.30: Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	A termo/ a prazo			A termo para cedência temporária			Permanente / sem termo		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Fronteira	34,2	30,9	28,3	0,0	0,0	0,0	64,8	67,6	71,7
Alto Alentejo	29,1	29,0	29,3	0,0	0,0	0,0	70,4	70,3	70,3
Alentejo	34,8	35,8	36,1	0,9	1,0	1,1	63,4	62,2	61,9
Continente	31,0	32,4	32,4	3,3	3,3	2,9	64,9	63,6	64,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Desemprego e apoios sociais

Nesta secção começamos por analisar alguns indicadores relativos ao desemprego, nomeadamente as taxas de desemprego total, por sexo e por grupo etário, de acordo com os dados dos censos de 2001, 2011 e 2021, que dão conta do número de desempregados sobre o total da população ativa.

Na tabela seguinte verificamos que as taxas de desemprego totais foram particularmente elevadas no ano de 2011, consequência da crise financeira mundial iniciada no mercado imobiliário dos Estados Unidos da América. Nos outros anos em análise, 2001 e 2021, as taxas foram inferiores aos 10% em todos os territórios considerados, realçando-se que em 2021 as percentagens de desempregados no total da população ativa eram ligeiramente inferiores aos de 2001 nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, ao contrário do registado para o cenário nacional.

No concelho também se observa uma percentagem de desempregados inferior em 2021 (6,3%) em relação à de 2001 (10,2%), ficando em 2021 abaixo das taxas de desemprego total das regiões do Alto Alentejo e Alentejo e do país.

Observemos agora as diferenças entre as taxas de desemprego masculina e feminina. A nível nacional, a evolução das percentagens de mulheres desempregadas é similar à das percentagens de homens desempregados, embora sempre ligeiramente superiores. A percentagem de mulheres desempregadas em 2001 era, ao contrário do verificado entre a população ativa do sexo masculino, superior a 10% nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo (12,5% e 11,9%, respetivamente); dessa forma, os aumentos em 2011 foram menos acentuados. No último ano em análise, as percentagens também diminuíram para valores inferiores aos de 2011, embora mantendo-se ligeiramente superiores às percentagens de desempregados homens.

No concelho de Fronteira, as taxas de desemprego dos homens, similares aos valores nacionais, foram sempre inferiores às percentagens de mulheres desempregadas, embora a diferença entre homens e mulheres tenha diminuído em 2021 (5,2% e 7,4%, respetivamente).

Tabela 2.31: Taxa de desemprego segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/Regiões/ País	Total			Masculino			Feminino		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Fronteira	10,2	15,1	6,3	4,8	12,5	5,2	17,0	18,0	7,4
Alto Alentejo	8,0	15,7	7,6	4,9	14,8	6,8	11,9	16,6	8,5
Alentejo	8,4	12,8	6,9	5,3	11,9	6,3	12,5	13,9	7,6
Continente	6,9	13,2	8,1	5,3	12,5	7,2	8,7	13,9	8,9

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Na tabela em baixo expõem-se as percentagens de desempregados no total da população ativa por grupos etários. De uma forma geral, as percentagens de desempregados aumentaram no ano de 2011 nos vários grupos etários como verificado na análise anterior. Dessa forma, focamos a análise no ano de 2021.

Em Portugal continental, no ano de 2021 a taxa de desemprego era mais elevada nos grupos etários mais jovens – 18,4% no grupo com idades entre 15 e 24 anos e 9,3% entre os 25 e os 34 anos. Nos outros grupos etários, as percentagens de desempregados eram inferiores aos 8%. Nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo o quadro era parecido, embora com percentagens mais elevadas no distrito de Portalegre em que se registavam 20,2% de desempregados no grupo etário dos 15 aos 24 anos e mais de 10% entre os 25 e os 34 anos.

O concelho de Fronteira contava no mesmo ano de 2021 com 24,1% de desempregados entre 15 e 24 anos e com 6% no grupo etário dos 25 aos 34 anos, neste caso bastante inferior à percentagem regional. Aliás, no concelho, é visível que existe uma maior distribuição de desempregados pelos diversos grupos etários, atingindo percentagens no grupo dos 55 aos 64 anos (6,6%) e no de 65 ou mais anos (8,3%) no concelho por comparação com a região do Alto Alentejo.

Tabela 2.32: Taxa de desemprego segundo os censos, por grupo etário, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2001, 2011 e 2021

Concelho/ Regiões/ País	15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		65 ou mais			
	2001	2021	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2021	
Fronteira	17,5	24,1	11,1	19,9	9,0	8,6	4,8	8,0	3,7	8,9	14,0	6,6	0,0	8,3
Alto Alentejo	17,0	20,2	7,7	16,8	6,4	12,6	6,8	5,9	12,8	7,5	13,9	6,5	0,3	2,7
Alentejo	15,8	17,2	8,1	13,1	6,8	10,7	5,9	6,6	10,8	5,4	12,5	6,1	0,4	2,5
Continente	12,4	18,4	6,2	12,3	5,3	10,8	6,8	5,7	12,1	6,5	14,0	7,8	0,8	3,0

Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Por último, exploram-se os dados relativos aos apoios sociais, em particular, o número de beneficiários dos principais apoios e de pensões disponíveis à população portuguesa.

Começamos por analisar a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)²¹ e do subsídio de desemprego,²² no total da população residente com 15 e mais anos, que permite aferir quantos indivíduos recebem estes apoios por cada 100 residentes com 15 ou mais anos. Enquanto a nível nacional e na região do Alentejo, as percentagens de beneficiários RSI (e RMG) têm pouco significado no total da população com 15 ou mais anos, no Alto Alentejo registou-se, nos três anos, um valor de 4,3.

No concelho de Fronteira, as percentagens de beneficiários do RSI foram irrisórias nos três anos (entre 1 e 2 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos).

Relativamente aos beneficiários do subsídio de desemprego, é possível concluir, a partir dos dados expostos adiante, que assumem pouco peso na população de residentes entre 2019 e 2021. Porém, no ano de 2020, na sequência do contexto pandémico e dos vários confinamentos, as percentagens aumentaram ligeiramente a nível nacional, regional e concelhio, voltando a reduzir-se em muitos concelhos no ano subsequente. Foi o caso de Fronteira.

No concelho, as percentagens de beneficiários do subsídio de desemprego foram bastante reduzidas registando-se cerca de 2 beneficiário em cada 100 residentes com 15 e mais anos. Nos três anos considerados.

Tabela 2.33: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social e do subsídio de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2019-2021

Concelho/Regiões/ País	Rendimento Social de Inserção			Subsídio de desemprego		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Fronteira	1,9	1,2	1,1	2,0	Pre 2,0	Pre 1,8
Alto Alentejo	4,3	4,0	4,0	1,6	1,9	1,3
Alentejo	3,2	3,0	3,0	1,6	2,1	1,5
Continente	2,8	2,7	2,7	1,6	2,3	1,6

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Legenda: Pre = Valores preliminares.

Importa analisar, também, o peso dos beneficiários do subsídio por doença,²³ do abono de família,²⁴ das pensões da Segurança Social (SS) e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e das pensões de sobrevivência,²⁵

²¹ O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

²² O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho.

²³ O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o beneficiário está temporariamente incapacitado para trabalhar.

²⁴ O abono de família para crianças e jovens é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias enquanto criam e educam os filhos.

²⁵ A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido. A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

invalidez²⁶ e velhice,²⁷ calculado sempre relativamente à população residente com 15 ou mais anos residente em cada unidade de território analisada.

No que respeita às percentagens de beneficiários do subsídio por doença, na região do Alto Alentejo registaram-se, entre 2018 e 2020, valores situados no intervalo entre os 7% e os 8%, denotando uma tendência de ligeiro crescimento face a 2018 na generalidade dos concelhos que compõem esta NUTIII.

Os valores do concelho de Fronteira foram, nos três anos considerados, ligeiramente inferiores aos das regiões do Alto Alentejo e Alentejo e aos do Continente, representando cerca de 6% do total de residentes com 15 ou mais anos.

Relativamente aos beneficiários do abono de família, os valores apurados no intervalo entre 2019 e 2021 correspondem entre 8 e 9 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos de idade, no país e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

Em Fronteira, também neste indicador, verificava-se um menor peso relativo de beneficiários do abono de família, cerca de 8 e de 9 em cada 100 residentes com 15 ou mais anos, em comparação com os valores das regiões do Alto Alentejo e Alentejo e nacionais.

Tabela 2.34: Beneficiários do subsídio por doença da Segurança Social e do Abono de família para crianças e jovens da Segurança Social, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2021

Concelho/Regiões/ País	Subsídio por doença			Abono de família		
	2018	2019	2020	2019	2020	2021
Fronteira	5,6	5,9	6,1	8,2	8,0	8,5
Alto Alentejo	7,1	7,7	7,3	10,0	9,8	9,7
Alentejo	7,2	7,7	7,4	9,3	9,2	9,0
Continente	7,8	8,3	8,0	9,4	9,0	8,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; II/MTSSS).

Passamos agora a analisar as percentagens de pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações. A nível nacional, considerando o ano de 2020, existiam cerca de 39,2% de pensionistas, enquanto na região do Alentejo registavam-se 46,8% para o mesmo ano. No caso do Alto Alentejo, a média situa-se um pouco mais acima, na ordem dos 52,8% pensionistas, no total dos residentes com 15 ou mais anos.

O concelho de Fronteira apresentava um cenário desfavorável em relação aos outros territórios, regionais e nacionais, com percentagens que rondavam os 55% ou os 56% de beneficiários da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.

À semelhança do observado com as pensões da SS e da CGA, as pensões por velhice tiveram, no período em análise (2018 e 2020), maior peso nas regiões do Alto Alentejo e do Alentejo, com percentagens que rondam os 28,9% e os 26,3% respetivamente, do que o registado a nível nacional (cerca de 22%). Considerando os três anos em análise, observa-se ainda uma ligeira tendência de diminuição no país e nas regiões.

Mais uma vez, no concelho de Fronteira registaram-se percentagens superiores nos três anos considerados, cerca de 33% ou 34% nos três anos em análise.

²⁶ A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

²⁷ A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

Este cenário enquadra-se nas características demográficas associadas aos territórios em análise, ou seja, no cenário de envelhecimento acentuado, em que a relação de dependência de idosos é particularmente elevada, reproduzindo a mesma tendência observável noutras regiões do país, nomeadamente em regiões e territórios de baixa densidade demográfica. Um cenário particularmente grave no concelho.

Quanto às pensões de invalidez, tendo em conta as médias apuradas para a sub-região do Alto Alentejo (2,7%), para a região Alentejo (2,8%) e para o país (1,9%), o concelho de fronteira apresentou percentagens de beneficiários semelhantes às das NUT II e III e que rondam os 3%.

Em termos de pensões de sobrevivência, nos três anos analisados, as percentagens de beneficiários deste apoio no total dos residentes também são consideráveis – perto de 8 beneficiários em cada 100 residentes com 15 ou mais anos no país, entre 10 e 11 nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

Em Fronteira, a percentagem de beneficiários da pensão de sobrevivência – cerca de 11 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos – era similar aos do Alto Alentejo e do Alentejo, mas superiores às do país.

Tabela 2.35: Beneficiários de pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, de velhice, de invalidez e de sobrevivência, no total da população residente com 15 e mais anos, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2018-2020

Concelhos/ Região/ País	SS e CGA			Velhice			Invalidez			Sobrevivência		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Fronteira	55,3	55,2	56,6	33,2	33,1	33,9	3,3	3,3	3,4	11,1	10,9	11,1
Alto Alentejo	53,7	53,7	52,8	29,7	29,4	28,9	2,8	3,0	2,7	11,0	11,1	11,0
Alentejo	47,3	47,3	46,8	26,8	26,5	26,3	2,7	3,0	2,8	10,0	10,0	9,9
Continente	39,5	39,7	39,2	22,6	22,6	22,4	1,9	2,0	1,9	7,8	7,8	7,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente; ISS/MTSSS).

População ativa, taxas de atividade e remunerações

Nesta secção analisam-se os indicadores referentes à população ativa²⁸ e às taxas de atividade,²⁹ recorrendo aos dados dos censos, e aos ganhos médios mensais dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO) fazendo a análise por sexo, por nível de escolaridade e por setor de atividade económica.

Começamos por analisar os indicadores sobre a população ativa, ou seja, os ativos a partir dos 15 anos que são mão-de-obra disponível para trabalhar e onde se inserem todos os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Na tabela seguinte verifica-se que, no continente, houve um aumento de mais de 2800 ativos entre o primeiro e o último período censitário, e uma perda francamente acentuada de população ativa no período censitário seguinte, ou seja, em 2021 (uma perda de mais de 190 mil ativos). Nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo a perda de ativos foi uma constante desde 2001 e aumentou de ritmo no último período censitário.

No concelho de Fronteira registou-se uma perda de ativos entre 2001 e 2011 (-139) e nova perda, bastante mais acentuada, entre 2011 e 2021 (-330).

Tabela 2.36: População ativa total segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021

²⁸ Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (metainformação - INE)

²⁹ A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão de obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Fronteira	1632	1493	1163
Alto Alentejo	53 610	50 477	44 053
Alentejo	352 949	342 654	313 915
Continente	4 778 115	4 780 963	4 590 360

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

Completa-se a análise da população ativa com as taxas de atividade que permitem aferir onde é que existem mais indivíduos a partir dos 15 anos que podem ser considerados mão de obra disponível para trabalhar, empregados ou desempregados, sobre o total da população com 15 ou mais anos.

Em termos relativos, na tabela seguinte, observa-se que, nos três anos em análise, existiam mais ativos no continente por cada 100 indivíduos com 15 ou mais anos, por comparação com as regiões do Alentejo e do Alto Alentejo. No entanto, enquanto no continente existiram diminuições com maior ritmo nos dois períodos censitários, as diminuições das taxas de atividade no Alentejo são menores, enquanto no Alto Alentejo apenas entre 2011 e 2021 a taxa de atividade diminuiu ligeiramente.

Ainda assim, as taxas de atividade no Alto Alentejo são reduzidas (cerca de 49% em 2001 e 2011 e 48% em 2021), face aos cerca de 53% em 2001, 52,4% em 2011 e 51% na região do Alentejo e aos perto de 58% em 2001, cerca de 56% em 2011 e 53,4% observados no continente.

De acordo com os resultados dos três censos em análise, a taxa de atividade no concelho de Fronteira em 2001 e em 2011 foi ligeiramente mais elevada do que no Alto Alentejo, rondando os 50%; porém, tornou-se ficou um pouco abaixo da taxa de atividade regional em 2021 (45,4%).

Tabela 2.37: Taxas de atividade segundo os censos, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2001, 2011, 2021

Concelho/ Região/ País	2001	2011	2021
Fronteira	50,2	50,2	45,4
Alto Alentejo	48,7	48,8	47,6
Alentejo	52,7	52,4	50,8
Continente	57,5	55,8	53,4

Fonte: Pordata (INE - XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

A análise dos ganhos médios mensais³⁰ (ver tabela seguinte) mostra como no território nacional os ganhos médios mensais revelam uma tendência de aumento quando considerados os anos de 2017, 2018 e 2019, atingindo os 1 210€ no último ano.

Nas regiões do Alentejo e Alto Alentejo regista-se a mesma tendência de aumento, no entanto, os valores médios são consideravelmente inferiores; em 2019, os ganhos médios mensais eram, respetivamente, de 1 068€ e de 990€.

No concelho de Fronteira, nos três anos em análise, os ganhos médios mensais foram sempre inferiores aos valores médios regionais e nacionais.

Tabela 2.38: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	2017	2018	2019
Fronteira	888	911	945

³⁰ O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. (metainformação – INE)

Concelho/ Região/ País	2017	2018	2019
Alto Alentejo	935	968	990
Alentejo	1016	1051	1068
Continente	1133	1170	1210

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Importa também aferir as diferenças entre homens e mulheres no que respeita aos ganhos médios mensais.

A tabela que se segue mostra que as diferenças salariais entre TCO masculinos e femininos permanece uma questão a resolver quer no cenário nacional, quer regional e concelhio. Os TCO do sexo feminino ganhavam, em média, no ano de 2019, menos 225€ no continente, -202€ no Alentejo, -172€ no Alto Alentejo e -168€ no concelho de Fronteira. A diferença salarial entre homens e mulheres aumentou nestes territórios em 2018 e tornou a diminuir em 2019 para valores inferiores aos do primeiro ano da série.

Em Fronteira, as diferenças salariais eram mais reduzidas, o que decorre dos baixos ganhos médios mensais que se praticam no concelho.

Tabela 2.39: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, e diferença mulheres-homens, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelhos/ Região/ País	Homens			Mulheres			Diferença mulheres-homens		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Fronteira	958	1000	1020	810	806	852	-148	-194	-168
Alto Alentejo	1028	1065	1072	837	867	900	-192	-198	-172
Alentejo	1114	1153	1157	897	925	956	-217	-228	-202
Continente	1237	1274	1312	1011	1047	1087	-226	-227	-225

Fonte: Cálculos próprios, a partir da Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A relação entre o nível de escolaridade concluída e os ganhos médios mensais dos TCO demonstra que os salários médios do país e na região do Alentejo aumentam consoante o nível de escolaridade concluída também aumenta.

Os TCO sem escolaridade recebiam, reportando-nos ao ano de 2019, em média, menos de 800€, e ultrapassavam esse valor os que tinham o 1º ciclo de escolaridade concluído. Os salários ascendiam para mais de 900€, em média, entre os TCO com os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, ultrapassavam os 1 000€ entre os que concluíam o Ensino Secundário ou Pós-secundário. Por último, os TCO com o Ensino Superior concluído ganhavam, em média, cerca de 1 700€ nos territórios do Alentejo e perto de 1 900€ ao nível nacional.

Já no concelho de Fronteira verifica-se que em 2019 os TCO com um dos ciclos do Ensino Básico ou com o Ensino Superior concluído tinham ganhos médios mensais ligeiramente mais baixos aos regionais e nacionais; enquanto os que tinham o Ensino Secundário/Pós-secundário auferiam ganhos médios mais elevados no concelho do que na região do Alto Alentejo (1022€ no concelho e 979€ na região).

Tabela 2.40: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade concluída, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelho/ Região/ País	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário/ Pós- secundário	Superior
Fronteira	conf.	831	865	863	1022	1325
Alto Alentejo	769	856	869	881	979	1508
Alentejo	793	868	924	937	1026	1677
Continente	789	870	913	951	1117	1890

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

A análise dos ganhos médios mensais dos TCO por setor de atividade económica que os empregados não identifica nenhum padrão relacional específico. A nível nacional e, também, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, no setor das atividades de *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* os ganhos médios, em 2019, eram os mais reduzidos (entre cerca de 900€ e 950€).

Os setores de atividade económica com ganhos médios mensais mais elevados eram os da *Indústria, construção, energia e água* e das *Indústrias transformadoras* a nível nacional e nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo, e ainda dos *Serviços* no Alentejo e no país.

A análise dos valores relativos ao concelho de Fronteira permite identificar que em quase todos os setores de atividade, os ganhos médios mensais eram inferiores aos dos outros territórios considerados na tabela em baixo, com a exceção do setor da *Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca* em que o ganho médio mensal de 2019 era de 994€ (na região era apenas de 897€).

Tabela 2.41: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2019 (€)

Concelho/ Regiões/ País	A, PA, C, S, P	I, C, E, A	IT	Construção	Serviços
Fronteira	994	834	875	768	940
Alto Alentejo	897	1091	1119	912	964
Alentejo	914	1253	1243	972	1015
Continente	946	1144	1155	1025	1248

Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Legenda: A, PA, C, S, P = Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; I, C, E, A = Indústria, construção, energia e água; IT = Indústrias transformadoras.

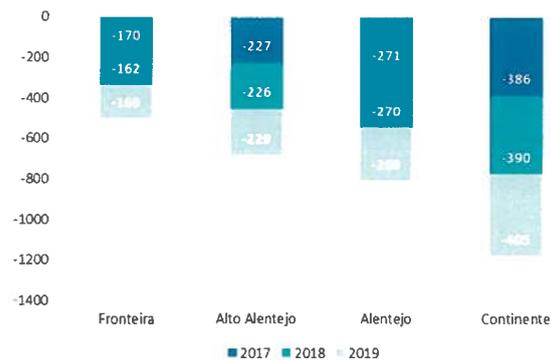
Para finalizar a análise relativa aos salários dos TCO, importa comparar o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores com o mesmo tipo de situação profissional.

O cenário geral, no ano de 2019, era de remuneração base média mensal superior ao salário mínimo nacional, de forma mais acentuada a nível nacional (405€) e menos acentuada no Alentejo (268€) e no Alto Alentejo (229€).

Além disso, a nível nacional a diferença entre salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal tem vindo a aumentar, mesmo que de forma ligeira, o que não se verifica nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo.

Em Fronteira, a diferença entre a remuneração base média mensal e o salário mínimo nacional foi sempre bastante desfavorável ao concelho. Em termos absolutos, a diferença entre salário mínimo e remuneração base média não foi além dos 170€, valor médio de 2017.

Gráfico 2.20: Diferença entre a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o salário mínimo nacional, no concelho, nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo e no Continente, 2017, 2018 e 2019 (€)



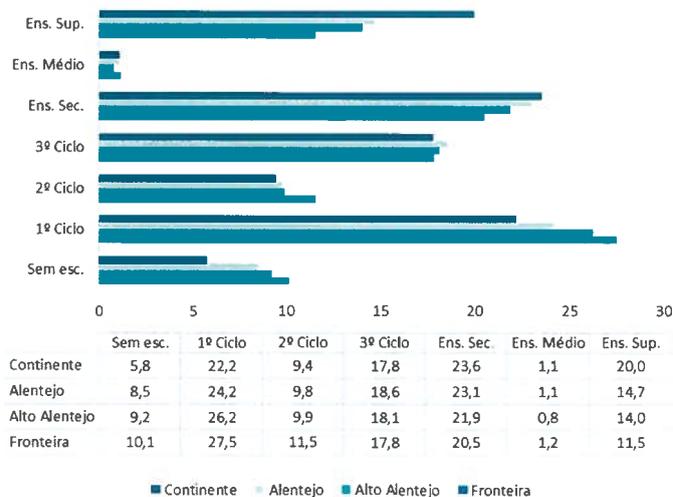
Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS).

Escolaridade e qualificações da população

Nesta secção, prossegue-se a caracterização socioeconómica da população com a análise dos níveis de escolaridade dos residentes com 15 ou mais anos e da taxa de analfabetismo, utilizando, com esse objetivo, os dados dos recentes censos realizados em 2021.

No gráfico em baixo observa-se que mais de 40% da população com 15 ou mais anos residente em Portugal continental tinha o Ensino Secundário (23,6%) ou o Ensino Superior (20%) como nível de escolaridade completo mais elevado. No Alentejo registavam-se menos residentes com aqueles níveis de escolaridade (23,1% tinha o Ensino Secundário e 14,7% com o Ensino Superior) e no Alto Alentejo os números eram similares, ainda que ligeiramente inferiores (21,9% com o Ensino Secundário e 14% com o Ensino Superior).

Gráfico 2.21: População residente com 15 ou mais anos segundo os censos por nível de escolaridade completo mais elevado, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

As percentagens dos residentes sem escolaridade ou com o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico completo mostram um cenário inverso, ou seja, percentagens mais elevadas no Alto Alentejo (9,2% de residentes sem escolaridade e 26,2% com o 1º ciclo) em relação às da região do Alentejo (8,5% e 24,2%, pela ordem); e ambas as regiões com percentagens superiores às nacionais (5,8% e 22,2%).

Comparada com as regiões do Alto Alentejo e do Alentejo, a distribuição de residentes com 15 ou mais anos por nível de escolaridade é particularmente desfavorável ao concelho de Fronteira que apresentava

percentagens muito elevadas de residentes sem escolaridade (10,1%), com o 1º ciclo (27,5%) e com o 2º ciclo (11,5%), cuja soma representava 49% do total de residentes com 15 ou mais anos.

Consequentemente, registavam-se menos residentes no concelho com os níveis de escolaridade mais elevados em relação aos cenários regional e nacional – apenas 20,5% com Ensino Secundário e 11,5% com Ensino Superior concluído.

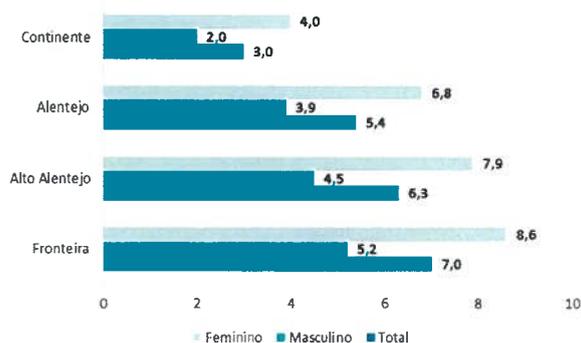
As taxas de analfabetismo referem-se ao peso que a população de residentes com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever no total da população de residentes com 10 ou mais anos, ou seja, falam sobre a percentagem de indivíduos analfabetos existentes em cada território.³¹

Considerando o território nacional do continente, a percentagem total de analfabetos é ainda 4%, ou seja, relativamente reduzida.

Já nas regiões do Alentejo e do Alto Alentejo a taxa de analfabetismo total ascende aos 5,4% e aos 6,3%, respetivamente, assumindo maior peso entre a população feminina – 6,8% e 7,9%, igualmente pela ordem de territórios, das mulheres não sabem ler nem escrever.

No caso do concelho de Fronteira, a taxa total de analfabetos é de 7%, assumindo um peso elevado na população feminina, em que cerca de 8,6 mulheres com 10 ou mais anos em cada 100 não sabe ler nem escrever; mas, em que a percentagem de homens na mesma situação também é considerável (5,2%).

Gráfico 2.22: Taxa de analfabetismo segundo os censos, total e por sexo, no concelho, nas regiões do Alto Alentejo e Alentejo e no país (%), 2021



Fonte: Pordata (X, XII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População).

³¹ Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. (metainformação - INE)

Sistema Educativo concelhio

Estabelecimentos escolares: identificação, localização e descrição

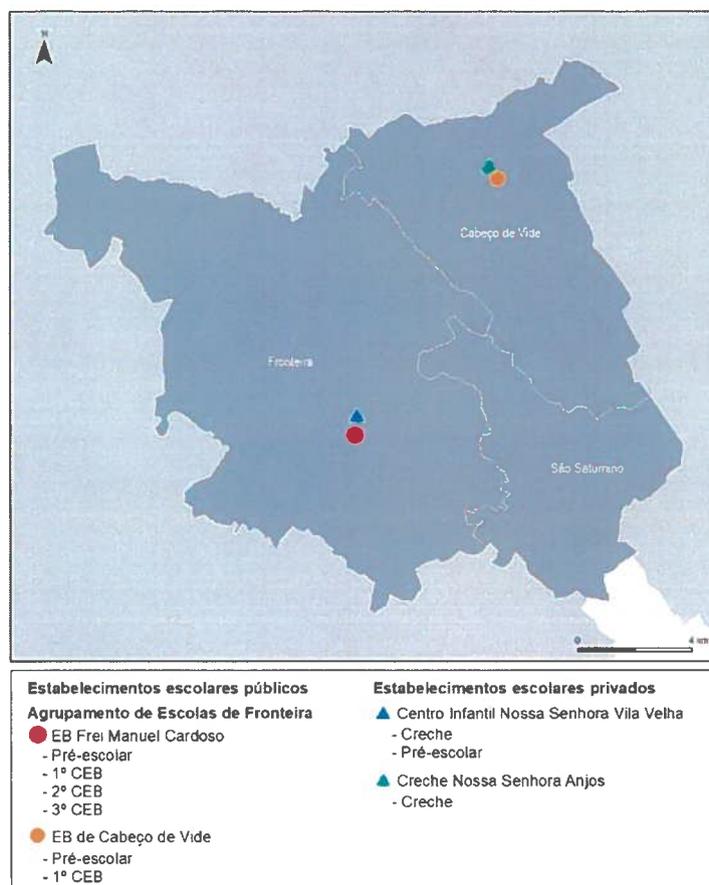
A análise do sistema educativo do concelho foi realizada tendo como referência o ano letivo de 2021/2022 sobre o qual, no início do processo de recolha de informação, existiam dados em todas as dimensões necessárias.

No concelho de Fronteira o sistema educativo integrava 3 Unidades Orgânicas (UO) cuja localização se pode verificar no mapa em baixo.

Na rede pública, o Agrupamento de Escolas de Fronteira (AE de Fronteira) constituído por 2 estabelecimentos escolares – a Escola Básica Frei Manuel Cardoso, Fronteira (EB Frei Manuel Cardoso) com oferta de Pré-escolar e de Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos de escolaridade); e Escola Básica de Cabeço de Vide, Fronteira (EB de Cabeço de Vide) com oferta de Pré-escolar e de 1º ciclo.

Enquanto na rede privada, existiam 2 unidades orgânicas. O Centro Infantil Nossa Senhora Vila Velha (CI Nª Sª Vila Velha) com as valências de Berçário, Creche e Pré-escolar localizado em Fronteira, e a Creche Nossa Senhora Anjos (Creche Nª Sª Anjos) com a valência de Creche localizado em Cabeço de Vide.

Figura 2.4: Georreferenciação dos estabelecimentos escolares do concelho das redes pública e privada



Fonte: construção própria.

O AE de Fronteira é constituído por dois estabelecimentos: a EB Frei Manuel Cardoso construída em 2004 e a EB de Cabeço de Vide construída em 1958, que foi intervencionada no ano de 2017, ambos propriedade do Município e construídos de raiz para a função de ensino.

Na rede privada, as duas instituições são propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Fronteira e de Cabeço de Vide, e no caso do CI N^o S^o Vila Velha o edificado data de 1980 quando foi construído de raiz com a função de ensino.

Tabela 2.42: Informações gerais sobre estabelecimentos escolares das redes pública e privada

Estabelecimentos escolares	Ano de construção do edifício original	Ano de construção do edifício mais recente	Construído de raiz para o ensino	Propriedade	Ano da última intervenção (+50% do edifício)
EB Frei Manuel Cardoso	2004	-	Sim	Município	-
EB de Cabeço de Vide	1958	-	Sim	Município	2017
CI N ^o S ^o Vila Velha	1980	-	Sim	SCM de Fronteira	-
Creche N ^o S ^o Anjos	s.d.	s.d.	s.d.	SCM de Cabeço de Vide	s.d.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Legenda: s.d. = Sem dados; SCM – Santa Casa da Misericórdia.

Estado de conservação dos espaços e equipamentos

Nesta secção identificam-se os espaços e equipamentos escolares internos e externos das três unidades orgânicas – AE de Fronteira, CI N^o S^o Vila Velha e Creche C^o S^o Anjos – e avalia-se o estado de conservação dos mesmos de acordo com os dados enviados por cada entidade (tabelas em baixo). O Estado de Conservação (EC) foi avaliado pelos representantes de cada UO considerando uma escala de cinco níveis em que 1 = Muito Mau; 2 = Mau; 3 = Satisfatório; 4 = Bom; 5 = Muito Bom.

Relativamente aos espaços interiores destinados ao desenvolvimento de atividades letivas, o AE de Fronteira destaca-se com uma avaliação de muito bom quanto ao estado de conservação de todos os espaços identificados, nos dois estabelecimentos escolares que o constituem. No CI N^o S^o Vila Velha, as salas de aula e a sala polivalente foram avaliadas pelos seus representantes com um estado de conservação satisfatório. Não existem dados para a Creche C^o S^o Anjos.

No que respeita aos espaços interiores para trabalho, na escola sede do AE de Fronteira são mais diversificados do que na EB de Cabeço de Vide onde só existe sala da direção/coordenação avaliada com estado de conservação satisfatório. Na EB Frei Manuel Cardoso, as salas de reuniões/trabalho foram igualmente avaliadas com estado satisfatório e os restantes com bom ou muito bom. Todos os espaços interiores de trabalho do CI N^o S^o Vila Velha estão em estado satisfatório. Mais uma vez, não existem dados para a Creche N^o S^o Anjos.

Vejam agora os espaços interiores para outras utilizações. No AE de Fronteira, os sanitários dos dois estabelecimentos escolares e a cozinha da EB de Cabeço de Vide foram os únicos espaços a receber uma avaliação de satisfatório; os outros espaços existentes estão em bom estado e apenas a sala dos serviços administrativos na escola sede em muito bom estado. Nos dois estabelecimentos da rede privada, somente a cozinha da CI N^o S^o Vila Velha foi avaliado com muito bom; os outros espaços das UO privadas receberam avaliação satisfatória.

Ainda sobre os espaços interiores, os representantes do AE de Fronteira acrescentaram a necessidade de seccionar os espaços internos com estruturas em PVC que contribuam para a qualidade térmica e acústica, modernizar os materiais de apoio às práticas letivas e não letivas (meios informáticos e audiovisuais; equipamento de laboratório, mobiliário de sala de aula e espaços adjacentes), instalar equipamentos de climatização nas salas de aulas, modernizar os sanitários e fazer uma pintura integral. Os do CI N^o S^o Vila Velha adicionaram a necessidade de renovar o mobiliário das salas.

Relativamente aos espaços exteriores, no AE de Fronteira os espaços e equipamentos existentes foram avaliados pelos representantes dessa UO com estado satisfatório, bom ou muito bom. O mesmo sucedeu no caso do CI N^o S^o Vila Velha. Já na Creche N^o S^o Anjos a vedação exterior, os espaços verdes e o recreio coberto encontram-se em mau estado de conservação e os bancos e as mesas em estado satisfatório.

No caso do AE de Fronteira, os representantes também adicionaram uma lista de necessidades relativas aos espaços exteriores, como construir telheiros para sombreamento dos alçados principal e laterais do edifício principal, uma pérgula de cobertura da entrada principal ao pavilhão gimnodesportivo, um edifício multiusos de apoio às atividades curriculares e extracurriculares (ex. auditório, sala de exposições, palestras e colóquios) e um estacionamento privativo dos funcionários da Escola, pavimentar o campo de jogos e respetiva proteção dos topos, requalificar a portaria na parte sul do perímetro da Escola, pintar o edifício principal e pavilhão gimnodesportivo; multiuso de apoio às atividades curriculares e extracurriculares (ex. auditório, sala de exposições, palestras e colóquios, etc.), substituir o telhado do pavilhão gimnodesportivo e colocar relvado sintético para embelezamento dos espaços térreos juntos à vedação. No CI N^o S^o Vila Velha indicaram que gostariam de ter um pátio coberto. E na Creche N^o S^o Anjos, acrescentaram que gostariam de melhorar os dois espaços exteriores, nomeadamente aquisição de equipamento para atividades físico-motores como escorregas, baloiços e casinha de exterior, por exemplo.

Em termos de equipamentos, surgem mais alguns alertas. Os computadores da EB Frei Manuel Cardoso do AE de Fronteira e dos dois JI e os quadros interativos e projetores dos dois estabelecimentos da rede pública encontram-se em mau estado. Apenas se destaca positivamente o equipamento de laboratório da EB de Cabeço de Vide.

Considerando outras características gerais dos edifícios, na rede pública, a rede elétrica dos dois estabelecimentos, as condições relacionadas com o conforto térmico e com a eficiência energética e os materiais laboratoriais na escola sede e os materiais desportivos na EB de Cabeço de Vide foram avaliados com mau estado. No CI N^o S^o Vila Velha, as condições para a eficiência energética foram avaliadas com mau estado e a rede *wifi* com muito mau. Já na Creche N^o S^o Anjos, a rede *wifi* e as condições para o conforto térmico, lumínico e para a eficiência energética receberam uma avaliação de mau estado.

Tabela 2.43: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para atividades letivas das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Salas de aula		Salas polivalentes		Salas de informática		Salas de estudo		Pavilhão desportivo		Oficinas		Salas de música		Laboratórios de ciências		Espaços para alunos com PEI		Salas de CAF/AAAF	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Frei Manuel Cardoso	15	5	1	5	1	5	1	5	1	5	-	-	1	5	2	5	1	5	1	5
EB de Cabeço de Vide	3	5	1	5	1	5	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
CI N.ª S.ª Vila Velha	4	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche N.ª S.ª Anjos	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Legenda: PEI – Programa Educativo Individual; CAF – Componente e Apoio à Família; AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família.

Tabela 2.44: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para trabalho das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Salas de direção/coordenação		Salas de professores		Salas de educadores		Salas de assistentes operacionais / técnicos auxiliares		Salas de reuniões/trabalho		Salas de receção às famílias/da Associação de pais		Salas da Associação de alunos		Biblioteca/ Centro de documentação		Gabinete de apoio aos alunos		Auditórios	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Frei Manuel Cardoso	1	5	1	5	1	5	1	4	1	3	1	5	-	-	1	4	4	5	-	-
EB de Cabeço de Vide	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CI N.ª S.ª Vila Velha	1	3	-	-	1	3	1	3	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche N.ª S.ª Anjos	s.d.	s.d.	-	-	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Tabela 2.45: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços interiores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Refeitório		Bar/Bufete		Cozinha		Serviços Admist.		Secretaria		Portaria		Espaços para brincar		Salas de convívio dos alunos		Balneários		Sanitários	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Frei Manuel Cardoso	1	4	1	4	1	4	1	5	-	-	1	4	1	4	1	4	2	4	10	3
EB de Cabeço de Vide	1	4	-	-	1	3	-	-	-	-	1	4	1	4	-	-	-	-	3	3
CI N.ª S.ª Vila Velha	1	3	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	3
Creche N.ª S.ª Anjos	1	3	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Tabela 2.46: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos espaços e equipamentos exteriores para outras utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Vedação exterior		Espaços verdes		Espaços de recreio		Parques infantis		Recreio coberto		Horta pedagógica		Campos de desporto		Bancos		Mesas		Espaços para prática de desporto	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Frei Manuel Cardoso	1	4	1	4	2	4	1	3	-	-	-	-	1	3	12	4	-	-	-	-
EB de Cabeço de Vide	1	4	1	4	2	4	1	4	-	-	-	-	1	3	4	5	-	-	-	-
CI N.ª S.ª Vila Velha	2	4	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3	2	3	1	4
Creche N.ª S.ª Anjos	1	2	1	2	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	8	3	6	3	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Tabela 2.47: Número (N) e Estado de Conservação (EC) dos equipamentos para várias utilizações das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Computadores		Tablets		Computadores com ligação à internet		Quadros interativos		Projetores		Conjuntos de materiais pedagógicos		Inst. de música		Equip. desportivos		Equip. de laboratório		Equip. de audiovisual	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Frei Manuel Cardoso	56	2	6	3	56	2	5	2	23	2	15	3	15	3	7	3	15	3	15	3
EB de Cabeço de Vide	8	3	-	-	8	3	1	2	3	2	5	3	5	3	3	3	5	5	5	3
CI N.ª S.ª Vila Velha	1	2	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	10	3	5	3	-	-	-	-
Creche N.ª S.ª Anjos	1	2	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Tabela 2.48: Avaliação geral da qualidade dos edifícios

Estabelecimentos escolares	Rede wifi		Rede elétrica		Rede de saneamento		Conforto térmico		Conforto lumínico		Eficiência energética		Acessos a espaços exteriores		Acessos aos edifícios		Elevadores desportivos		Materiais laboratoriais	
	Rede wifi	Rede elétrica	Rede de saneamento	Conforto térmico	Conforto lumínico	Conforto energético	Acessos a espaços exteriores	Acessos aos edifícios	Elevadores desportivos	Materiais laboratoriais										
EB Frei Manuel Cardoso	4	2	3	2	3	2	4	4	4	4	2	4	4	4	4	2	2	2	2	
EB de Cabeço de Vide	4	2	3	3	4	3	4	3	4	3	4	4	3	4	2	2	-	-	-	
CI N.ª S.ª Vila Velha	1	4	3	3	4	2	4	2	4	2	4	4	5	-	-	-	-	-	-	
Creche N.ª S.ª Anjos	2	3	3	2	2	2	3	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Irradiação, população base e área de influência

Para terminar a análise dos estabelecimentos escolares apresentam-se indicadores relativos à irradiação que se referem à questão da mobilidade dos alunos (em termos de tempo e de transportes), o número máximo de alunos que o edificado está licenciado para acolher e a área de influência de cada um.

No concelho de Fronteira os tempos de viagem casa-escola são adequados em todos os estabelecimentos escolares da rede pública e privada, sendo de referir que os 30 minutos que demora a percorrer os 11km de autocarro no caso da EB Frei Manuel Cardoso prende-se com o facto de essa escola servir todas as escolas do concelho. Na EB de Cabeço de Vide os alunos vão até à escola a pé porque as distâncias são reduzidas na freguesia da sua localização que tem o mesmo nome.

No CI N^o S^a Vila Velha a criança que mora mais longe demora 13 minutos a chegar de carro próprio ou de autocarro, dependendo da valência frequentada, e na Creche N^o S^o Anjos a viagem é de 10 minutos e é realizada em carro próprio.

Tabela 2.49: Irradiação máxima, população base e área de influência dos estabelecimentos escolares das redes pública e privada, 2023

Estabelecimentos escolares	Distância (Km)	Irradiação ¹		População base máxima ²	Áreas de influência ³
		Tempo de viagem (minutos)	Meio de transporte		
EB Frei Manuel Cardoso	11	30	Autocarro	400	Todas
EB de Cabeço de Vide	0	0	A pé	80	Cabeço de Vide
CI N ^o S ^a Vila Velha	13	13	Carro/Autocarro	51	São Saturnino, Fronteira
Creche N ^o S ^o Anjos	8	10	Carro	25	Cabeço de Vide

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Notas: ¹Os dados sobre a Irradiação devem ser preenchidos relativamente ao aluno residente no concelho que mora mais longe da escola que frequenta; ²Número máximo de alunos que a escola pode acolher considerando as salas de aula;

³Freguesias ou Uniões de freguesia que estão na área de influência de cada escola.

Ofertas formativas e educativas

O próximo ponto descreve as ofertas educativas existentes no concelho de Fronteira que, no seu todo, compreendem a oferta de Berçário e Creche (privado), Pré-escolar (privado e público) e os três ciclos de Ensino Básico (público). Não existe oferta de Ensino Secundário.

De uma maneira geral, a falta de alunos ou a fuga de alunos é ainda mais evidente com a inexistência de oferta de Ensino Secundário público no concelho, uma vez que representa a saída de alunos para outros concelhos do Alto Alentejo e outros Agrupamentos Escolares.

Educação de Primeira Infância

Berçário e Creche

A educação de Primeira Infância integra as ofertas de Berçário e Creche para crianças com idades compreendidas entre os 3 meses, 3 meses e meio e os 3 anos e a oferta de Pré-escolar destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos de idade, que antecede imediatamente o 1^o ciclo do Ensino Básico.

Estas ofertas têm uma importância acrescida no desenvolvimento socioeducativo das crianças e, por um lado, garantem uma melhor preparação para a entrada no período de escolaridade obrigatória e, por outro lado, atuam como complemento e apoio à ação educativa das famílias.

O CI N^a S^a Vila Velha, tinha, em 2021/2022, 16 alunos em Creche (1 sala disponível) e 10 alunos em Berçário (1 sala disponível); e a Creche N^a S^a Anjos, tinha 11 crianças (1 sala disponível).

Foram calculadas taxas de ocupação a partir de estimativas de capacidade máxima³² para estas instituições, com objetivo último de perceber a margem para integração de mais crianças, apesar de, como já demonstrado no ponto *Dinâmicas Sociais*, o cenário demográfico do concelho apontar para uma depressão demográfica que continuará a afetar a população escolar nos próximos anos. Assim, e em todo o caso, as taxas de ocupação máxima sugerem que existe alguma pressão, pelo que se situam na ordem dos 100% no caso de Berçário e, no caso da Creche, 100% na primeira instituição referida e cerca de 68,5% no caso da segunda instituição.

Pré-escolar

Relativamente à educação Pré-escolar, e para o mesmo ano letivo, contava-se um total de 60 alunos, isto é, 35 alunos inscritos na EB de Cabeço de Vide (15 alunos, 1 sala) e na EB Frei Manuel Cardoso (20 alunos, 1 sala disponível) ambas da rede pública de escolas do concelho, e 25 alunos inscritos na rede privada (1 sala disponível) mais propriamente no CI N^a S^a Vila Velha.

Na verdade, a população residente dos 3 aos 5 anos no concelho de Fronteira era de 50 crianças em 2021, esperando-se, a partir das projeções realizadas, oscilações muito ténues nesta faixa etária para os anos subsequentes. Isto aponta para duas importantes conclusões, mais ou menos evidentes: por um lado, não são esperados problemas de maior com a disponibilização de vagas para esta oferta, uma vez que as taxas de ocupação³³ atuais da rede pública se encontram abaixo dos 100% (67% no primeiro caso e 88% no segundo caso) e em 100% no caso da rede privada e, por outro lado, que parece existir alguma absorção de alunos provenientes de outros concelhos, uma vez que a população escolar que frequenta esta valência excede a população residente do concelho apta a frequentar.

Ensino Básico

O Ensino Básico compreende três ciclos de ensino e abarca as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 anos e os 14 anos de idade. No caso do concelho de Fronteira e para o ano letivo de 2021/2022 compreendia apenas oferta com carácter geral.

1º Ciclo de escolaridade

Ao nível do 1º ciclo, frequentavam, em 2021/2022, no total 74 alunos distribuídos pelos 4 anos escolares, na EB de Cabeço de Vide (21 alunos, 2 salas) e na EB Frei Manuel Cardoso (53 alunos, 3 salas), verificando-se uma taxa de escolarização na ordem dos 97% e a taxa de ocupação³⁴ total rondava os 64%.

³² Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (10 em berçário, 16 em creche e 22,5 no pré-escolar). Note-se que para as salas foram apenas consideradas as que são exclusivamente de aulas, identificadas pelos agrupamentos e entidades no inquérito administrativo de 2022, ou na informação facultada pelas instituições; de seguida, efetuou-se o Balanço: Número de alunos 2020/21 – Capacidade (nº máximo de alunos); e, finalmente, calculou-se a Taxa de Ocupação: Número de alunos /balanço *100

³³ Os mesmos procedimentos de cálculo enunciados na nota anterior.

³⁴ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (23 no 1º ciclo). Os procedimentos seguintes são os mesmos adotados nos pontos anteriores.

2º Ciclo de escolaridade

Em 2021/2022, registavam-se 50 alunos a frequentarem os dois anos escolares do 2º ciclo de escolaridade na EB Frei Manuel Cardoso, nas suas 4 salas disponíveis. A taxa de ocupação³⁵ rondava os 56%.

3º Ciclo de escolaridade

Para o mesmo ano letivo, eram 88 os alunos que frequentavam o 3º ciclo na mesma escola e 6 as salas disponíveis para este ciclo de ensino. A taxa de ocupação³⁶ rondava os 54%.

São, assim, no total, 138 os alunos que frequentavam o 2º ciclo e o 3º ciclo de escolaridade no concelho de Fronteira, no ano letivo de 2021/2022, e conjuntamente apresentavam uma taxa de ocupação das vagas disponíveis na ordem dos 53,1%. A taxa de escolarização, considerando os dois ciclos, era de 120%, o que indicia a frequência de alunos externos ao concelho de Fronteira.

Ensino Secundário

No ano letivo de referência, 2021/2022, não existia oferta pública para o Ensino Secundário, embora a Câmara Municipal de Fronteira e o AE de Fronteira considerem importante a reabertura desse nível de ensino no concelho, sobretudo apostando em áreas de ensino profissional (ex. Curso de Técnico de Termalismo).

Educação e Formação

Existem vários cursos de *Português Língua Não Materna* promovidos no concelho para as comunidades imigrantes que aí se vão fixando, por exemplo, a comunidade romena.

Atualmente não existe oferta para educação de adultos de forma regular uma vez que também não tem existido procura e necessidades que justifiquem a abertura de cursos para certificação.

Educação inclusiva

Recentemente verificou-se um relevante desenvolvimento em termos das orientações nacionais para as escolas públicas, que visa a construção e consolidação da educação/escola inclusiva. Essas orientações pretendem, em termos gerais, estimular ambientes educativos com cobertura universal das necessidades dos alunos e que estas se enquadrem devidamente no processo de ensino/aprendizagem praticado. A publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho estabelece “(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (nº 1, art.º 1 Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho). As medidas que este documento legal destaca estão organizadas de acordo com três níveis de intervenção: medidas universais, medidas seletivas e medidas adicionais, e são atribuídas por intermédio da intervenção das estruturas competentes, ao longo do percurso escolar dos alunos, de acordo com as necessidades que vão sendo evidenciadas.

Assim, as Medidas Universais preveem a diferenciação pedagógica; adaptações curriculares; privilegiam o enriquecimento curricular; o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens e das competências sociais e académicas; as Medidas Seletivas estão ligadas aos percursos curriculares diferenciados, com adaptação curricular mais leve e promoção de ambientes de reforço de aprendizagens e de acompanhamento/suporte consistente; e, finalmente, as Medidas Adicionais envolvem as adaptações curriculares mais expressivas, dado

³⁵ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (26 no 2º ciclo). Os procedimentos seguintes são os mesmos adotados nos pontos anteriores.

³⁶ Para averiguar a Capacidade (nº máximo de alunos) = Salas*ponto médio, ou em alguns casos máximo, dos limites/referenciais da dimensão de turma (26 no 3º ciclo). Os procedimentos seguintes são os mesmos adotados nos pontos anteriores.

que preveem a construção de um Plano Individual de Transição (PIT) que complementa e precede o Programa Educativo Individual (PEI), e que estão mais focadas em metodologias e estratégias de ensino estruturado e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

A tabela em baixo mostra o número de alunos no concelho de Fronteira que, em 2021/2022, beneficiava de medidas seletivas, medidas adicionais e de PEI. Em termos globais, verifica-se uma maior concentração das medidas seletivas, em particular nos 2º e 3º ciclos de ensino básico.

Tabela 2.50: Número de alunos com medidas seletivas, adicionais e PEI e % sobre o total de alunos, por ciclo de ensino, 2021/2022

Ciclo de Ensino	Medidas Seletivas	%	Medidas Adicionais	%	PEI	%
Pré-escolar	1	2,8	0	0,0	0	0,0
1º ciclo	5	6,7	0	0,0	0	0,0
2º ciclo	7	14,0	1	2,0	0	0,0
3º ciclo	10	11,4	1	1,4	0	0,0
Total	23	9,3	2	0,8	0	0,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira.

No Agrupamento de Escola de Fronteira funciona a *Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva* (EMAEI), que se constitui como um recurso organizacional específico e destinado a prestar apoio à aprendizagem e à inclusão, visando adaptar o processo de ensino-aprendizagem às características individuais de cada aluno. Além destes recursos, de salientar ainda a existência do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), uma estrutura de apoio que agrega os recursos humanos e materiais, saberes e competências existentes na escola, valorizando uma componente de trabalho colaborativa e holística; os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) que trabalham os domínios da orientação escolar e vocacional e o acompanhamento psicológico e apoio psicopedagógico; e a Ação Social Escolar (ASE) cujo funcionamento e o âmbito das medidas socioeducativas que comporta, visam fomentar a integração e igualdade de acesso e sucesso de todos os alunos.

O Agrupamento de Escolas de Fronteira está ainda na área de influência do CRTICEE – Centro de Recursos de TIC para a Educação Especial, de Portalegre, cujas finalidades assentam no apoio aos alunos com necessidades específicas, na disponibilização de recursos e materiais pedagógicos específicos, na componente formativa a docentes, técnicos e pais/encarregados de educação e auxiliares de educação em TICEE, entre outros.

Apoios e complementos educativos

De acordo com dados facultados pelo Agrupamento de Escolas de Fronteira, em 2021/2022, 34 alunos do 1º ciclo beneficiavam de escalão A e B da Ação Social Escolar (correspondendo a cerca de 46% dos alunos de 1º ciclo), 33 alunos do 2º ciclo (correspondendo a 66% dos alunos de 2º ciclo) e 49 alunos do 3º ciclo (correspondendo a cerca de 56% dos alunos de 3º ciclo). É ainda referido que 200 alunos beneficiavam de apoio em refeições, 82 alunos utilizavam o transporte escolar (ou seja, correspondendo a cerca de 33% do total dos alunos do agrupamento escolar) e 35 beneficiavam de prolongamento de horário (correspondendo a cerca de 14% do total dos alunos do agrupamento escolar).

Além dos apoios associados à Ação Social Escolar, estão previstos no âmbito da escola a tempo inteiro, Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC); Componente de Apoio à Família (CAF); e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

Sobre estas últimas, interessa destacar que as AEC estão destinadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e compreendem várias áreas complementares às aprendizagens curriculares e escolares. As CAF funcionam de forma articulada com as AEC e com o ensino curricular de 1º ciclo, e visam o acompanhamento dos alunos fora

do período de funcionamento das aulas e das atividades de enriquecimento. As AAAF têm uma natureza semelhante às CAF em termos do seu funcionamento, visando o acolhimento dos alunos fora do horário escolar, e destinam-se às crianças integradas no pré-escolar. No seu conjunto, estas atividades têm muita relevância no quadro da oferta educativa nacional e no apoio socioeducativo. Enquadram princípios de inclusão, uma vez que garantem o acesso gratuito a componentes lúdicas, artísticas e desportivas a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos de idade, matriculadas na rede pública.

Para o ano letivo de 2021/2022, as AEC eram de frequência gratuita e inscrição facultativa. Compreendiam 3 atividades – *English Workshop*, *TIC e Educação Física*, todas elas frequentadas por 74 alunos, o que corresponde a uma taxa de participação de praticamente 100% em cada um dos casos. As CAF eram frequentadas por 30 alunos de 1º ciclo, ou seja, correspondendo a cerca 41% do total dos alunos; as AAAF eram frequentadas por todas as 35 crianças que frequentavam a educação Pré-escolar no Agrupamento.

Outros apoios da Câmara Municipal de Fronteira

O Município tem ainda assegurado outros apoios para além dos mais convencionais na área socioeducativa. Assim, apoia o AE em vários dos seus projetos e, sobretudo, na dinamização de vários clubes; tem planos para reiniciar a Escola de Música; apoia projetos desenvolvidos na área da saúde.

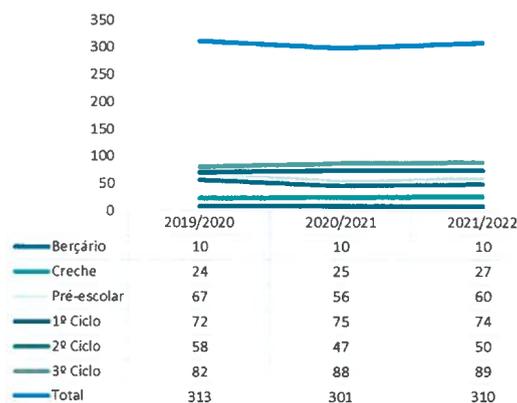
População escolar

Nesta secção analisam-se vários indicadores relativos à população escolar que se divide em Alunos, Docentes e outros profissionais escolares.

Alunos

O número total de crianças/alunos que frequentou o sistema educativo concelhio manteve-se relativamente estável ao longo do período considerado: 313 em 2019/2020, 301 em 2020/2021 e 310 em 2021/2022. A análise por ciclos/níveis de ensino revela algumas oscilações ligeiras entre o primeiro e o último ano letivo: o número total de alunos/crianças matriculados no Pré-escolar e no 2º ciclo diminuiu (de 67 para 60 e de 58 para 50, pela ordem); e aumentou de 24 para 27 na Creche e de 82 para 89 no 3º ciclo.

Gráfico 2.23: Evolução do número de alunos por ciclo/nível de ensino nas redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022

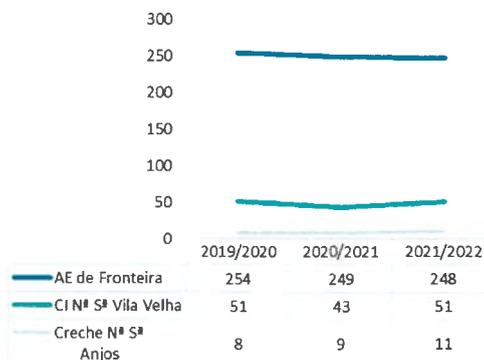


Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Passamos agora a mostrar como foi a evolução do número de alunos por cada UO. No gráfico seguinte, verifica-se que no AE de Fronteira houve perdas ligeiras no número de alunos matriculados em 2020/2021 e em 2021/2022. No CI Nª Sª Vila Velha a população discente terminou o período em análise com o mesmo número

de crianças do início (51). E na Creche N^a S^a Anjos observam-se aumentos ligeiros (de 8, para 9 no ano letivo intermédio e para 11 em 2021/2022).

Gráfico 2.24: Evolução do número de alunos nas unidades orgânicas das redes pública e privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022



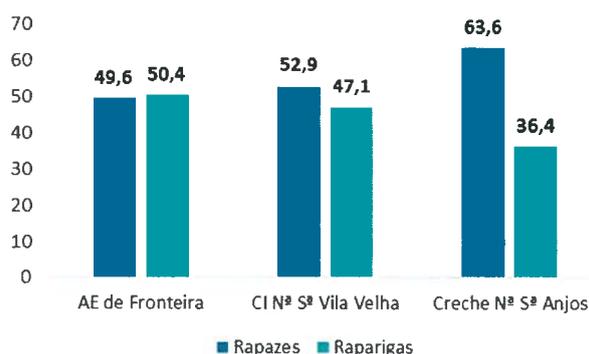
Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Relativamente à modalidade de ensino, no concelho de Fronteira, a totalidade dos alunos matriculados no Ensino Básico nos anos letivos considerados – 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022 – frequentava o Ensino Geral.

Terminamos a análise do corpo discente com a apresentação de três indicadores de caracterização socioeconómica – percentagem de raparigas e rapazes, a percentagem de alunos beneficiários da Ação Social Escolar (apenas para a rede pública) e a escolaridade média dos encarregados de educação por ciclo/nível de ensino na rede pública – tomando por referência o ano letivo 2021/2022. Os dois últimos indicadores serão posteriormente utilizados na contextualização do desempenho escolar do concelho na secção seguinte.

No gráfico em baixo verifica-se que existia um equilíbrio entre rapazes e raparigas no AE de Fronteira e no CI Nª Sª Vila Velha e um maior peso relativo de rapazes na Creche Nª Sª Anjos (cerca de 64%), porém há que considerar o reduzido número de crianças que frequentavam este estabelecimento escolar no ano de 2021/2022 (7 rapazes e 4 raparigas, o que acaba por ser equilibrado).

Gráfico 2.25: Distribuição dos alunos por sexo nas redes pública e privada, 2021/2022



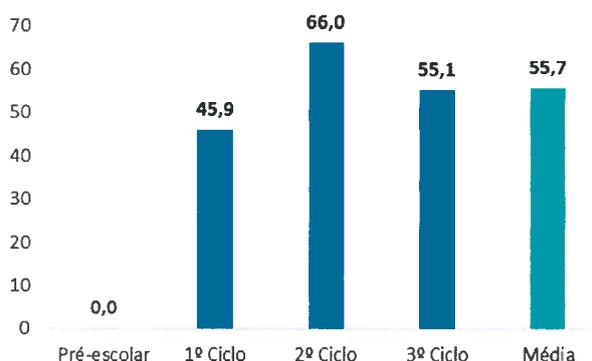
Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

De seguida analisa-se o número de beneficiários da Ação Social Escolar (ASE) considerando apenas o escalão A e B, os que melhor permitem traçar a caracterização socioeconómica dos agregados familiares dos alunos. No

gráfico seguinte apresentam-se as percentagens de alunos que beneficia da ASE por ciclo de escolaridade (calculadas, cada um, sob o total de alunos a frequentar cada ciclo).

Em média, existiam em 2021/2022 cerca de 56% dos alunos com ASE (N = 116 no total de 248), um valor considerável. A percentagem atingia os 66% no 2º ciclo (N = 33 no total de 50 alunos), os 55,1% no 3º ciclo (N = 49 no total de 89 alunos) e os 45,9% no 1º ciclo (N = 34 no total de 74 alunos). Ao nível da educação Pré-escolar não havia alunos beneficiários de ASE.

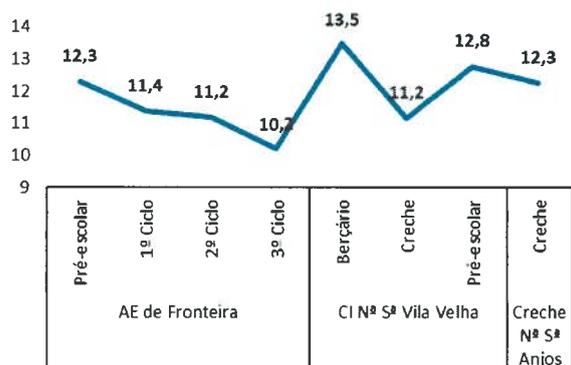
Gráfico 2.26: Alunos com Ação Social Escolar (escalões A e B) por ciclo de escolaridade na rede pública, 2021/2022 (%)



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira.

A escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada com base nos anos de estudo percorridos até à escolaridade concluída de cada indivíduo.³⁷

Gráfico 2.27: Escolaridade média dos encarregados de educação, por ciclo/nível de ensino e no total, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

No gráfico anterior, verifica-se que a escolaridade média dos encarregados de educação no concelho de Fronteira era mais elevada nas escolas da rede privada e no Pré-escolar da rede privada do que nos ciclos do Ensino Básico – 11,4 anos no 1º ciclo, 11,2 anos no 2º ciclo e 10,2 anos no 3º ciclo – ou seja, as novas gerações de encarregados de educação parecem mais escolarizadas.

³⁷ Tomaram-se por referência os seguintes anos de escolaridade percorridos por cada ciclo/nível de ensino: Sem escolaridade = 0; 1º ciclo = 4; 2º ciclo = 6; 3º ciclo = 9; Ensino Secundário = 12; Pós-Secundário = 13; Licenciatura = 15; Mestrado = 17; Doutoramento = 18.

Docentes

No ano letivo de 2021/2022 havia um total de 39 docentes a lecionar no concelho de Fronteira: 36 na rede pública (3 educadores de infância, 9 do 1º ciclo, 9 do 2º ciclo e 15 professores do 3º ciclo do Ensino Básico) e 3 na rede privada (2 educadores de infância no CI Nª Sª Vila Velha e 1 na Creche Nª Sª Anjos). No AE de Fronteira havia ainda outro docente sem funções letivas que será incluído nas distribuições por sexo, grupo etário e vínculo contratual que se apresentam em baixo.

Tabela 2.51: Número de docentes por ciclo/nível de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022

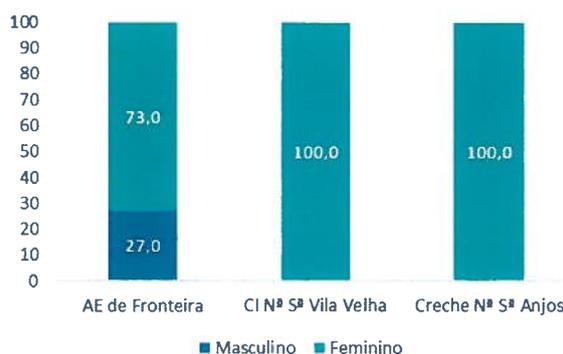
Unidade Orgânica	Berçário/Creche	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total
AE de Fronteira	-	3	9	9	15	36
CI Nª Sª Vila Velha	1	1	-	-	-	2
Creche Nª Sª Anjos	1	-	-	-	-	1
Total	2	4	9	9	15	39

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Passamos a apresentar a distribuição dos docentes das redes pública e privada por sexo, grupo etário e vínculo contratual como variáveis de caracterização e para aferir quanto à estabilidade e futuro do corpo docente das UO.

Na distribuição dos docentes por sexo representada no gráfico seguinte, observa-se que a totalidade eram mulheres nas UO privadas. No AE de Fronteira, o corpo docente é na sua maioria feminino (apenas 27% dos docentes eram homens, N = 10).

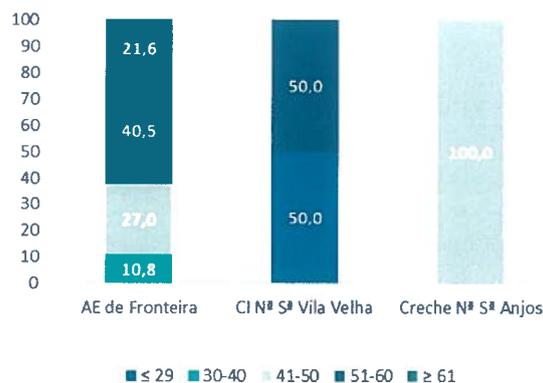
Gráfico 2.28: Docentes por sexo, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

No gráfico seguinte observa-se que uma única docente no concelho tinha 29 ou menos anos no ano de 2021/2022, uma das educadoras de infância do CI Nª Sª Vila Velha e cerca de 11% do corpo docente do AE de Fronteira estava no grupo etário dos 30 aos 40 anos (N = 4 docentes). No AE de Fronteira mais de metade tinha entre os 51 e os 60 anos (40,5%, N = 15) ou 61 ou mais anos (21,6%, N = 8). Ou seja, tratava-se de um corpo docente francamente envelhecido.

Gráfico 2.29: Docentes por grupo etário, nas redes pública e privada, 2021/2022

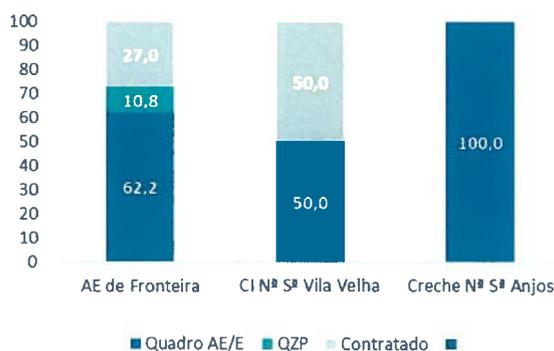


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

No AE de Fronteira, a maioria dos docentes tinha um vínculo contratual estável: 62,2% (N = 23) pertencia ao quadro do Agrupamento. Ainda assim, há a considerar que os outros cerca de 38% tinham vínculos contratuais que representam instabilidade, quer para os docentes, quer para o Agrupamento: 10,8% (N = 4) era do quadro de zona pedagógica (QZP) e 27% (N = 10) eram contratados. Há que considerar que se trata de um quadro preocupante, sobretudo, quando analisado em simultâneo com o cenário de corpo docente envelhecido observado na análise anterior.

Na rede privada, havia duas educadoras de infância do quadro de escola, uma em cada um dos estabelecimentos; e 1 contratada no CI Nª Sª Vila Velha.

Gráfico 2.30: Docentes por vínculo contratual, nas redes pública e privada, 2021/2022

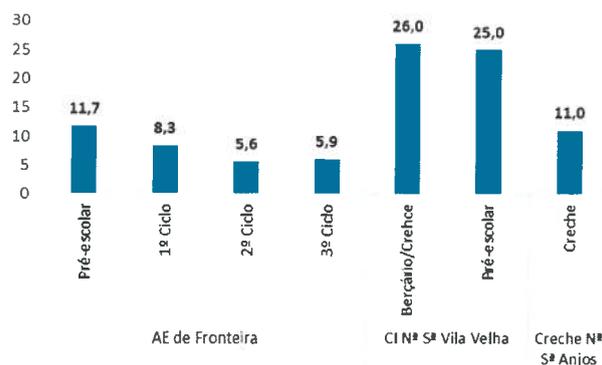


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Terminamos a análise com o cálculo dos rácios do número de crianças/alunos por docente.

De uma forma feral, podemos afirmar que o número de crianças/alunos por docente era entre adequado ou reduzido no AE de Fronteira e no na Creche Nª Sª Anjos. No CI Nª Sª Vila Velha os rácios ascendiam a 26 no Berçário/Creche e a 25 no Pré-escolar.

Gráfico 2.31: Número de crianças/alunos por docente, por nível/ciclo de ensino, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Outros profissionais

De acordo com os dados fornecidos, além dos docentes, trabalhavam nas escolas do concelho outros 50 profissionais, a maioria dos quais no AE de Fronteira: 31 assistentes operacionais, 6 assistentes técnicos, 1 professores de educação especial, 1 psicólogo, 1 assistentes sociais e 1 terapeuta da fala num total de 40.

No CI Nª Sª Vila Velha trabalhavam 2 técnicos auxiliares de educação, 1 assistente social e outros 3 profissionais – 1 cozinheiro, 1 administrativo e 1 motorista.

E na Creche Nª Sª Anjos trabalhavam 2 técnicos auxiliares de educação e 1 administrativo.

Tabela 2.52: Número de profissionais por categoria profissional, nas redes pública e privada, 2021/2022

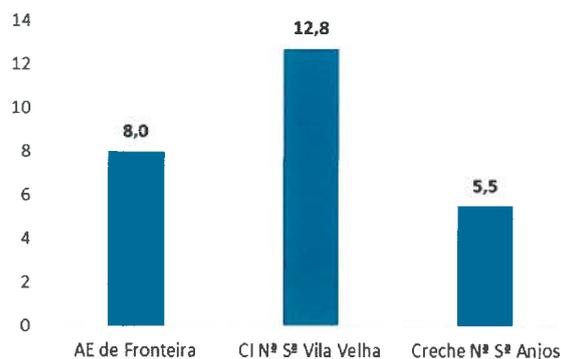
Unidade Orgânica	Assistentes Operacionais/ Técnicos Auxiliares de Educação	Assistentes Técnicos	Professores de Educação Especial	Psicólogos	Outros	Total
AE de Fronteira	31	6	1	1	1	40
CI Nª Sª Vila Velha	4	-	-	-	3	7
Creche Nª Sª Anjos	2	-	-	-	1	3
Total	37	6	1	1	5	50

Fonte: Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Importa calcular os rácios, ou seja, o número total de alunos/crianças sobre o número total de assistentes operacionais/técnicos auxiliares de educação de cada unidade orgânica.

Em todos os estabelecimentos da rede pública e privada, o número de crianças/alunos por cada assistente operacional/técnico auxiliar de educação era adequado, não indo além de 12,8 crianças por técnico na Creche Nª Sª Anjos.

Gráfico 2.32: Número de crianças/alunos por assistente operacional/técnico auxiliar de educação, nas redes pública e privada, 2021/2022



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamento de Escolas de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Fronteira; Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide.

Desempenho escolar

Para analisar o desempenho escolar do AE de Fronteira, recorreremos aos dados fornecidos pelas próprias unidades orgânicas, e às bases de dados disponíveis no Infoescolas. A partir dos dados disponíveis vários indicadores foram construídos de acordo com os dados existentes. A evolução das classificações internas e dos percursos diretos de sucesso ao longo dos três últimos anos letivos e em comparação com as médias regionais ou nacionais;³⁸ a tendência de progressão dos resultados transformados em índices³⁹ através da análise dos declives;⁴⁰ a contextualização das classificações internas e dos percursos diretos de sucesso de acordo com dois indicadores de caracterização socioeconómica dos alunos – percentagem de alunos com ASE e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE); o número de alunos retidos, transferidos, com anulações de matrícula.

Durante a análise e leitura dos dados desta secção importa ter em conta que o contexto pandémico e os respetivos confinamentos e decorrentes desafios e limitações atingiram em pleno os dois últimos anos letivos em análise, incluindo a área da avaliação dos alunos. Nomeadamente, com a eliminação das provas nacionais do 9º ano do Ensino Básico.

No 1º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias de classificações internas do 1º ciclo de escolaridade do AE de Fronteira foram sempre superiores em comparação com as médias regionais nos três anos letivos em análise.

³⁸ No caso dos Percursos Diretos de Sucesso, utilizam-se os dados do Infoescolas em que a “média nacional comparável”, é a percentagem alunos do país com um perfil semelhante aos do Agrupamento que concluíram os ciclos de estudo nos anos previstos (4 no 1º ciclo, 2 no 2º ciclo, 3 no 3º ciclo e 3 no Ensino Secundário).

³⁹ Índices são os valores das classificações internas/externas ou dos percursos diretos de sucesso obtidos no Agrupamento em cada ano, transformados em percentagem da média regional no caso das classificações e da média nacional comparável no caso dos percursos diretos de sucesso, nesse ano. Este indicador permite comparar em termos percentuais a diferença positiva ou negativa dos valores do Agrupamento às médias regionais e nacionais padronizadas ao valor 100. Para análise do Índice considera-se: < 100% - diferença negativa (< -5% pouco acentuada e > - 5% muito acentuada); = 100% - diferença nula, ou seja, o valor do Agrupamento é igual ao valor da média regional/nacional; > 100% - diferença positiva (< 5% pouco acentuada e < 5% muito acentuada).

⁴⁰ Declives resume a progressão dos resultados pois mede a inclinação de uma reta ajustada matematicamente ao conjunto de valores dos índices obtidos pelo Agrupamento em todos os anos em análise, segundo a equação de regressão: $y=ax+b$, onde y designa o valor ajustado da reta correspondente ao ano x e a designa o declive. Assim, o declive representa uma variação tendencial de a pontos percentuais no índice y estimado pela reta, por cada ano x do período observado. Para análise do declive considera-se: < -2% = decréscimo acentuado; -2% e 0% = decréscimo ligeiro; 0% e 2% = melhoria ligeira; > 2% = melhoria acentuada.

Tabela 2.53: Média das classificações internas no 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

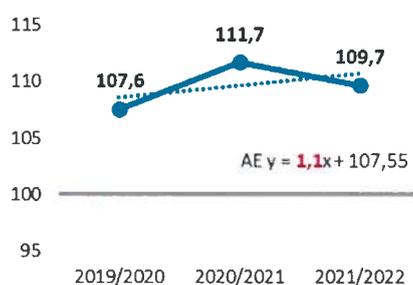
Concelho/ Região	2018/2019	2019/2020	2021/2022
AE de Fronteira	4,00	4,00	4,00
Alto Alentejo	3,67	3,62	3,68

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos em análise; nem o Colégio Luso-Britânico de Elvas nos três anos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do Agrupamento e as médias regionais padronizadas ao valor 100 revela um desempenho estável (declive = 1,1%) com desvios positivos de quase 8% em 2017/2018, de cerca de 12%, o mais elevado, em 2018/2019 e de perto de 10% em 2019/2020.

Gráfico 2.33: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 1º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Percursos Diretos de Sucesso

Na tabela seguinte, verifica-se que a percentagem de alunos que terminou o 1º ciclo no tempo previsto de 4 anos letivos do AE de Fronteira foi sempre inferior em comparação com a respetiva média nacional comparável e com a média da região do Alto Alentejo até 2018/2019, situação que reverteu em 2019/2020 quando atingiu os 100%.

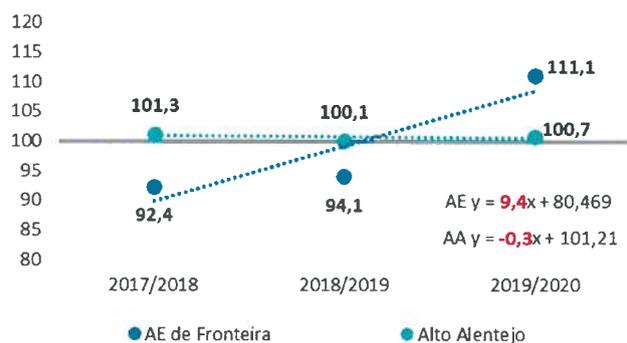
Tabela 2.54: Taxas de percursos diretos de sucesso no 1º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE de Fronteira	78,6	82,6	100,0
Alto Alentejo	85,7	85,6	89,1
Média Nacional Comparável no AE	85,0	87,8	90,0
Média Nacional Comparável na região	84,6	85,5	88,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução das diferenças entre as taxas de PDS no AE de Fronteira e as da região do Alto Alentejo com as respetivas médias nacionais padronizadas ao valor 100 mostra um desempenho estável na região (declive praticamente nulo) e uma tendência de melhoria acentuada no Agrupamento (declive = 9,4%) que atingiu um desvio positivo face à média nacional de 11% em 2019/2020.

Gráfico 2.34: Índices (média nacional = 100) e declives das taxas de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

Vejamos agora os indicadores socioeconómicos. Os alunos que frequentavam o 1º ciclo no ano de 2021/2022 do AE de Fronteira apresentavam, em média, um contexto socioeconómico ligeiramente favorecido quando comparado com o da região: 45,9% dos alunos no Agrupamento e 48,3 na região eram beneficiários da ASE; os anos de escolaridade média dos EE era de 11,4 no Agrupamento e de 10,7 na região.

Tabela 2.55: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 1º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

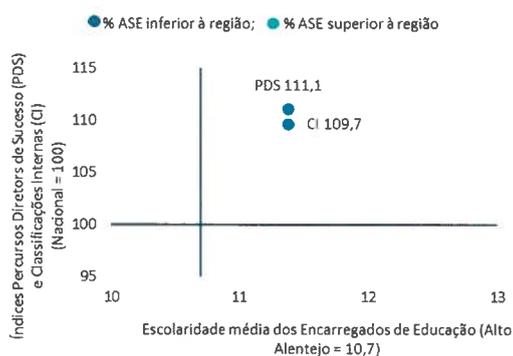
Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE de Fronteira	45,9	11,4
Alto Alentejo	48,3	10,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis, AE José Régio de Portalegre e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

Em 2021/2022, a média de classificações internas e a taxa de percursos diretos de sucesso revelam um desempenho educativo bastante positivo quando comparado com os cenários regional e nacional, desempenho que se destaca tendo em conta que os contextos socioeconómicos são favorecidos, mas de forma ligeira (ver gráfico).

Gráfico 2.35: Relação entre Índice de Percursos Diretos de Sucesso (PDS) 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 1º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

No 1º ciclo, os números de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos e com anulações de matrículas têm pouco peso, quer em termos absolutos, quer relativos, nos três anos considerados.

Tabela 2.56: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 1º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos		AE de Fronteira			Alto Alentejo ¹		
		Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N	0	3	0	26	100	3
	%	0,0	2,8	0,0	0,7	2,9	0,1
2020/2021	N	0	3	0	51	114	1
	%	0,0	4,2	0,0	1,4	3,3	0,0
2021/2022	N	0	1	0	37	90	4
	%	0,0	1,3	0,0	1,0	2,6	0,1
N 1º ciclo		72	75	74	3531	3531	3447

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: ¹Consideraram-se apenas as escolas da rede pública.

No 2º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

Em 2019/2019, a média de classificações internas do 2º ciclo do AE de Fronteira foi similar à regional e manteve médias similares nos anos seguintes, ligeiramente inferior em 2019/2020 e um pouco acima em 2021/2022.

Tabela 2.57: Média das classificações internas no 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

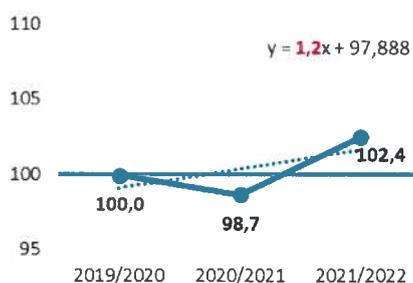
Concelho/ Região	2018/2019	2019/2020	2021/2022
AE de Fronteira	3,78	3,77	3,88
Alto Alentejo	3,78	3,82	3,79

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos em análise; nem o Colégio Luso-Britânico de Elvas nos três anos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do Agrupamento e as médias regionais padronizadas ao valor 100 demonstra como o desempenho tem sido estável tal como no 1º ciclo (declive = 1,2%), porém, os desvios revelam como foi um desempenho similar ao do contexto regional.

Gráfico 2.36: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 2º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Percursos Diretos de Sucesso

No primeiro ano letivo em análise, a taxa de percursos diretos de sucesso do AE de Fronteira foi a mais baixa em comparação com a respetiva média nacional comparável e a média regional, o que se alterou nos anos seguintes – em 2018/2019 atingiu os 100% de alunos a terminar o 2º ciclo nos dois anos previstos e no ano seguinte a percentagem foi de praticamente 97%.

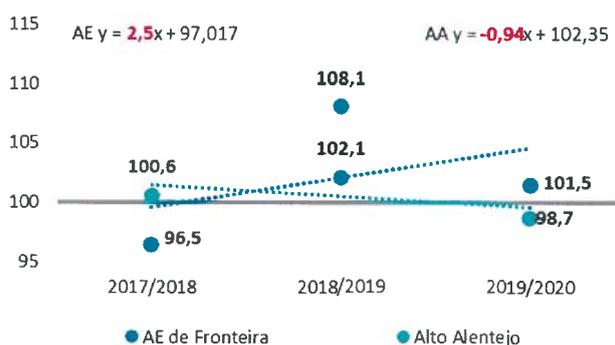
Tabela 2.58: Taxas de percursos diretos de sucesso no 2º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE de Fronteira	88,0	100,0	96,7
Alto Alentejo	90,4	92,4	92,5
Média Nacional Comparável no AE	91,2	92,5	95,2
Média Nacional Comparável na região	89,8	90,5	93,7

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

Na evolução da diferença entre as taxas de PDS do Agrupamento e da região do Alto Alentejo com as médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100 observa-se um desempenho mais estável na região (declive = cerca de 1%) e com uma tendência de melhoria no AE de Fronteira, embora os desvios mostrem que nunca se afastou da média nacional comparável.

Gráfico 2.37: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

No 2º ciclo, o AE de Fronteira tinha indicadores socioeconómicos revelam um contexto socioeconómico desfavorecido quando comparados com os valores médios regionais: 66% de alunos com ASE no Agrupamento e 45,8% na região; escolaridade média dos EE de 11,2 anos e de 13,1 anos no Alto Alentejo.

Tabela 2.59: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 2º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

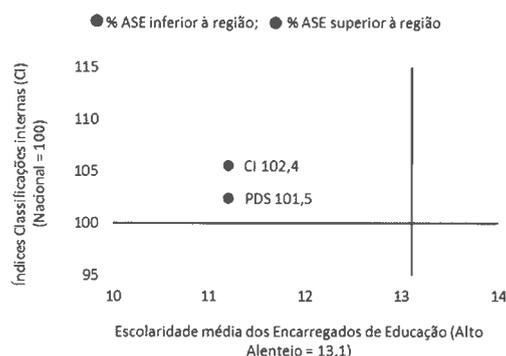
Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE de Fronteira	66,0	11,2
Alto Alentejo	45,8	13,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

A análise da relação entre os valores das classificações internas e dos PDS e os indicadores socioeconómicos permite observar um desempenho educativo positivo quando considerado o contexto desfavorecido dos alunos deste ciclo no contexto regional.

Gráfico 2.38: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 2º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

O número de alunos retidos por faltas, transferidos ou com anulações de matrícula era particularmente reduzido neste ciclo de estudos, quer em termos absolutos e em termos relativos, quer em comparação com os valores regionais.

Tabela 2.60: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 2º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Percentagens de alunos	AE de Fronteira			Alto Alentejo ¹		
	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula
2019/2020	N 0	0	0	26	100	3
	% 0,0	0,0	0,0	0,7	2,9	0,1
2020/2021	N 0	1	0	51	114	1
	% 0,0	2,0	0,0	1,4	3,3	0,0
2021/2022	N 0	2	0	37	90	4
	% 0,0	3,9	0,0	1,0	2,6	0,1
N 2º ciclo	58	47	50	3531	3447	3501

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: ¹Consideraram-se apenas as escolas da rede pública.

No 3º ciclo do Ensino Básico

Classificações internas

As médias de classificações internas do AE de Fronteira foram similares às médias regionais nos três anos em análise, surgindo um pouco acima em 2019/2002 e ligeiramente abaixo em 2020/2021.

Tabela 2.61: Média das classificações internas no 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo

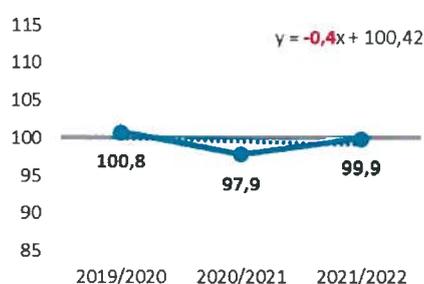
Concelho/ Região	2019/2020	2020/2021	2021/2022
AE de Fronteira	3,71	3,63	3,69
Alto Alentejo	3,68	3,71	3,69

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Nota: A média das classificações internas do Alto Alentejo não inclui o AE de Nisa no caso dos dois primeiros anos letivos.

A evolução da diferença entre as médias de classificações internas do AE de Fronteira e as médias regionais padronizadas ao valor 100 revela que também neste ciclo de estudos o desempenho foi estável (declive praticamente nulo) nunca se desviando muito os valores médios regionais.

Gráfico 2.39: Índices (média regional = 100) e declives das classificações internas do 3º ciclo segundo a média do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Percursos Diretos de Sucesso

Nos dois primeiros anos letivos considerados, a percentagem de percursos diretos de sucesso do AE de Fronteira era superior relativamente à respetiva média nacional comparável, mas em 2019/2020 registou-se um menor número relativo de alunos a terminar o 3º ciclo nos três anos previstos.

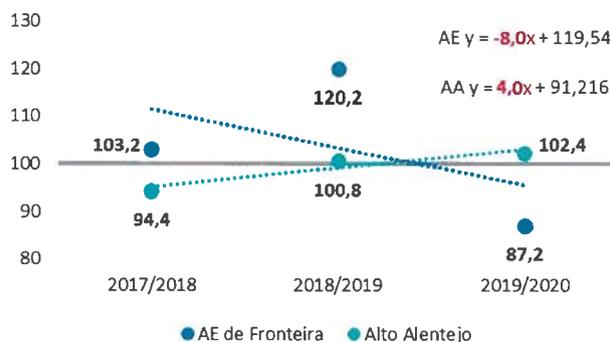
Tabela 2.62: Taxas de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo no concelho, na região do Alto Alentejo e a nível nacional (média nacional comparável à do Agrupamento)

Concelho/ Região/ País	2017/2018	2018/2019	2019/2020
AE de Fronteira	77,8	95,8	74,1
Alto Alentejo	73,4	80,8	86,4
Média Nacional Comparável no AE	75,4	79,8	85,0
Média Nacional Comparável na região	77,8	80,2	84,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas.

A evolução da diferença entre as taxas de PDS do Agrupamento e da região do Alto Alentejo e as médias nacionais comparáveis padronizadas ao valor 100, demonstra que enquanto na região o desempenho tem vindo a melhorar, em média, no distrito (declive = 4%), no AE de Fronteira a tendência é decrescente (declive = -8%) porque em 2019/2020 apresentou um desvio negativo face à média nacional de 13%, ou seja, passaram a existir menos alunos a terminar o 3º ciclo no Agrupamento do que o registado a nível nacional.

Gráfico 2.40: Índices (média nacional = 100) e declives das percentagens de percursos diretos de sucesso segundo as médias nacionais comparáveis, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Infoescolas.

Contextualização socioeconómica do desempenho escolar

Ao nível do 3º ciclo de escolaridade, os indicadores socioeconómicos do AE de Fronteira mantêm o cenário desfavorecido em comparação com a região: 55,1% no Agrupamento e 40,1% na região; e 10,2 anos, em média, no Agrupamento e 10,4 anos na região.

Tabela 2.63: Indicadores socioeconómicos dos alunos do 3º ciclo no concelho e na região do Alto Alentejo, 2021/2022

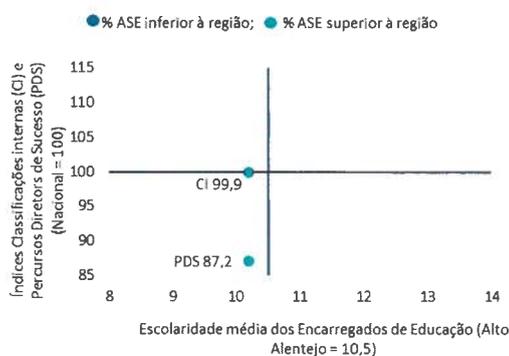
Concelho/ Região	Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE, escalões A e B)	Escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE)
AE de Fronteira	55,1	10,2
Alto Alentejo	40,1	10,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Notas: A média regional da escolaridade média dos encarregados de educação foi calculada sem os valores dos AE de Avis, AE José Régio de Portalegre e do AE de Sousel que não forneceram os dados necessários.

Passamos agora a analisar a relação entre os valores das classificações internas e dos PDS e os indicadores socioeconómicos. No gráfico em baixo verifica-se que em 2021/2022 o desempenho foi próximo ao regional no caso das classificações internas, mas aquém do cenário nacional relativamente à taxa de percursos diretos de sucesso, situação coerente com o contexto desfavorecido destes alunos.

Gráfico 2.41: Relação entre Índice de Classificações internas 2021/2022 e dos Percursos Diretos de Sucesso 2019/2020, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) 2021/2020 e escolaridade média dos Encarregados de Educação 2021/2022, no 3º ciclo no concelho



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Infoescolas e Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Retenções por faltas, transferências e anulações de matrícula

O número de alunos retidos por faltas ou transferidos era reduzido neste ciclo de estudos, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, no Agrupamento e na região do Alto Alentejo. No entanto, cerca de 5% dos alunos de 2019/2020 e novamente em 2020/2021 anularam a matrícula.

Tabela 2.64: Número de alunos retidos por excesso de faltas, transferidos ou com anulações de matrícula, no 3º ciclo, no concelho e na região do Alto Alentejo

Ano letivo, Números e Porcentagens de alunos	AE de Fronteira			Alto Alentejo			
	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	Retidos excesso faltas	Transferidos	Anulações de matrícula	
2019/2020	N	0	1	4	15	16	25
	%	0,0	1,2	4,9	0,5	0,5	0,9
2020/2021	N	2	0	4	52	52	54
	%	2,3	0,0	4,5	1,7	1,7	1,9
2021/2022	N	0	0	2	14	11	10
	%	0,0	0,0	2,2	0,5	0,4	0,3
N 3º ciclo		82	88	89	2999	2985	2918

Fonte: Agrupamentos de Escolas do Alto Alentejo.

Projetos educativos estruturantes

Neste subcapítulo apresentam-se os projetos dinamizados no concelho na área da educação considerados como os mais estruturantes pelos atores locais.

Os projetos indicados incidem sobretudo em componentes de apoio às aprendizagens escolares, com vista a promoção do sucesso escolar, e nas áreas curriculares complementares, de exploração de competências de cidadania, científicas e de cultura. O parceiro principal do AE de Fronteira no âmbito destes projetos é a Câmara Municipal de Fronteira e a maioria destina-se a toda a população escolar (com exceção do pré-escolar). A próxima tabela apresenta a descrição resumida de cada projeto.

Tabela 2.65: Projetos estruturantes para a área da educação

Projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos (resumo)	Público-alvo
Aprendemos Juntos (Projeto)	AE Fronteira	Município de Fronteira	Momento reflexivo 2 - Trabalho colaborativo, por anos de escolaridade, entre os professores de todas as áreas curriculares que constituem o currículo (fusão dos concelhos de turma). Momento reflexivo 3 - Trabalho colaborativo entre: Português, Geografia, Ciências Naturais e Educação Visual. Insucesso num número significativo de alunos a Matemática, com preocupante incidência nesta última disciplina;	Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos / 1.º, 5.º e 7.º ano
Aprender Matemática (Projeto)	AE Fronteira	Município de Fronteira	Discrepância nos desempenhos escolares dos alunos nas disciplinas acima referidas; Falta de motivação de um número significativo de alunos; Inconsistente o acompanhamento de alunos com medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão.	Alunos dos 2.º e 3.º Ciclos / 5.º, 6.º e 7.º anos
Ciencializa-te: Ciências Experimentais (projeto)	AE Fronteira	Município de Fronteira	Promover a motivação e o sucesso escolar em todos os níveis de ensino; Promover entre a escola sede e o respetivo polo um espírito de agrupamento;	Alunos do 1.º Ciclo / 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos

Projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos (resumo)	Público-alvo
Eu Gosto de Estudar (Projeto)	AE Fronteira	Município de Fronteira	Estimular a articulação intra e interciclos. Articulação com as medidas de gestão por ciclo, adaptar o currículo e a organização de horários às necessidades dos alunos que irão frequentar aulas nas disciplinas de Português e/ou Matemática em que tiveram insucesso no ano letivo anterior / dificuldades de aprendizagem. Colaboração de professores (Trabalho em parceria na dinamização dos domínios obrigatórios para todos os ciclos e níveis de ensino – 1.º, 2.º e 3.º Grupos - sala de aula).	Alunos dos 1.º e 3.º Ciclos / 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 6.º anos
A Escola, o Meio Envolve e a Cidadania (projeto)	AE Fronteira	Município de Fronteira	Interligação dos conhecimentos, dos valores e das práticas em Cidadania e Desenvolvimento (Realização de ações, campanhas, projetos, programas, parcerias com entidades da comunidade...). Desafios lançados ao Agrupamento (Fóruns de discussão promovidos pelo Agrupamento envolvendo alunos, pais e encarregados de educação, docentes e pessoal não docente, numa lógica de cultura democrática).	Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos / 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos
Atividades de Complemento Curricular (atividades escolares e concelhias)	AE Fronteira, Município Fronteira	AE Fronteira, Município de Fronteira	Desenvolver as habilidades motoras (resistência, força, flexibilidade, velocidade e equilíbrio) Desenvolver as competências cognitivas, emocionais, sociais e artísticas.	Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos / 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos
Semana Cultural (atividade escolar e concelhia)	AE Fronteira, Município de Fronteira	AE Fronteira, Município de Fronteira, Santa Casa da Misericórdia de Fronteira e de Cabeço de Vide, ADITC- Associação Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável, ULSNA, Intervenção Precoce, Gabinete Proteção Civil, Escola Segura	Promover o sucesso educativo de todos os alunos. Estimular atitudes e comportamentos de respeito, responsabilidade e participação. Incentivar a articulação do Agrupamento com o meio, potenciando os interesses comuns.	Alunos dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos / 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos

Fonte: Câmara Municipal de Fronteira; Agrupamento de Escolas de Fronteira.

A perceção dos atores locais

Neste subcapítulo sistematizam-se as perceções dos atores locais acerca do concelho e das escolas de Fronteira recolhidas através: i) das entrevistas individuais (Câmara Municipal e Agrupamento de Escolas) e de grupo (a representantes dos alunos, encarregados de educação, dos não docentes, do CI N.º 3.ª Vila Velha, da Creche N.º 3.ª dos Anjos, a Autarquia, do Agrupamento, da Escola Segura e da Saúde); ii) do inquérito por questionário aplicado aos docentes da rede pública (ao qual responderam 36 docentes: cerca de 72,2% do sexo feminino e 27,8% masculino; 36,1% residentes no concelho de Fronteira, 33,3% no distrito de Portalegre e 30,6% de outras zonas do país; cerca de 80% é docente desde há 21 ou mais anos; e praticamente metade leciona no AE de Fronteira há pelos menos 11 anos).

A análise focou-se sobre os aspetos positivos e sobre os aspetos menos positivos ou desafios indicados pelos atores locais e foi organizada de forma a seguir as dimensões seguidas ao longo do estudo de diagnóstico: contexto demográfico e socioeconómico e sistema educativo (edifícios, equipamentos e recursos, ofertas educativas e formativas formais, não formais e informais, população escolar, desempenho escolar, projetos/atividades e parceiras).

Contexto demográfico e socioeconómico

Todos os atores entrevistados foram unânimes em referir que o principal problema do concelho é o cenário de forte retração demográfica e depressão socioeconómica, ou seja, a desertificação do interior (pessoas, empresas, serviços e recursos) e, na sequência, a falta de alunos. Um contexto de que decorrem vários desafios para o concelho e para as escolas em particular. Menos pessoas significa menos serviços, menos recursos (como transportes) e menos empregadores o que, por sua vez, leva a que menos pessoas se queiram ficar no concelho incluindo os seus próprios jovens que saem de Fronteira para fazer o Ensino Superior noutras regiões do país e que já não regressam. Nas escolas, o reduzido número de alunos, dificulta a abertura de turmas e de ofertas educativas, a implementação de certas estratégias pedagógicas, a colocação de docentes em horários escolares reduzidos e levou ao encerramento do Ensino Secundário e à constituição de turmas mistas no 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico. Por outro lado, o número reduzido de alunos em sala de aula é visto como uma mais-valia pelos atores locais porque permite um trabalho mais personalizado (coadjuvações, dinâmicas aprendidas com o projeto da Turma + e outras soluções semelhantes) e promove um bom ambiente escolar porque há maior possibilidade de interconhecimento entre profissionais escolares, alunos, famílias e comunidade em geral.

Neste quadro, não é de estranhar que os entrevistados tenham indicado como principais objetivos estratégicos a inserir na Carta Educativa, em primeiro lugar, a implementação de estratégias concertadas a várias dimensões para atrair e fixar empresas e população, em particular casais jovens em idade fértil, no concelho. Em segundo lugar, a recuperação do Ensino Secundário, quer de cursos científico-humanísticos, quer de cursos profissionais em particular o de Termalismo, anteriormente existente no concelho, também para rentabilizar as termas localizadas na freguesia de Cabeço de Vide. Outros objetivos poderão passar pela criação de medidas de melhoria da aprendizagem na disciplina de Matemática e Ciências Experimentais idênticas às que já existem na disciplina de Português. Assim como pela valorização das tradições e património natural, histórico e cultural do concelho quer como estratégia económica quer como conteúdos a trabalhar pelas escolas.

Sistema Educativo

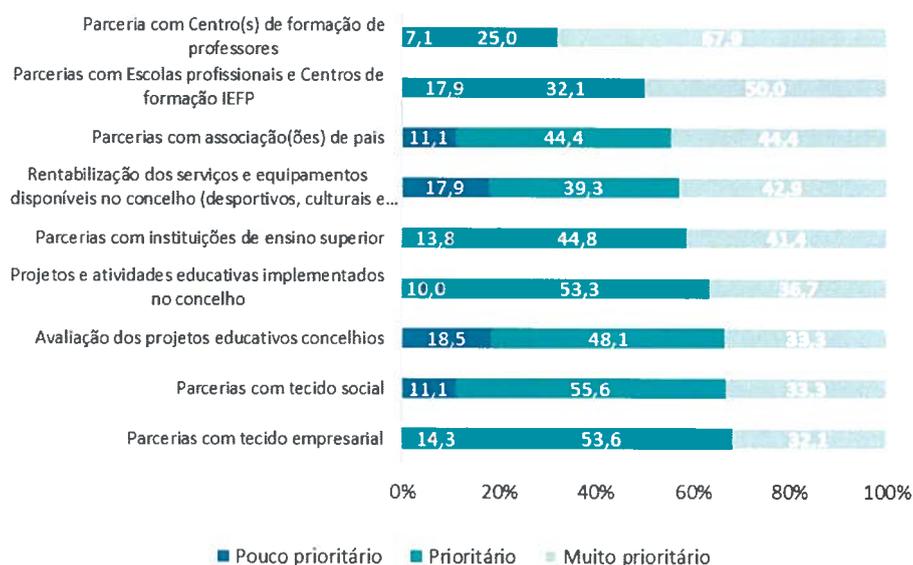
Entre os aspetos positivos referidos na dimensão das Parcerias, destaca-se a rede de parcerias como o Conselho Local de Ação Social e o Núcleo Local de Inserção que proporcionam momentos de encontro entre várias entidades para debater a educação e de unir esforços para tornar o sistema educativo mais apelativo e complementar a formação dos alunos.

Porém, fica clara a ideia de que a Câmara Municipal, o Agrupamento de Escolas e a Santa Casa são as principais entidades dinamizadoras da educação no concelho de Fronteira e que a Autarquia é muito interventiva na área educativa e o principal parceiro das escolas. A articulação entre Autarquia e Agrupamento já era próxima antes da concretização do processo de transferência de competências a 1 de abril de 2022, nomeadamente com a Câmara Municipal a assegurar pequenos arranjos nos edifícios e nos espaços exteriores e a contratação de alguns funcionários além dos que o Ministério colocava no AE de Fronteira de acordo com os rácios definidos. Apesar das dificuldades que decorrem do processo de transferência de competências para a Autarquia e da assunção de responsabilidades de gestão por parte desta entidade, que obriga a uma

redefinição de papéis e tempo de ajuste à nova realidade, tem havido capacidade de aprendizagem de ambas as partes tendo sido tomadas decisões importantes como a manutenção dos horários dos transportes escolares, também por influência dos encarregados de educação, e a delegação da gestão do pessoal não docente para o Agrupamento.

Em termos de capacitação, a de docentes está atualmente virada para as áreas digitais e tem sido respondida pelo centro de formação de professores. No entanto, vários atores locais mencionam o facto de os assistentes operacionais mais antigos não terem formação há muitos anos enquanto os novos ingressam no Agrupamento praticamente sem formação nas funções em que vão desempenhar e sem saber, por exemplo, intervir devidamente na resolução de conflitos entre alunos e efetuar vigilância dos espaços que vai mais além do que apenas higienizar. Até abril de 2022, o Agrupamento fazia um esforço para garantir a formação necessária aos assistentes técnicos capacitando-os para responder às solicitações do Ministério da Educação, mas desde então que não existe. A expectativa geral é de que o processo de transferência de competências aproxime ainda mais a Câmara Municipal das escolas e tenha um papel ativo e parceiro na criação de estratégias locais para a área da educação.

Gráfico 2.42: Avaliação dos docentes da rede pública do grau de prioridade no domínio das Parcerias



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Entre as respostas dos docentes da rede pública (gráfico em cima) percebe-se que a maioria se encontra satisfeito, mas espera mais respostas de proximidade e articulação entre várias entidades sobretudo com o centro de formação de professores considerado como muito prioritário por 68% dos docentes, com as escolas profissionais e centros de formação do IEFP (50%), com a associação de pais (44,4%) e com o Ensino Superior (41,4%) e para rentabilização dos serviços e equipamentos disponíveis no concelho (42,9%).

Em termos de recursos, os atores locais referem que o sistema de transportes público é bastante reduzido e existe maioritariamente durante o período escolar deixando de existir fora desse tempo.

Relativamente ao edificado escolar os atores locais auscultados realçaram a ação da Câmara Municipal quanto à construção da escola sede do AE de Fronteira e à requalificação da EB de Cabeço de Vide realizadas há relativamente pouco tempo e que, por isso, estão em ótimo estado de conservação. Porém afirmaram que com a passagem do tempo começam a aparecer algumas necessidades de manutenção dos espaços. Além disso, a

escola sede devia ter espaços exteriores cobertos para conforto dos alunos no verão e no inverno e cuja ausência os leva a procurar pela biblioteca que deixa de cumprir o seu objetivo para acolher os alunos; uma sala multiusos ou um auditório; e ver garantida a adequada sonorização dos espaços interiores.

Além dessas preocupações, as respostas da maioria dos docentes da rede pública mostram como consideram muito prioritário renovar e ter planos de manutenção para os equipamentos tecnológicos (80%), artísticos (74,2%), dos próprios edifícios (54,8%) e dos equipamentos desportivos (40,7%).

Tanto os atores entrevistados como os inquiridos referem ser uma prioridade a contratação de funcionários (74,2%) ou mais especificamente o processo da sua substituição em casos de baixas, faltas ou atestados de incapacidade que gera situações complicadas, por vezes, com 7 ou 8 assistentes operacionais em falta o que é muito difícil de gerir.

Gráfico 2.43: Gráfico 2.44: Avaliação dos docentes da rede pública no domínio dos Edifícios, Equipamentos e Recursos



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Relativamente às ofertas, os atores locais realçaram como aspetos positivos a existência de oferta com qualidade para primeira infância e a sua capacidade de resposta à procura. Ao nível do Ensino Básico consideram que o ensino é de qualidade, mas reiteram como desvantagem o encerramento do Ensino Secundário pela redução do número de alunos, quer por via do cenário de retração demográfica, quer porque a abertura de ofertas em concelhos limítrofes que atraem os alunos de Fronteira (Escolas de Estremoz, AE de Sousel, na ES Mouzinho da Silveira em Portalegre e nas Escolas Profissionais de Alter do Chão e Agostinho Roseta no Crato).

Alguns objetivos nesta dimensão são o retomar o projeto da escola de música que ficou suspenso por causa da pandemia (e dessa forma rentabilizar o investimento em instrumentos musicais já realizado). Manter os clubes e motivar os alunos para que neles participem, os projetos no âmbito do Plano Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar, do Plano Nacional de Cinema, do Clube das Artes e do Clube de Teatro, que inclui teatro para adultos o que contribui para integrar a comunidade na escola.

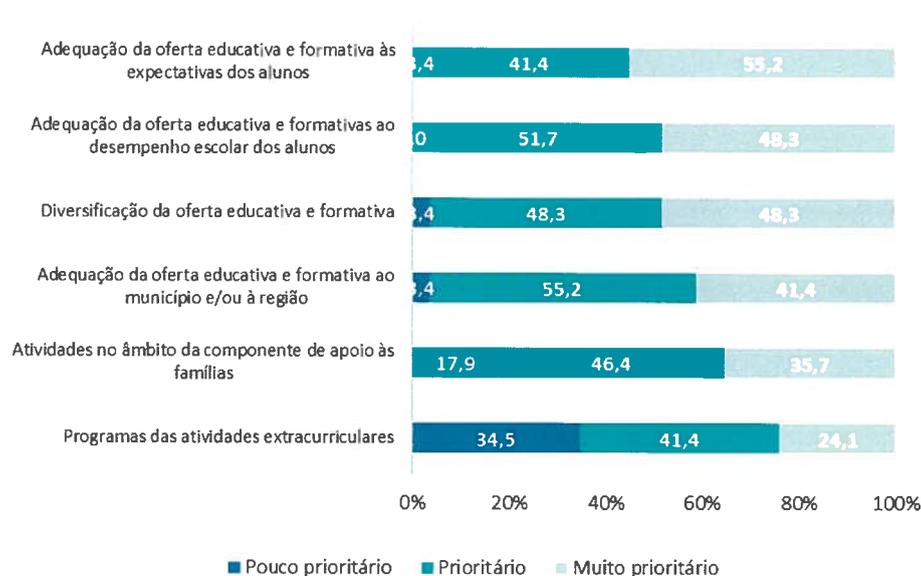
Como as ofertas são pouco diversificadas devido ao reduzido número de alunos, o Agrupamento tenta diversificar com a concretização de domínios de autonomia curricular, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, em que várias disciplinas trabalham o mesmo tema de forma lúdico-pedagógica.

Outro aspeto bastante realçado tem a ver com a quantidade de atividades extracurriculares e ofertas informais e não formais, muitas dinamizadas pelo Município, gratuitas para crianças, jovens e adultos.

Por último, alguns entrevistados acrescentaram que seria bom haver mais dinâmicas no âmbito da educação para adultos, mas que, à exceção de um curso de Português Língua Não Materna realizado recentemente para um grupo de romenos que, entretanto, se fixaram no concelho, é difícil por não existe procura por parte da população.

Ainda relativamente a estes temas, as respostas dos docentes da rede pública apontam como tópicos considerados como muito prioritários por cerca de metade, a necessidade de adequar a oferta formativa e educativa às expectativas dos alunos (55,2%) e ao desempenho escolar dos alunos (48,3%). A diversificação das ofertas educativas e formativas é outro aspeto definido como muito prioritário (48,3%).

Gráfico 2.45: Avaliação dos docentes da rede pública no domínio das Ofertas Escolares



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

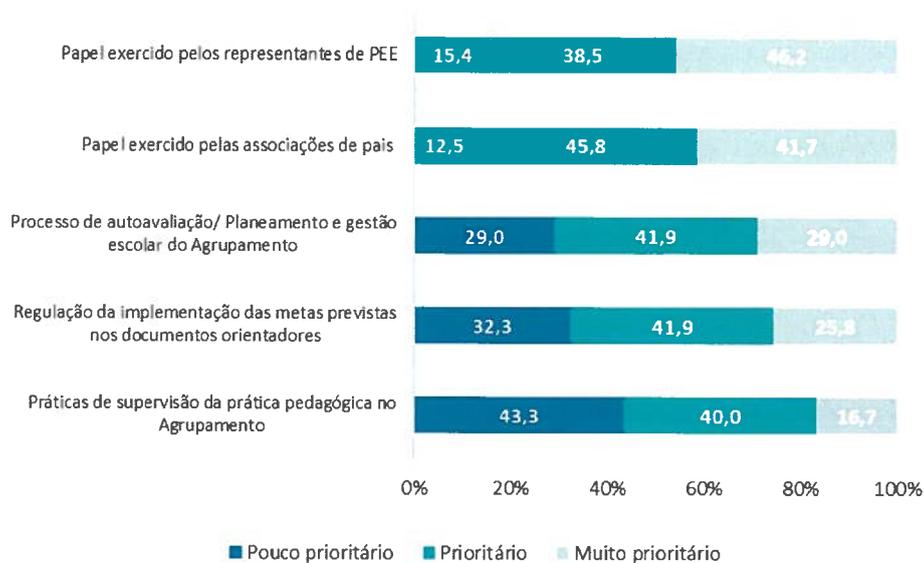
Relativamente à população escolar referiram que têm os docentes, assistentes operacionais e assistentes técnicos que precisam, embora seja referido que no AE do Fronteira por vezes seja difícil contratar docentes de outros concelhos e de outras zonas do país devido aos reduzidos horários de trabalhos e à falta de habitação o que dificulta ou impede a sua deslocação para o concelho. E que, devido à dificuldade de gerir as faltas dos assistentes operacionais, seria importante criar uma bolsa de recrutamento de assistentes operacionais no concelho. Em termos gerais, os atores entrevistados falaram da necessidade de maior investimento na formação dos profissionais escolares, em particular dos assistentes operacionais.

No que respeita ao corpo discente, a recente diversificação de nacionalidades, mas acima de tudo, de culturas diferentes (hábitos, religiões, etc.), causa preocupação às forças de segurança que, referiram nas entrevistas, se estão a preparar no sentido de garantir a manutenção do ambiente escolar que caracteriza o concelho.

O desempenho escolar é visto como positivo porque praticamente não existe abandono no concelho e os resultados escolares têm vindo a melhorar inclusive quando comparados com outros concelhos da região do Alto Alentejo e considerando os contextos socioeconómicos dos agregados familiares dos alunos que consideram desfavorecidos no cenário regional.

No domínio da Gestão Escolar, os docentes da rede pública estão bastante satisfeitos sendo de destacar a necessidade de haver uma maior dinamização da Associação de Pais (46,2% dos docentes consideram este tópico muito prioritário).

Gráfico 2.46: Avaliação dos docentes da rede pública no domínio da Gestão Escolar



Fonte: Inquérito por questionário aos docentes da rede pública.

Capítulo 3 : Intervenções para o futuro

Neste capítulo apresenta-se, em primeiro lugar, a análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – que resume e realça os principais pontos positivos, pontos a melhorar, oportunidades e ameaças aferidos a partir dos resultados do estudo de diagnóstico apresentado no Capítulo 1 deste documento. E, depois, expõem-se a visão estratégica da Carta Educativa de Fronteira 2023-2033 sustentada nos estudos de diagnóstico realizados com a participação dos vários atores locais e coordenada com o PEDIEAA.

Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades

Nesta secção, resume-se os estudos de diagnóstico realizados sobre o concelho de Fronteira, para mais facilmente identificar os pontos a melhorar que serão aqueles sobre os quais a visão estratégica para os próximos 10 anos se debruçará, de acordo com a missão política assumida pelo Município. Todos os indicadores referidos nos resumos seguintes foram analisados, e explicados na sua essência, nos estudos de diagnóstico (Capítulo 2 desta Carta Educativa e Diagnósticos Geral e Diagnóstico Educativo do Alto Alentejo).

Contexto territorial, demográfico e socioeconómico

No contexto territorial, demográfico e socioeconómico de Fronteira identificaram-se alguns **pontos fortes**. O concelho de Fronteira tem uma acentuada identidade histórica e cultural que pode ser dinamizada pelas escolas do concelho. Em termos geográficos, a sua localização entre Alto Alentejo e Alentejo Central e a integração no eixo *Elvas-Monforte-Fronteira-Avis-Ponte de Sor*, que beneficia de ligação à Lezíria do Tejo, área Metropolitana de Lisboa, Évora e a Espanha, potencia sinergias e a articulação inter-regional. Acresce o seu estatuto de Centro Urbano Complementar (CUC) definido no Plano Regional de Ordenamento do Território, que implica a existência de um conjunto mínimo de serviços, como comércio, saúde, educação e apoio social, indispensáveis ao papel de suporte do concelho de Fronteira à coesão territorial. Ainda relativamente ao território, a Câmara Municipal de Fronteira disponibiliza um sistema de transportes escolares, a par do sistema de transportes públicos, para alunos residentes no concelho que frequentem os equipamentos em Fronteira, Estremoz, Portalegre ou Alter do Chão. Apesar do cenário de depressão demográfica e socioeconómica que se descreve em baixo, identificaram-se alguns aspetos positivos em termos socioeconómicos. Uma tendência de aumento do emprego estável por via do acréscimo do número de trabalhadores por conta de outrem com contratos permanentes/sem termo. Uma menor dependência do rendimento social de inserção, subsídio por doença e abono de família no concelho de Fronteira e também um número reduzido de beneficiários do subsídio de desemprego, neste caso, com valores idênticos aos da região.

Quanto aos **pontos a melhorar**, e começando pela dimensão territorial, Fronteira não beneficia de grandes infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. A sua dinâmica urbanística tem sido reduzida decorrente de uma menor oferta de habitação, do abandono de alojamentos como consequência do contexto de retração demográfica e, consequentemente, da perda de condições de habitabilidade. Os movimentos pendulares apresentam um saldo negativo, ou seja, saem diariamente mais pessoas para trabalhar ou estudar noutros concelhos do que no sentido inverso. Os transportes públicos não respondem às necessidades da população que, por isso e na sua maioria, opta pelo veículo próprio para deslocações intra e inter concelhias por serem mais rápidas em tempo de espera e de viagem. Em termos demográficos, o decréscimo populacional foi permanente nos últimos três períodos censitários o que também contribui para o seu posicionamento entre os concelhos com menores proporções de efetivos populacionais (2,7%) e uma densidade populacional reduzida (perto de 12 habitante por km²) no contexto na região do Alto Alentejo. A estrutura populacional é francamente envelhecida, pelo maior peso da população adulta e idosa face ao da população jovem e, sobretudo, jovem

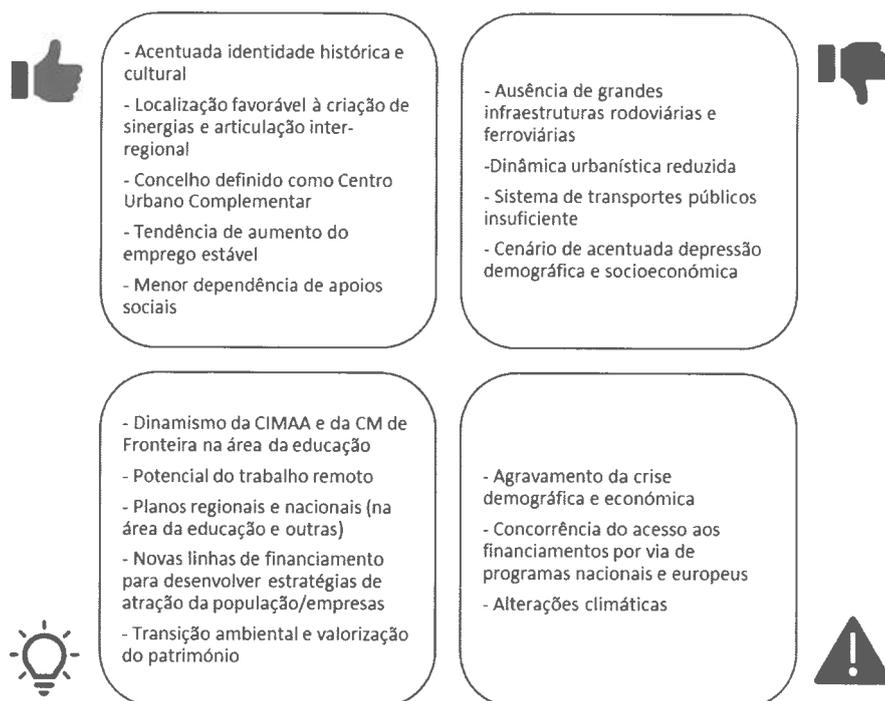
adulta, sendo o índice de envelhecimento e a relação de dependência total do concelho de Fronteira (18,6 jovens e 59,7 idosos por cada 100 adultos) superior face ao valor médio regional. A dinâmica populacional é igualmente negativa. A taxa de crescimento total é negativa (saldos de crescimento natural e migratório negativos) sendo um dos concelhos com maiores perdas populacionais. O índice sintético de fecundidade foi reduzido e inferior ao limiar de substituição das gerações e o número de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira igualmente diminuto ao longo do último período censitário (2011-2021). As projeções demográficas apontam para a manutenção da perda populacional e, conseqüentemente, da população escolar, que já se constitui como uma das maiores preocupações dos vários atores auscultados. O cenário socioeconómico é igualmente de salientada depressão. A começar pela rarefação do tecido empresarial (densidade empresarial reduzida e com fraca capacidade de empregabilidade, inexistência de grandes empresas); pelo seu fraco dinamismo (reduzida criação de empresas); e pela pouca diversidade setorial em que mais de um terço das empresas pertencem ao setor da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, setor mais vulnerável às alterações climáticas e conseqüências. A população empregada (por conta de outrem) tem níveis de escolaridade baixos (68,5% não tem escolaridade ou tem um dos três do Ensino Básico concluído), coerente com os cerca de 55% de residentes na mesma situação, um quadro referido por diversos atores locais entrevistados. Aliás, a taxa de analfabetismo é elevada, em particular entre a população feminina em que ascende até aos quase 9%. De forma coerente, os ganhos médios mensais são particularmente baixos no contexto regional e nacional, exceto entre os trabalhadores com o Ensino Secundário/Pós-Secundário concluído ou empregados no setor da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, mas sem anular as diferenças salariais entre homens e mulheres que caracterizam a região do Alto Alentejo. Ainda na caracterização socioeconómica destaca-se a existência de maiores taxas de desemprego entre a população jovem (até aos 34 anos) e idosa (com 65 ou mais anos); percentagens elevadas de pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações e das pensões de sobrevivência, conseqüências da estrutura populacional envelhecida; e a perda acentuada de população ativa e redução da taxa de atividade observadas nos últimos anos.

Nesta dimensão destacam-se como **oportunidades**, o dinamismo que a atual equipa da CIMAA tem revelado na área da educação, assim como as potenciais sinergias que se venham a criar no território por intermédio da concretização de uma estratégia e de planos de ação comuns aos vários concelhos; assim como da Câmara Municipal de Fronteira que, com a sua experiência acumulada no contexto da transferência de competências do Governo central para o local, tem sido um motor de desenvolvimento, também identificado por vários atores auscultados. A recente aprendizagem que a população nacional fez sobre as possibilidades do trabalho remoto e que pode contribuir para atrair população para o território juntamente com outros projetos. Os planos estratégicos regionais (como o Alentejo 2030) e nacionais (por exemplo, o Plano de Recuperação e Resiliência) e as novas linhas de financiamento que irão abrir com o novo quadro comunitário e que podem servir para o desenvolvimento de estratégias de atração de população e de empresas para a região. Por último, realça-se a oportunidade para a promoção de uma efetiva transição ambiental e de valorização do património do concelho.

As **ameaças** decorrem, sobretudo, da possibilidade do agravamento da crise económica na sequência do contexto pandémico a que acresce o atual cenário de guerra e de inflação elevada na Europa com todas as condicionantes que tal cenário acarreta para a população europeia, e que se prevê venham a ter conseqüências mais graves sobre os territórios e populações mais debilitados. Outra ameaça à concretização dos possíveis planos de ação previstos no presente documento estratégico tem a ver com a concorrência que a CIMAA e respetivos Municípios vão enfrentar no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus. As alterações climáticas surgem como outra ameaça a considerar, sobretudo, pela forte aposta na exploração de recursos naturais ligados ao setor da agricultura, da produção animal e associados (como a transformação alimentar e animal) que se encontram entre os que mais podem vir a ser prejudicados. Uma última ameaça tem

a ver com as consequências decorrentes da não integração plena populações migrantes que, cada vez mais, procuram o território da região do Alto Alentejo para trabalhar e, também, para viver, e que se caracterizam, muitas delas, por culturas muito diferenciadas em termos de línguas faladas, de cultura, de religião e, inclusive, de vestuário que obrigam a adaptações dos serviços locais incluindo os da educação.

Figura 3.5: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no contexto territorial, demográfico e socioeconómico



Fonte: construção própria.

Estabelecimentos, população e ofertas escolares

Como **pontos fortes**, a nível dos estabelecimentos, observa-se uma distribuição adequada dos estabelecimentos escolares com ofertas para a primeira infância e de 1º ciclo pelas freguesias do concelho de Fronteira. As condições dos edifícios escolares da rede pública são boas uma vez que foram construídas ou requalificadas há relativamente poucos anos assim como as do edificado da rede privada. As escolas com oferta de Ensino Básico têm capacidade para acolher mais alunos. Relativamente às ofertas escolares, o concelho de Fronteira conta com várias respostas ao nível da educação inclusiva com a presença de várias equipas de trabalho como a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), o Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e os apoios previstos no âmbito da Ação Social Escolar (ASE); e, ainda, beneficia com a integração na área de influência do CRTICEE – Centro de Recursos de TIC para a Educação Especial sediado em Portalegre. Ainda no que respeita às ofertas, destacam-se as iniciativas do Agrupamento de dinamização de domínios de autonomia curricular que diversificam um pouco as dinâmicas de ensino-aprendizagem no concelho e que tentam colmatar a fraca diversidade de ofertas decorrente do reduzido número de alunos. As Atividades de Enriquecimento Curricular são uma mais-valia, quer pela diversidade de áreas trabalhadas com as crianças, quer pelas taxas de participação geralmente elevadas que podem gerar maior proximidade entre crianças de diferentes classes e freguesias. Assim como, a oferta de respostas formais

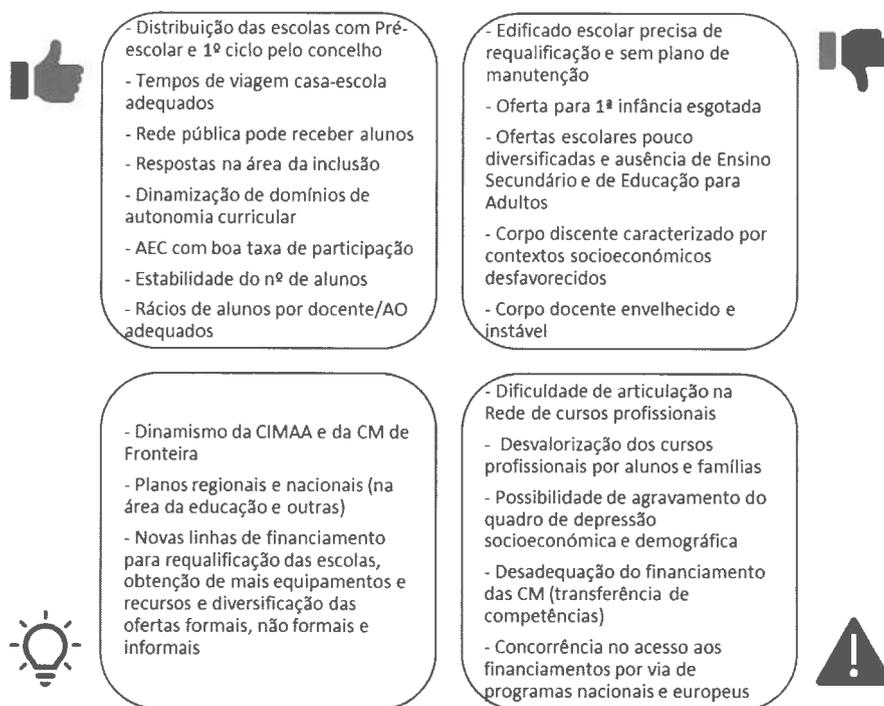
e não formais disponíveis à comunidade. A população escolar da rede pública e privada de Fronteira caracteriza-se por um número de alunos estável nos últimos anos letivos, apesar do cenário demográfico preocupante; por uma tendência de maior escolarização entre as gerações mais novas de encarregados de educação; e por um número de alunos por docente e por assistente operacional ou técnico auxiliar de educação reduzido, o que facilita o acompanhamento mais personalizado a todos os alunos, aspeto bastante referido nas auscultações aos atores locais.

Quanto aos **pontos a melhorar**, inicia-se novamente pelos edifícios, infraestruturas e equipamentos. Um dos principais aspetos tem a ver com a necessidade de se criar um plano de manutenção dos edifícios escolares de forma a manter o bom estado de conservação. De acordo com os atores auscultados existem também algumas falhas que poderiam ser colmadas, nomeadamente no que respeita à necessidade de criar espaços exteriores cobertos e uma sala multiusos e de garantir a sonorização, o conforto térmico e a eficiência energética nos espaços interiores na rede pública; renovar os espaços exteriores e respetivos equipamentos e o mobiliário de interior na rede privada. Nas três UO identificou-se também a falta de equipamentos como materiais e jogos pedagógicos, computadores, equipamentos desportivo, tecnológicos, laboratoriais e outros. Passando às ofertas, as taxas de ocupação das valências para primeira infância são elevadas o que pode comprometer futuras estratégias para atração de população para o concelho, mas cujas soluções deve ter em consideração os resultados das projeções demográficas para o concelho de Fronteira. Um dos aspetos mais referidos foi a pouca diversidade das ofertas educativas e formativas, aspeto que os atores locais sabem ser uma consequência do diminuto número de alunos, mas em particular referem-se ao facto de o Ensino Secundário ter sido encerrado. Outro aspeto prende-se com a fraca dinamização de respostas na área da educação para adultos que em muito se deve à quase nula procura por parte da população. Relativamente à população escolar, as famílias dos alunos do concelho de Fronteira caracterizam-se por contextos socioeconómicos desfavorecidos. O corpo docente da rede pública é caracterizado também pelo envelhecimento e por ser previsível que um considerável grupo de docentes entre na reforma durante o período de vigência desta Carta Educativa, o que pode colocar em causa eventuais projetos/documentos estratégicos. Além disso, quase 40% do corpo docente do Agrupamento tem vínculos contratuais instáveis.

Nesta dimensão, as **oportunidades** são novamente o dinamismo da CIMAA e da Câmara Municipal de Fronteira na área da educação; os planos regionais e nacionais mencionados anteriormente e as novas linhas de financiamento que irão abrir com o novo quadro comunitário e que podem apoiar na requalificação das escolas, na obtenção de mais equipamentos e recursos e na diversificação das ofertas formais, não formais e informais.

Quanto às **ameaças**, destaca-se uma rede de cursos profissionais regional caracterizada por ofertas duplicadas em várias UO e concelhos, que promove uma lógica de competição por alunos em vez de estratégias de cooperação para aquisição e rentabilização de recursos e respostas; a desvalorização dos cursos profissionais por parte de alunos e famílias; a possibilidade de agravamento do quadro de depressão socioeconómica e demográfica no atual contexto internacional; a desadequação das verbas transferidas para o Município que não acompanha as suas novas responsabilidades; e a concorrência no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus igualmente referida na dimensão anterior.

Figura 3.6: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no cenário dos estabelecimentos, população e ofertas escolares



Fonte: construção própria.

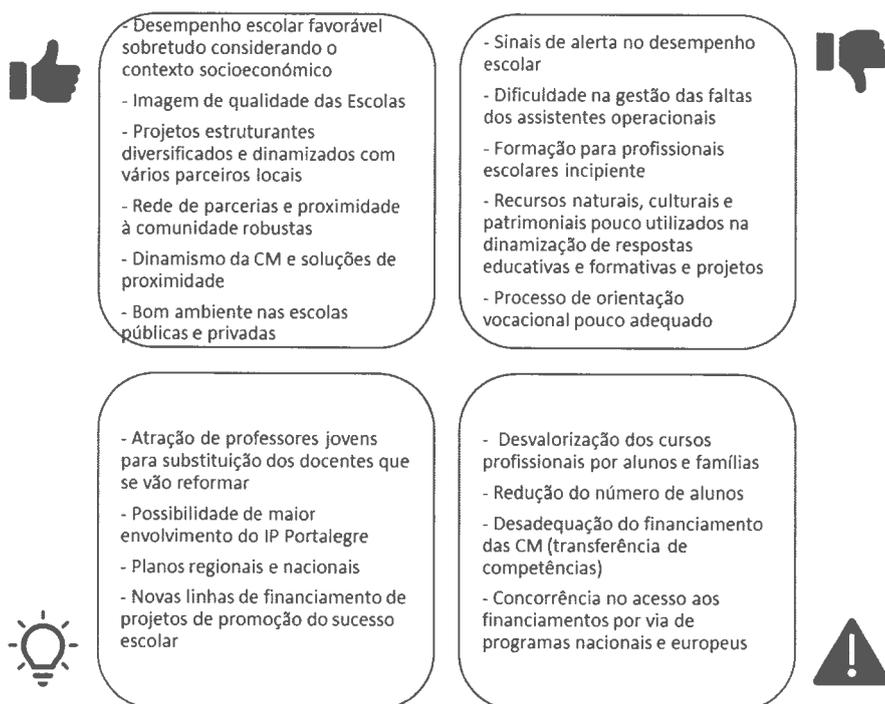
Dinâmicas de promoção do sucesso escolar

Na dimensão das dinâmicas de promoção do sucesso escolar, iniciam-se os **pontos fortes** destacando o desempenho escolar particularmente positivo no concelho de Fronteira que apresenta médias de classificações internas e taxas de percursos diretos de sucesso superiores (no 1º ciclo) ou semelhantes (no 2º e 3º ciclo) aos valores médios regionais ou nacionais que superam as expectativas quando considerados os contextos socioeconómicos francamente desfavorecidos dos agregados familiares dos alunos no contexto da região do Alto Alentejo. Como outro aspeto positivo, identificou-se uma imagem de qualidade que é atribuída pela comunidade concelhia às Escolas de Fronteira. O conjunto de projetos estruturantes dinamizados no concelho, por iniciativa de várias entidades e com diversos parceiros locais é outro ponto forte, porque contribui para o desenvolvimento integral do aluno ao trabalhar áreas como a educação ambiental, musical, para a saúde e hábitos de vida saudável, cidadania, etc., e ao promover o convívio entre a comunidade escolar. A rede de parcerias que participa no sistema educativo concelhio foi considerada como robusta e muito importante para o concelho. Os atores locais realçaram também o dinamismo da Câmara Municipal de Fronteira e, sobretudo, as respostas de proximidade que esperam que sejam potenciadas no contexto da transferência de competências. Um outro ponto positivo igualmente referido pelos atores auscultados é o bom ambiente escolar presente em todas as Escolas do concelho, aspeto associado ao número reduzido de alunos e ao acompanhamento personalizado que permite.

Apesar do bom desempenho escolar, os **pontos a melhorar** devem referir um sinal de alerta apenas com o objetivo de garantir desde já a prestação do concelho nesta dimensão. Trata-se da tendência para a diminuição

da percentagem de alunos que termina o 3º ciclo no tempo previsto por comparação ao que se verifica no contexto nacional. Outros aspetos a melhorar são a necessária melhor gestão dos assistentes operacionais ao nível do recrutamento, dos processos de substituição em caso de faltas desses profissionais, e da sua formação inicial. Além da formação para assistentes operacionais, será também necessário garantir formação para os assistentes técnicos e repensar a formação contínua dos docentes que se tem vindo a focar apenas em áreas digitais. A reduzida rentabilização por parte das Escolas dos recursos naturais, culturais e patrimoniais na dinamização dos currículos e de projetos escolares que reflete um fraco investimento na introdução das tradições do concelho nas respostas educativas foi um dos tópicos igualmente identificado como aspeto a melhorar. Vários atores auscultados mencionaram a necessidade de criar programas de orientação vocacional que trabalhem com os alunos de forma atempada e que sejam mais completos, ou seja, que passem a informar alunos e famílias sobre as possibilidades de educação e formação existentes na região e sobre as suas potencialidades em termos de prosseguimento de estudos para o Ensino Superior e de ingresso no mercado de trabalho concelhio e regional.

Figura 3.7: Pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades no quadro das dinâmicas de promoção do sucesso escolar



Fonte: construção própria.

As **oportunidades** nesta dimensão passam pela possibilidade de, com a saída futura de um número considerável de docentes do sistema educativo por via da reforma, atrair e fixar população jovem, nomeadamente, professores jovens com a criação de garantias e apoios à sua fixação no território (habitação acessível, apoios variados a jovens e à constituição de famílias, etc.). Outra oportunidade vital é a possibilidade de, incluindo pela existência de um plano estratégico regional para a área da educação, se criar um maior envolvimento do Instituto Politécnico de Portalegre com as escolas públicas e privadas do Ensino Básico e Secundário. Assim como, tal como nas dimensões anteriores, os planos regionais e nacionais e as novas linhas

de financiamento que poderão ser mobilizados para a implementação de projetos de desenvolvimento e melhoria do sistema educativo.

Como **ameaças**, apontam-se a desvalorização dos cursos profissionais por parte de alunos e famílias, o que requer uma especial atenção para o trabalho de sensibilização junto das comunidades, em particular, dos jovens e respetivas famílias. E, novamente, a desadequação do financiamento atribuído ao Município no âmbito da transferência de competências; e a concorrência no acesso aos financiamentos por via de programas nacionais e europeus.

Identidade

Visão

Como afirmado no seu artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva. É por esta razão que estrategicamente se deve garantir uma educação de qualidade para todos, não somente no processo inicial de aprendizagem, mas também ao longo da vida. Fruto desta consciencialização, a legislação portuguesa no setor da educação tem vindo a alargar progressivamente nas mais variadas áreas, assistindo-se, simultaneamente, a um reforço das atribuições e competências das autarquias locais nesta matéria, acompanhando o movimento de descentralização administrativa e de autonomia do poder local.

A Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento que comprova e demonstra as necessidades do território educativo do Concelho de Fronteira, com a finalidade de justificar as medidas de intervenção identificadas e as propostas a desenvolver, num futuro próximo. Indissociável das propostas do Plano Diretor Municipal, a Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis da rede educativa desenvolver uma atuação estratégica.

O que fizermos hoje na educação, determinará, de forma decisiva, o futuro do país e conseqüentemente da democracia, e disso dependerá também a melhoria de vida dos portugueses e a sua capacidade de enfrentar um mundo cada vez mais complexo, exigente e competitivo.

Missão

Enquanto documento orientador, decisivo para o desenvolvimento consistente do sistema educativo e para a construção de uma política educativa, a revisão da carta educativa de Fronteira vai permitir aos responsáveis políticos e técnicos do município delinear uma estratégia.

A principal missão incide sobre a capacidade de planear as intervenções a realizar para assegurar a adequação da oferta à evolução da procura escolar, do pensamento educativo e da dinâmica social .

No entanto, a aquisição de conhecimentos, a realização pessoal dos alunos, a aprendizagem da cidadania e a formação para o mundo do trabalho perfazem outras finalidades. Todavia, estas só serão conseguidas se a escola responder eficazmente à evolução da população escolar e se trabalhar com as famílias e com os outros parceiros educativos. A autarquia marca aqui o seu lugar.

A Carta Educativa aspira fomentar a cogitação e o debate, sobre os aspetos fortes e potenciadores da rede educativa, de modo a assegurar os objetivos gerais do desenvolvimento local, nomeadamente identificar tendências e antecipar oportunidades, fortalecer o tecido social e promover a sua mobilização e, sobretudo ampliar a perspetiva política e social no que diz respeito ao tecido educativo do concelho.

Objetivos e princípios

Mediante um diagnóstico atualizado e aprofundado da situação existente, definem-se os seguintes objetivos e princípios da carta educativa do concelho de Fronteira.

- Definir prioridades;
- Existência de uma rede escolar ao serviço de uma escola de qualidade;
- Requalificação e reapetrechamento do parque escolar existente,

- De acordo com as competências do município, deverá incidir sobre a concretização da ação social escolar nos termos das modalidades estabelecidas na lei;
- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de ensino e as ofertas educativas disponíveis a nível municipal para que possam dar resposta à procura efetiva existente;
- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Garantir o direito de acesso de todas as crianças e de todos os alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico ;
- Superar as situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e dos alunos, prevenindo a exclusão social;
- Fomentar uma adequada complementaridade das ofertas educativas;
- Assegurar a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes.

A Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento e insere-se na revisão do Plano Diretor Municipal do Concelho de Fronteira instituindo um esforço da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional, com incidência, neste caso, na educação, como área de intervenção]

Intervenções futuras: 2023-2033

Os resultados do diagnóstico possibilitaram a identificação dos principais pontos fortes e fracos do sistema educativo concelhio de Fronteira, sistematizados no início do presente Capítulo 3, e conseqüentemente, da lista das prioridades de melhoria que, na sua maioria, coincidem com as dos outros concelhos da região do Alto Alentejo porque enfrentam desafios semelhantes. As prioridades de melhoria foram posteriormente transformadas em objetivos estratégicos, primeiro os propostos pelo Consórcio Iscte/IPP/CEDRU, debatidos em Conselho Municipal da Educação, e posteriormente os do Município. Os objetivos estratégicos traduzem-se em intervenções a desenvolver até ao ano de 2033.

As intervenções previstas para o decénio 2023/2033 encontram-se organizadas em três Eixos estratégicos. Cada Eixo inclui vários objetivos estratégicos a maioria dos quais em total coordenação com o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA)* e que, por isso, se devem implementar em articulação com os outros concelhos da região e com a CIMAA. Outros objetivos estratégicos são específicos do concelho de Fronteira.

De forma a garantir que as ações gerais planeadas nesta fase, assim como as ações de trabalho específicas que venham a ser definidas posteriormente, sejam desenvolvidas da forma prevista, e que a implementação das ações é acompanhada pela aferição regular dos resultados, sejam resultados esperados ou não esperados, benéficos ou perversos, diretos ou indiretos, imediatos ou não, adicionamos um esquema de monitorização para cada um dos eixos (tabelas apresentadas em cada Eixo).

O apuramento dos resultados ao longo da implementação das ações, a reflexão sobre os resultados obtidos e as necessárias alterações aos planos de ação são o processo desejado de implementação, monitorização e avaliação de um plano estratégico que se pretende participado, reflexivo e em permanente melhoria, em que as instituições e as pessoas envolvidas avaliem o seu trabalho, os resultados obtidos e aprendam com eles, numa lógica de “«trazer verdade» à resolução de problemas” (Capucha, Almeida, Pedroso e Silva, 1996: 10-11)⁴¹.

Os objetivos estratégicos identificados em cada Eixo estratégico podem e devem ser dinamizados sempre que possível em conjunto com as várias entidades e atores concelhios, com os dos outros concelhos da região e com a participação da CIMAA, de forma a potenciar os recursos disponíveis nestes territórios (de recursos humanos, de tempo, de equipamentos e de transportes).

Pretende-se que esta Carta Educativa seja um instrumento orientador da ação local para a educação e não um documento estático. Por isso, adiciona-se a cada um dos Objetivos Estratégicos, as ações gerais possíveis de ser previstas nesta fase de planeamento (que devem posteriormente ser mais bem detalhadas e calendarizadas por quem ficar responsável por cada uma), metas finais a atingir em 2033, indicadores para avaliação do cumprimento dos objetivos, possíveis responsáveis pela implementação e monitorização e uma primeira resenha de calendarização de um plano de trabalho. Trata-se de uma proposta de implementação e monitorização/avaliação de ações de incentivo à ação local que permita ajustamentos e adaptações ao plano sempre que necessário.

Na execução dos OE importa considerar as articulações aos documentos estratégicos concelhios, regionais e nacionais expostos na última secção deste Capítulo 3 como forma de procurar sinergias e possíveis linhas de financiamento dentro do concelho, da região e com outros territórios do país e europeus.

⁴¹ Capucha, Luís, João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso e José Vieira da Silva (1996), “Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal”, em Luís Capucha e Paulo Pedroso, *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-27.

Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades

O primeiro Eixo estratégico inclui os Objetivos estratégicos (OE) relativos às intervenções a realizar nos estabelecimentos escolares nos próximos 10 anos para garantir boas condições de estudo e de trabalho, a equidade dos espaços interiores e exteriores para todos os alunos que estudem no território, a modernização das unidades orgânicas localizadas no concelho no que respeita ao bem estar, à sustentabilidade ambiental, à abertura à comunidade, à mobilização de pedagogias inovadoras e ativas e das tecnologias na dinamização dos currículos; e criar uma rede de transportes que garanta o acesso equitativo a todas as possibilidades educativas e formativas formais, não formais informais existentes no concelho e na região do Alto Alentejo.

OE1: Implementar projeto de remodelação e beneficiação da Escola Básica Frei Manuel Cardoso; (ver [Anexo A](#))

OE2: Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares (espaços e infraestruturas) para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais (conforto térmico, lumínico e sonoro, acessos inclusivos), ii) Sustentabilidade ambiental (painéis solares, controlo do consumo de água, etc.), iii) Abertura à comunidade (auditórios, bibliotecas, etc., que possam também ser usados pela população), iv) Mobilização de pedagogias e dinâmicas inovadoras (salas polivalentes, centros de ciência viva, espaços para alunos com necessidades específicas, etc.); (ver [Anexo A](#))

OE3: Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo;

OE4: Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos;

OE5: Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos;

OE6: Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos);

OE7: Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho;

OE8: Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.).

Tabela 3.66: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 1

OE	Ações	Calendarização da Monitorização				Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		202 5	2027	2029	2031 3			
OE 1	Implementar ações previstas					Obras concluídas	Nº de obras concluídas / Nº de obras previstas	CM
OE 2	<p>Criar uma equipa de trabalho para definir as intervenções mínimas a executar para cada tópico</p> <p>Criar condições para executar as intervenções de modernização</p> <p>Executar as intervenções de modernização</p>					100% dos estab. escolares modernizados em pelo menos 1 atualização por tópico	Nº de estab. a modernizados por tópico/ Nº de estab.	CM/ UO/ Equipa de trabalho
OE 3	<p>Criar uma equipa de trabalho para definir o mínimo de espaços e equipamentos para garantir a equidade das escolas das aldeias</p> <p>Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por preparar documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo</p> <p>Criar condições para garantir os espaços e equipamentos mínimos</p> <p>Executar as intervenções necessárias para os espaços e equipamentos mínimos</p>					100% das escolas aldeias apetrechadas de espaços e equipamentos mínimos	Nº de escolas das aldeias apetrechadas/ Nº das aldeias	CM/ UO/ Equipa de trabalho
OE 4	<p>Criar uma equipa de trabalho para criar plano de preparação das escolas para a transição digital</p> <p>Criar condições para executar as intervenções de preparação para a transição digital</p> <p>Executar as intervenções de modernização</p>					100% dos estab. escolares capacitados para a transição digital	Nº de estab. a preparados para a transição digital/ Nº de estab.	CM/ UO/ Equipa de trabalho
OE 5	<p>Identificar as causas da ausência ou sinal fraco de <i>wifi</i></p> <p>Criar estratégias de resolução que garantam sinal fortalecido de sinal <i>wifi</i> em todos os estabelecimentos escolares localizados no concelho (aquisição de equipamentos necessários, negociação com operadores de internet portuguesas, etc.)</p> <p>Implementar as estratégias de resolução</p>					100% dos estab. escolares com acesso à rede <i>wifi</i> de qualidade	Nº de estab. a preparados com acesso a <i>wifi</i> de qualidade/ Nº de estab.	CM/ UO/ Parceiros
OE 6	<p>Pesquisar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo</p>					60% dos docentes a utilizar banco de recursos pedagógicos ⁴²	Nº de docentes a aceder a BRP/Nº total de docentes	CM/ Docentes/ Parceiros (Instituições do Ensino Superior

Eixo 2 – Ofertas escolares

O Eixo 2 integra Objetivos Estratégicos (OE) direcionados à melhoria da rede das ofertas para primeira infância, de Ensino Básico e Secundário, da Educação para Adultos e das atividades extracurriculares tornando-as mais diversificadas, articuladas com as necessidades dos empregadores e com as expectativas dos alunos, promotoras do sucesso educativo de todos os alunos; ao desenvolvimento de um processo de orientação vocacional atempado (desde o 7º ano de escolaridade) e que oriente os alunos e suas famílias através da extensão e possibilidades das ofertas educativas e formativas existentes no concelho e na região e de todas as possibilidades, quer em termos de empregabilidade, quer de prosseguimento de estudos.

OE9: Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens;

OE10: Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas;

OE11: Articular ofertas e dinamização dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos;

OE12: Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas;

OE13: Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região;

OE14: Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares);

Tabela 3.67: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 2

OE	Ações	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
OE9	<p>Encontrar soluções para aumentar as vagas para primeira infância considerando projeções demográficas e estratégias para atrair e fixar casais jovens</p> <p>Reavaliar e reajustar a capacidade instalada nos anos definidos para monitorização para garantir que 100% da população até aos 5 anos com vaga</p>						100% da população até aos 5 anos com vaga	Nº de crianças até 5 anos / Nº de vagas disponíveis e ocupadas	CM/ UO
	<p>Indicar elemento(s) a integrar a equipa regional responsável por melhorar rede de ofertas escolares</p>						100% dos alunos com acesso a pelo menos 2 opções no 3º ciclo e 4 no Ensino Secundário / 100% dos alunos a frequentar a oferta escolar desejada	Nº de alunos com acesso a pelo menos 2 opções no 3º ciclo e 4 no ES – Nº de alunos a frequentar a oferta desejada / Nº de alunos do 3º ciclo e ES	CIMAA/ CM/ Equipa de trabalho/ UO
OE10	<p>Realizar tarefas definidas pela equipa regional</p> <p>Implementar nova rede de ofertas escolares concertadas entre concelhos da região do Alto Alentejo</p>						Pelo menos um encontro entre escolas e empregadores por ano letivo / Aplicação de 1 questionário por ano letivo a questionar alunos do 3º ciclo sobre expectativas		
	<p>Participar no encontro entre escolas e empregadores a realizar todos os anos letivos</p> <p>Participar na construção de um mini questionário a aplicar aos alunos do 7º, 8º, 9º</p> <p>Aplicar questionário todos os anos letivos</p>							1 encontro por ano letivo / 1 questionário por ano letivo	CIMAA/ CM/ UO/ Parceiros (empregadores)/ Encarregados de educação
OE11	<p>Levantar necessidades no âmbito da Educação para Adultos</p>						45% da população residente com Ensino Secundário	Nº de residentes com Ensino Secundário / Nº de residentes	CM/ UO/ Parceiros (IEFP, empresas, associações de migrantes)
	<p>Criar/Reformular parcerias intra e inter concelhias direcionadas a encontrar soluções para Educação de Adultos e acordo com as necessidades levantadas</p> <p>Criar condições para a mobilização da população concelhia para a frequência das respostas para a Educação de Adultos para terminar escolaridade obrigatória de 12 anos</p>								

OE	Ações	Calendarização da Monitorização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
	Indicar elemento(s) a integrar a equipa regional responsável por melhorar rede de ofertas escolares								
OE13	Realizar tarefas definidas pela equipa regional						100% dos alunos do 3º ciclo integrados no programa	Nº de alunos do 3º ciclo integrados no programa / nº total de alunos do 3º ciclo do concelho	CIMAA/ Equipa de trabalho/ UO/ Parceiros (Empregadores, Instituições do Ensino Superior como o IIPortalegre)
	Implementar novo processo de orientação vocacional								
	Pesquisar estratégias de mobilização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo						Pelo menos 1 atividade AAAF, CAF, AEC, OTL sobre currículo local / Pelo menos 1 aplicação da metodologia de trabalho de projeto sobre currículo local em cada UO	1 atividade extracurricular / 1 aplicação da metodologia de trabalho de projeto por UO	Docentes/ CM/ Parceiros (entidades gestoras do património natural e arquitetónico, tecido associativo cultural e recreativo)/ Encarregados de educação
OE14	Criar/Partilhar estratégias de mobilização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho nas dinâmicas letivas incluindo de dinamização do currículo ⁴³								

⁴³ Também neste objetivo se pode constituir um banco de recursos pedagógicos a integrar o Observatório da Educação do Alto Alentejo através da criação de senhas de acesso para docentes

Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar

O terceiro Eixo engloba um conjunto de objetivos que visam criar dinâmicas de promoção do sucesso escolar e o desenvolvimento integral das crianças e jovens do concelho, adaptados às diferenças; e dinâmicas de monitorização/avaliação concelhias e regionais orientadas para uma constante melhoria das ações implementadas, e consequentemente dos resultados obtidos, que aumenta o conhecimento sobre o sistema educativo concelhio e regional e a forma Municípios e Unidades Orgânicas comunicam entre si e com a comunidade em geral.

OE15: Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA;

OE16: Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região;

OE17: Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos oriundos de famílias migrantes (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes;

OE18: Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros);

OE19: Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.);

OE20: Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos.

Tabela 3.68: Sistema de implementação e monitorização/avaliações dos objetivos estratégicos do Eixo 3

OE	Ações	Calendarização					Metas (10 anos)	Indicadores	Responsáveis
		2025	2027	2029	2031	2033			
	Indicar elemento(s) a integrar a equipa regional responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias								
OE15	Fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias do concelho Enviar informação para equipa regional Fazer diagnóstico para identificar quais as disciplinas/ano de escolaridade em que mais alunos tenham dificuldades e enviar resultados para CIMAA						Fazer um levantamento por ano letivo (a partir dos levantamentos realizados pelas Escolas)	1 levantamento de necessidades por ano letivo enviado para equipa regional	Representante(s) do concelho na equipa regional
OE16	Implementar projetos regionais de melhoria do desempenho escolar Fazer diagnóstico das necessidades de alunos com necessidades de apoio e enviar para CIMAA						95% dos alunos com sucesso nas disciplinas identificadas	Nº de alunos com sucesso nas disciplinas / Nº de total de alunos inscritos nessas disciplinas	CIMAA/ CM/ UO
OE17	Implementar projetos regionais orientados para população migrante						100% dos alunos oriundos de famílias migrantes a terminar o 12º ano com sucesso	Nº de alunos oriundos de famílias migrantes que transitam de ano / Nº total de alunos oriundos de famílias migrantes	CIMAA/ CM/ UO
OE18	Mobilizar parceiros locais Melhorar atividades e dinâmicas de aula com recurso às parcerias locais Criar parcerias com outros concelhos da região de acordo com os recursos que possam ser mobilizados para dinamização de atividades e do currículo						Pelo menos 1 atividade (formal, não formal ou informal) de cada área disponível aos alunos de cada concelho	1 atividade (formal, não formal ou informal) por área	CM/ UO
OE19	Indicar elemento(s) a integrar a equipa do Observatório da Educação						Pelo menos 1 projeto/partilha com outro concelho	1 projeto/partilha com outro concelho	CM/ UO
OE20	Recolher e enviar informação atualizada de acordo com protocolos definidos						Observatório da Educação do Alto Alentejo em funcionamento e a ser mobilizado por CIMAA/CM/UO	Nº de acessos por CM/ Docentes/ encarregados de educação	Equipa Observatório da Educação

Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional

Política integrada do Município

Além da presente Carta Educativa existem outros documentos em vigor na Câmara Municipal de Fronteira com os quais importa articular a ação, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Fronteira (AEF). Além destes documentos foram consideradas as atividades para alunos dinamizadas pela Câmara Municipal de Fronteira (CMF).

Alguns dos projetos em curso estão já a responder a uma boa parte dos objetivos estratégicos inscritos na Carta Educativa 2023-2033, o que potencia a gestão de recursos disponíveis no local e o processo de monitorização que deve ser orientado para o que se pretende atingir num prazo de 10 anos.

A tabela em baixo atesta quanto ao grau de articulação entre Carta Educativa e documentos municipais e das unidades orgânicas da rede pública, mas sobretudo quanto à importância do presente documento na política municipal pois vem colmatar a inexistência de um plano estratégico na área da educação.

Tabela 3.69: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política municipal

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
OE1	Implementar projeto de remodelação e beneficiação da Escola Básica Frei Manuel Cardoso	PDM/ CMF	AE
OE2	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagógicas e dinâmicas inovadoras	PDM/ CMF	AE
OE3	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	-	AR
OE4	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	-	AR
OE5	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	-	AR
OE6	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	-	AR
OE7	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	CMF	AE
OE8	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	-	AR
OE9	Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens	-	AR
OE10	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	-	AR
OE11	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos	-	AR
OE12	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas	-	AR
OE13	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	-	AR
OE14	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do	CMF/ AEF	AE

Eixos	OE	Documentos Municipais	Nível de Articulação
	Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)		
OE15	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA	-	AR
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	AEF	AE
OE17	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos oriundos de famílias migrantes (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes	AEF	AE
OE18	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	CMF/ AEF	AE
OE19	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	-	AR
OE20	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	-	AR

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Convergência com Região

Os objetivos estratégicos desta Carta Educativa encontram-se totalmente articulados com o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Alto Alentejo (PEDIEAA)* que, por sua vez, foi alinhado com a Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alto Alentejo 2020 (EDTAA 2030).

Tabela 3.70: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Regional

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
OE1	Implementar projeto de remodelação e beneficiação da Escola Básica Frei Manuel Cardoso		
OE2	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagógicas e dinâmicas inovadoras	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE3	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE4	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE5	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE6	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE7	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE8	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE9	Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE10	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE11	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades os empregadores locais e com as expectativas dos alunos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE12	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE13	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE14	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE15	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE

Eixos	OE	Documentos Regionais	Nível de Articulação
OE17	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos oriundos de famílias migrantes (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE18	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE19	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE
OE20	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	PEDIEAA/EDTAA 2023	AE

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias

Por último, importa aferir o nível de articulação com alguns documentos que podem ser considerados como orientadores na concretização das ações de melhoria e ou recursos a ser mobilizados para a obtenção de possíveis financiamentos. Analisaram-se os seguintes: Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Plano 21|23 | Escola + (Plano 21|23), Capacitação Digital para as escolas (CDE), Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), Desporto Escolar Comunidade (DEC), Plano Nacional das Artes (PNA), Educação para a Cidadania (EC), Rede de Clubes de Ciência Viva nas Escolas (RCCVE), mas outros podem e devem ser considerados ao longo dos próximos 10 anos.

Tabela 3.71: Articulação entre Objetivos Estratégicos e Política Nacional e Europeia

Eixos	OE	Documentos Nacionais	Nível de Articulação
OE1	Implementar projeto de remodelação e beneficiação da Escola Básica Frei Manuel Cardoso		
OE2	Elaborar um programa de modernização dos edifícios escolares para garantia de: i) Bem-estar dos alunos e profissionais, ii) Sustentabilidade ambiental, iii) Abertura à comunidade, iv) Mobilização pedagógicas e dinâmicas inovadoras	PRR	AM
OE3	Garantir a equidade de espaços e equipamentos nas escolas das aldeias (biblioteca, espaços para prática de desporto e atividades artísticas, espaços próprios para atividades AAAF/CAF/AEC, salas de trabalho para profissionais, parques infantis) e integrar equipa responsável pela preparação do documento justificativo para a manutenção da rede atual de estabelecimentos escolares como elemento crucial para a promoção da coesão territorial da região do Alto Alentejo	PRR/ RCCVE	AM
OE4	Preparar as infraestruturas dos edifícios para os equipamentos tecnológicos e de apetrechamento com equipamentos digitais necessários ao trabalho escolar e ao trabalho com os alunos	PRR	AE
OE5	Garantir o acesso à internet em todos os estabelecimentos escolares com o sinal necessário ao número de profissionais e alunos	PRR/ CDE	AE
OE6	Criar estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de um banco recursos pedagógicos específicos)	PRR/ CDE	AM
OE7	Garantir uma ligação mais regular entre freguesias de cada concelho	PRR	AE
OE8	Investir em processo de mobilidade sustentável (projetos de ciclovias e fornecimento de bicicletas, substituir a frota de autocarros onde pertinente de forma a rentabilizar as viagens de autocarro, etc.)	PRR/ DEC	AE
OE9	Reorganizar a rede de oferta de primeira infância (Berçário, Creche e Pré-escolar) enquanto possível medida para atrair e fixar casais jovens	PRR	AE
OE10	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa regional que ficará responsável por criar uma rede de ofertas educativas e formativas (incluindo ensino geral e outras modalidades de ensino, incluindo o ensino artístico especializado) de 3º ciclo e de Ensino Secundário, equitativa para todos os concelhos/alunos, articulando entre Unidades Orgânicas (UO) mais próximas	PRR	AE
OE11	Articular ofertas e parte dos currículos com as necessidades dos empregadores locais e com as expectativas dos alunos	PRR	AE
OE12	Constituir um conjunto de ofertas de educação de adultos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas	PRR/ AFC	AE
OE13	Contribuir para a criação um programa de orientação vocacional regional mais abrangente que trabalhe de forma atempada com os alunos sobre as potencialidades das ofertas, do mundo do trabalho e das profissões da região	AFC	AM
OE14	Construir um currículo local mobilizando o património natural, cultural e arquitetónico do Alto Alentejo e de cada concelho, potenciando os conhecimentos e competências nos temas mencionados no EDTAA 2030 (com elaboração de um banco de recursos pedagógicos específicos para atividades AAAF, CAF, AEC, OTL para jovens e disciplinas curriculares)	AFC/ PNA/ EC	AE

Eixos	OE	Documentos Nacionais	Nível de Articulação
OE15	Indicar um elemento representante do concelho para integrar equipa de trabalho regional que ficará responsável por fazer o levantamento das necessidades de formação dos profissionais escolares e das famílias da região e o plano de formação em exercício para profissionais escolares (docentes e não docentes) e famílias focado nas dimensões do PEDIEAA	PRR	AM
OE16	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de melhoria do desempenho escolar nas disciplinas identificadas como as de menor sucesso na região	Plano 21 23/ AFC	AE
OE17	Participar na elaboração e implementação de projetos regionais de acolhimento aos alunos oriundos de famílias migrantes (projeto Ninho, português língua não materna, por exemplo), em conjunto com famílias/associações locais de migrantes	Plano 21 23/ AFC	AM
OE18	Incentivar o gosto e as competências dos alunos nas áreas das artes, o desporto, tecnologia, ciências, cidadania, segurança e ambiente e sustentabilidade (rentabilizando os protocolos com as Unidades de Saúde, GNR, Escola de Artes do Norte Alentejo, tecido associativo desportivo e cultural e recursos como os Centros de Ciência Viva, salas digitais e outros)	Plano 21 23/ AFC	AE
OE19	Criar dinâmicas de articulação de projetos e de partilha de recursos intermunicipais com concelhos limítrofes (recursos naturais, culturais, patrimoniais, equipamentos desportivos, projetos de OTL, etc.)	Plano 21 23/ PNA	AM
OE20	Participar na constituição e manutenção do Observatório da Educação do Alto Alentejo e da plataforma de comunicação com a comunidade, fornecendo dados atualizados sobre o sistema educativo regional – Escolas da rede pública e privada, de ofertas (Primeira infância, Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação para Adultos, Ensino Superior, atividades da Escola a Tempo Inteiro e OTL, Projetos), sobre a população escolar (alunos, docentes e não docentes), indicadores de desempenho escolar – de acordo com os protocolos para o envio de informação que venham a ser definidos	-	AR

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Anexo A: Projeto de remodelação e beneficiação da EB Frei Manuel Cardoso

[Regressar aos Objetivos Estratégicos](#)

Caracterização

A intervenção agora proposta incide na remodelação e beneficiação do espaço onde se encontra a funcionar a Escola Básica Frei Manuel Cardoso de Fronteira, a proposta é incidente no perímetro escolar e engloba intervenções tanto nos edifícios já existentes como no espaço exterior.

A área global de intervenção reporta-se ao lote onde se encontra implantada a escola básica que está neste momento em pleno funcionamento.

Após um levantamento exaustivo conjunto entre o Município de Fronteira e o corpo diretivo desta escola, identificaram-se várias patologias e deficiências que se consideram de urgente intervenção para garantirem o bom e pleno funcionamento deste conjunto escolar.

Esta escola foi construída em 2004 e é composta por um lote de terreno com 18545.72m² onde se encontram implantados dois edifícios principais que correspondem ao edifício escolar e ao pavilhão gimnodesportivo, um campo desportivo, espaço polivalente de atividades e zonas de circulação.

Do levantamento efetuado foram identificadas 6 intervenções que se consideram de vital importância para o bom desempenho de utilização desta escola, são eles os seguintes:

- Zona Exterior Descoberta / Estacionamento;
- Parques Infantis
- Pátios Exteriores
- Campo de Jogos
- Circulações Cobertas;
- Eficiência Energética;

Zona Exterior Descoberta / Estacionamento

O perímetro escolar correspondente ao lote em que foi edificado o Centro Escolar, integrou uma área destinada a uma eventual ampliação do edifício em função de perspectivas de crescimento da população escolar. Essas perspectivas não se vieram a verificar e todas as projeções demográficas apontam para a redução do número de alunos nos próximos anos. Tal facto levou a que o espaço em causa ficasse sem utilização, devoluto. O projeto contempla a requalificação do referido espaço para uma zona demarcada de estacionamento, destinada exclusivamente a professores e funcionários, resolvendo-se assim a situação da área devoluta mas também um problema que se tem vindo sucessivamente a agravar: o estacionamento de viaturas em frente ao Centro Escolar, junto à zona da entrada e saída de alunos leva a um congestionamento no início e no fim de cada período letivo diário, uma vez que ali se concentram os veículos de transporte escolar, os veículos de responsáveis parentais e os veículos de professores e funcionários. Com a proposta de implementação de um parque de estacionamento ordenado, dentro do perímetro escolar, pretende-se sobretudo conferir segurança aos utilizadores deste espaço.

Parques Infantis

Atualmente a escola tem um parque infantil que tem cerca de 19 anos, neste momento o espaço apresenta graves problemas ao nível da segurança das crianças do pré escolar e do 1º ciclo, as deficiências identificadas

centram-se sobretudo nos equipamentos que denotam alguns incumprimentos no que diz respeito a normativas de utilização e algumas patologias nos próprios brinquedos e no pavimento que se apresenta degradado pondo em causa a utilização em segurança do espaço sobretudo pelas crianças do pré escolar.

Nesse sentido a proposta agora apresentada propõe a supressão do parque existente e a construção de dois novos parques sendo um deles dedicado ao ensino pré-escolar e o segundo aos alunos do 1º ciclo. Estes espaços serão vedados e possuirão equipamentos educativos e psicomotores adequados às idades dos utilizadores, nomeadamente estruturas de subir, trepar, escorregar e suspender, bem como pavimento de segurança em borracha reciclada.

Pátios Exteriores

Um dos principais problemas levantados pelo corpo diretivo da escola é a questão do edifício escolar não dispor de um espaço de recreio coberto sem ser dentro do edifício principal, na verdade é compreensível o facto de que durante o inverno (principalmente nos dias em que se regista pluviosidade), o intervalo entre o período de aulas ou até mesmo o recreio em caso de interrupção do normal horário escolar é feito dentro do edifício que apresenta graves problemas acústicos que prejudicam o normal funcionamento das aulas, assim a proposta agora apresentada contempla a construção de dois telheiros junto do edifício principal que terão o objetivo de propiciar o uso para atividade de recreio no exterior sem prejuízo para o bom funcionamento das atividades escolares desenvolvidas no edifício principal.

Campo de Jogos

O projeto prevê a requalificação do campo de jogos existente (que possui as dimensões gerais de 45x30m), com a colocação de um novo pavimento adequado à prática desportiva, colocação de novos equipamentos de apoio como balizas, tabelas, etc., e a colocação de uma cobertura sobre o campo, a realizar em estrutura metálica. A dimensão do campo de jogos, ou área de prática, cumpre as dimensões oficiais do IDPJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, para práticas desportivas como andebol, basquetebol, futsal, futebol de salão e voleibol. A cobertura, a colocar, respeita os 7m de pé-direito mínimo, livres de obstáculos.

Circulações Cobertas

Com a dispersão dos diversos equipamentos no perímetro escolar, torna-se de alguma forma essencial promover a circulação entre os diversos equipamentos de forma comoda e segura para os alunos, docentes e funcionários, assim a proposta sugere a implementação de um telheiro de ligação entre a escola e o pavilhão desportivo, este elemento será de formato contínuo com duas águas e uma largura de 2.00m, a estrutura será tubular metálica e a cobertura será em chapa sandwich com acabamento a imitar a telha.

Eficiência Energética

Com intuito de melhorar a eficiência energética da escola foi promovida uma auditoria energética com vista à identificação de potenciais melhorias na EE dos edifícios, nesse sentido a auditoria identificou 4 intervenções que poderão traduzir uma poupança na ordem dos 23 317.00€ por ano, assim estas intervenções incidem no seguinte:

- Aplicação de lã de rocha de 6cm na cobertura;
- Implementação de sistema solar térmico;
- Implementação de sistema solar fotovoltaico;
- Substituição de luminárias;

Conclusão

Considerando que a escola conta com quase 20 anos de idade, em suma conclui-se que o presente processo poderá melhorar significativamente a utilização da Escola Básica Frei Manuel Cardoso de Fronteira, a intervenção agora proposta visa sobretudo colmatar as necessidades de uso e de beneficiação do parque escolar existente.

